



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NERICILDA BEZERRA DA ROCHA

**A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)**

FORTALEZA

2018

NERICILDA BEZERRA DA ROCHA

A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.
Área de concentração: Trabalho e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior.
Coorientador: Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R574p Rocha, Nericilda Bezerra da.
A Práxis Político-Educativa do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil durante o Governo Lula (2003-2010) / Nericilda Bezerra da Rocha. – 2018.
105 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior.

Coorientação: Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz..

1. Sindicato. 2. Práxis. 3. Educação. 4. Governo Lula. I. Título.

CDD 370

NERICILDA BEZERRA DA ROCHA

A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestra em Educação.
Área de concentração: Trabalho e Educação.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Clarice Zientarski
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

A todos e todas que dedicam sua vida à revolução socialista ou mesmo à luta por um mundo melhor. Têm todo meu mais profundo respeito e admiração.

A minha mãe Terezinha e minha irmã Ruth.

AGRADECIMENTOS

Após 24 meses de aprendizado, não sou a mesma pessoa. Muitos desafios, novas lutas, novos aprendizados, novas amizades, algumas críticas valiosas, muitas contribuições e a certeza de que a pesquisa acadêmica vale a pena se combinada com a luta social. As duas coisas viabilizaram esta pesquisa. São muitos os agradecimentos, espero não esquecer ninguém, mas alerta desde já que sou muito grata a todos e todas que participaram do círculo humano que possibilitou esta pesquisa.

Primeiramente, agradeço ao objeto de estudo desta pesquisa. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza e todos os seres humanos que o compõem, os diretores de agora (e também de outrora) e os e as trabalhadoras da construção civil, que de forma diferenciada me ensinaram que a luta vale a pena. Agradeço também a minha organização militante, hoje denominada Resistência, e aos movimentos sociais em geral. Eles me ensinaram que não há aposta maior em nossa breve vida, que a aposta na luta de classes.

Agradeço a minha irmã Ruth e a minha mãe Terezinha pelo apoio familiar. Ao meu amigo e camarada, mas também meu coorientador Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz pelo apoio nos momentos em que estive sob a pressão do tempo, do calendário acadêmico e principalmente de mim mesma, e pela força para não me deixar desistir.

Agradeço ao meu professor e orientador Prof. Dr. Justino de Sousa Júnior, que soube ser tolerante com minhas escolhas e elaborações e firme nas críticas e prazos. E agradeço, principalmente, por ter acreditado na pesquisa.

Agradeço também a Paula Farias, pela amizade e apoio de longas datas e principalmente pela ajuda no resultado final do presente trabalho.

Agradeço aos demais colegas que ingressaram comigo no Mestrado em Educação da UFC na turma de 2016.2, na linha Trabalho e Educação – Danielle, Aurilene, Gildo, e os que ingressaram no mesmo período no Doutorado e foram companheiros (as) de turma, nas reuniões da linha Trabalho e Educação, Jânio e Iziane. Estar ao lado deles, pelo apoio e incentivo que sempre demonstraram, fez diferença. Agradeço também as professoras Rozimar e Clarice da linha Trabalho e Educação, que pela colaboração e apoio, também foram fontes de incentivo permanente. Agradeço ao CNPq pela oportunidade dada para realizar pesquisa científica com excelência. Ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFC pelo estímulo e pelas oportunidades apresentadas, neste rico universo de saber e conhecimento.

“Oh, as estranhas exigências da sociedade burguesa que primeiro nos confunde e nos desencaminha, para depois exigir de nós mais que a própria natureza!”. (GOETHE).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de análise a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza (STICCF) durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010). Busca investigar sua práxis político-educativa no contexto de ascensão de um ex-dirigente operário à Presidência da República. Em um momento de intenso debate sobre a situação dos trabalhadores, sua dinâmica de organização e impactos em suas formas de representação, a classe teve diante de si, o desafio da experiência histórica de ter “um dos seus” governando o país. Em traços gerais, como se comportou o sindicalismo diante dessa experiência e em particular como atuou o STICCF é nosso horizonte da caminhada investigativa. Para pensar estas questões, decidimos voltar ao básico e revisitar alguns dos debates sobre o sindicalismo em torno da noção de luta política, econômica e ideológica pelos clássicos do marxismo e, adotando a categoria da práxis como categoria de análise e postulado marxista político-educativo central, lançamos luzes sobre o estudo específico da práxis político-sindical do STICCF em tempos de governo Lula. O referencial teórico-metodológico é a visão da realidade e da história como produção social da existência humana.

Palavras-chave: Sindicato. Práxis. Educação. Governo Lula.

ABSTRACT

This research has as object of analysis the trajectory of the Union of Workers of the Construction Industry of Fortaleza (STICCF) during the government of Luiz Inácio Lula da Silva (2003 to 2010). It seeks to investigate its educational political praxis in the context of regressive changes in the world of work and the rise of a former worker leader to the Presidency of the Republic. In a moment of intense debate about the situation of workers, their dynamics of organization and impacts on their forms of representation, the class had before them the challenge of the historical experience of having "one of their" ruling the country. In general terms, how trade unionism behaved in the face of this experience and in particular how STICCF acted is our horizon of research. To think about these issues, we decided to go back to the basics and revisit some of the debates on syndicalism around the notion of political, economic and ideological struggle by the classics of Marxism, and adopting the category of praxis as a category of analysis and postulate central political, we have shed light on the specific study of the political-syndical praxis of STICCF in times of Lula's government. The theoretical-methodological referential is a view of reality and history as a social production of human existence.

Keywords: Syndicate. Praxis. Education. Government Lula.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	A problemática.....	12
2	O SINDICATO COMO EDUCADOR E EDUCANDO.....	16
2.1	A concepção de sindicato em Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky.....	17
2.2	A práxis.....	30
2.3	A práxis política como processo educativo	34
3	O MOVIMENTO SINDICAL DURANTE O GOVERNO LULA	42
3.1	Do sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação	42
3.2	Um breve olhar sobre o significado do governo Lula.....	47
3.3	O sindicalismo entre a cooptação e a resistência	50
3.4	Independência ou colaboração de classes, qual o lugar da práxis?	61
4	A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA DURANTE O GOVERNO LULA.....	66
4.1	Um pouco de história.....	66
4.2	Ruptura com a CUT e a construção da Conlutas	71
4.3	Relação Sindicato-base	75
4.4	Greves de 2003 a 2010 (Campanhas Salariais e lutas gerais e principais eixos políticos no cenário do lulismo).....	80
5	CONCLUSÃO.....	86
	REFERÊNCIAS.....	92

1 INTRODUÇÃO

A história do movimento operário e de sua representação sob a forma de associações, sindicatos e partidos políticos, vem de longe. Pode-se afirmar que decorre desde o momento histórico que engendrou a própria constituição do proletariado e seu desenvolvimento. Marx e Engels reconheceram desde o início a importância das primeiras organizações dos trabalhadores, em particular dos sindicatos para que os trabalhadores compreendessem melhor sua condição e coletivamente desenvolvessem mecanismos de resistência.

Para os fundadores do marxismo, no modo de produção capitalista a relação de classes constitui a chave que permite decifrar a dinâmica conflitual da história. E nesses conflitos, ou seja, nessa luta de classes, os sindicatos têm enorme valor nos embates contra a exploração do capital. A afirmação basilar de que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes”, contida no Manifesto Comunista de Marx e Engels, encontra pleno sentido quando aplicada à história da organização sindical.

Lentamente, as poucas luzes dos primeiros sindicatos, que germinaram ao lado de outras tantas formas de organização, se multiplicaram e, mais do que um fato de coesão dos explorados pelo capital, essa luminescência adquiriu uma acepção de fulgor sobre a consciência de multidões que se formavam e se agigantavam na medida em que se organizavam para fazer valer seus direitos mais rudimentares.

Ora, se as primeiras lutas aparentavam a superficialidade de um lusco-fusco, as formas organizativas que decorriam desses embates, não raro, representavam um elemento de continuidade que quebrava essa aparência primária. Logo, desde os alvores das lutas da classe trabalhadora¹ contra os efeitos imediatos da exploração do capital, seguramente, notava-se o talhe pedagógico encravado nos conflitos de classe em seu formato mais elementar.

Ao longo de sua trajetória, os sindicatos se desenvolveram de maneira bastante diversa em termos de setores, categorias, países, regiões etc. Seja em termos da defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, seja a partir da participação em processos políticos e sociais, não se pode fazer uma história, desde o século XIX, sem que se leve em conta o papel

¹ Sobre o conceito de classe trabalhadora, ou classe operária, aqui também a chamo de operariado ou proletariado como é chamada tradicionalmente desde o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”, apesar das inúmeras controvérsias e contestação por parte inclusive de uma geração de marxistas, não será objeto central de nosso estudo.

destacado deste ator, inescapável quando se analisa a ação coletiva das forças sociais do trabalho ao redor do globo.

As intensas transformações trazidas pelo processo de flexibilização e precarização dos processos de trabalho levam a significativas reconfigurações dos padrões de trabalho, de atores, normas, práticas etc. Os efeitos dessas mudanças sobre as formas e relações de trabalho, bem como sobre as ações dos trabalhadores, se manifestam de maneira diversa em termos internacionais e também em nosso país. Todo o conjunto social sentiu, fortemente, a repercussão de tais mudanças no mundo do trabalho.

Com as organizações dos trabalhadores não foi diferente. Os organismos sindicais, incluindo aí tanto seus aspectos de instituição (sindicato) quanto o de movimento (sindical), passaram a ter muita dificuldade em dar conta do novo cenário que ia se estabelecendo, reduzindo grandemente os espaços de manobra e colocando em risco as práticas, ações e conquistas desenvolvidas ao longo do século XX.

No Brasil as lutas sindicais no final dos anos de 1970 que resultaram no novo sindicalismo com a explosão de greves em inúmeras categorias, e da qual frutificaram instituições classistas como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que pregavam a independência de classe no conflito capital/trabalho e o método de luta das grandes ações coletivas da classe.

Entretanto, foi na década de 1990 com a aplicação do receituário neoliberal e as mudanças regressivas no mundo do trabalho, que a CUT que havia nascido em 1983 começou a desconfigurar-se. Boito (1999) considera que o ponto de inflexão da passagem de um sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação, foi a decisão da CUT de integrar-se as Câmaras Setoriais do setor automotivo do ABC paulista. Um espaço tripartite de colaboração de classes. Assim, a CUT foi abandonando as reivindicações mais avançadas e os métodos mais contundentes da luta sindical— e se aproximando do sindicalismo da Força Sindical (FS), que reunia os sindicatos mais burocratizados e conservadores. Era a fase do sindicalismo propositivo e cidadão.

Mas foi no limiar do século XXI, com chegada ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, aquele que havia sido o maior símbolo do novo sindicalismo, que se modificou profundamente as relações entre movimento sindical e governo (GALVÃO, 2009). As interpretações sobre o impacto político-ideológico da participação do sindicalismo nas instâncias estatais e governamentais são controversas.

A presente pesquisa tem como referência a visão dos clássicos do marxismo sobre os sindicatos, ou seja, espaços/estruturas que podem cumprir o papel de organizador e

educador coletivo dos trabalhadores, contribuindo para a sua emancipação do jugo do capital. Podem, porque os sindicatos compreendem uma totalidade de relações que comporta contradições, então, nesta perspectiva, há uma relação dialética entre estrutura sindical e ação dos sujeitos. Neste sentido, qual foi em traços gerais, o comportamento do movimento sindical durante o governo Lula? Qual foi em essência, a práxis política educativa do movimento sindical brasileiro frente a um governo que era considerado um legítimo representante seu? E nesse cenário, de modo mais específico, qual foi a práxis política educativa do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza? Eis, o que pretendemos identificar nesta pesquisa.

Neste sentido apresentamos o percurso investigativo e de exposição da pesquisa.

No primeiro capítulo, resgata-se a concepção de Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky sobre os sindicatos, a pedagogia da luta de classes como um fecundo processo educativo e o lugar imanente da práxis neste processo. Será aqui, que assentaremos as bases teóricas que nortearão nossa investigação.

O segundo capítulo está dedicado a contextualizar o signo do sindicalismo sob a égide dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Pretende-se lançar um breve olhar sobre o significado do governo Lula, suas principais políticas para os setores mais formais e organizados da classe trabalhadora e como reagiu o movimento sindical a estas medidas.

E o terceiro capítulo, à luz da análise de alguns indicadores, a saber, o posicionamento político da entidade frente aos temas mais importantes do movimento operário do período em tela, as greves realizadas, relação entre a diretoria do sindicato e a base, sindicalizações e principais eixos políticos, buscaremos identificar a práxis política educativa do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil durante o período que grande parte do sindicalismo foi ao governo.

1.1 A problemática

Os sindicatos já foram objeto de estudo desde fins do século XIX e ao longo do século XX e seguem sendo fonte inesgotável de pesquisas. Não poderia ser diferente, são organismos que fazem parte do cotidiano laborativo e existencial da classe trabalhadora.

Materializam e refletem as relações entre capital e trabalho em um dado contexto histórico. É um fazer-se permanente entre fluxos e refluxos da luta de classes. A força ou a fraqueza, a crise ou vitalidade dos sindicatos, sua capacidade ou não de mover milhões, não depende somente da vontade política de alguns dirigentes educadores, mas se enquadra em

um conjunto de relações sociais que como bem disse Marx, “os homens fazem sua história mas não sob circunstâncias de sua escolha”, porém, seu *fazer-se* em sua condição social e humana, ele incide sobre as circunstâncias, tanto quanto elas incidem sobre ele.

As circunstâncias sob as quais escolhemos estudar em traços gerais o sindicalismo foi a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal. Desde então, o sindicalismo brasileiro voltou a ocupar um lugar importante no debate político e acadêmico. Esse debate envolve questões como a capacidade de influência sindical no processo decisório, a conflituosidade e formas de luta, os resultados obtidos por intermédio das greves e negociações coletivas, e se aproximando a tudo isso como totalidade de um processo, mas somente em traços gerais, qual foi a práxis política educativa do sindicalismo durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)? E fazendo um recorte, indo de fato ao nosso objeto de pesquisa, qual foi a práxis político educativa do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza?

A práxis aqui é entendida conforme inicialmente nos apresentou Marx,

A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado [...] A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou automudança só pode ser considerada e compreendida racionalmente como práxis revolucionária. (MARX; ENGELS, 2007, p. 100).

Ou seja, ação humana transformadora no decorrer da história. Não é qualquer ação, porque como muito bem formulou Vázquez (1986, p. 185), “toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis”, esta última opõe-se a passividade, mostra nas relações entre as partes e o todo, os traços de uma totalidade concreta.

Nas vigorosas palavras de Kosik (1995, p. 222), essa práxis como categoria que nos guiará em nossa pesquisa é

a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade.

É com esse olhar que analisaremos se a ação do sujeito Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, no período do governo Lula, é dotada dessa práxis conforme nos falam os autores supracitados. Assim como o processo educativo que se desdobra a partir de sua ação.

Fundado em 1940 e reconhecido legalmente desde 1941, no auge do “Estado Novo” de inspiração getulista, somente em 1989, após a vitória eleitoral de uma chapa cutista de oposição, é que a entidade comandou a primeira greve geral da categoria. O Sindicato passa então a caracterizar-se pelo enfrentamento aos empresários do setor e aos governos de turno.

Não que antes disso não houvesse ocorrido um e outro conflito entre trabalhadores e patrões, fato objetivamente recorrente nas relações conflituosas entre capital e trabalho; mas, até então, não se dera nada assemelhado com os acontecimentos de 1989, quando pedreiros, serventes e demais segmentos destes trabalhadores, organizados pelo sindicato, paralisaram em massa os canteiros de obra, ganharam as ruas e se manifestaram amplamente em defesa das suas reivindicações mais imediatas.

Não obstante, essa significativa inflexão do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil deve ser compreendida no marco do que representou o ano de 1989, que constituiu um ano-chave para a classe trabalhadora brasileira (é o ano da greve geral de 48 horas que moveu 35 milhões de trabalhadores), mas como parte de todo o ascenso de lutas que foram os anos 1980. Decerto um dos processos políticos educativos mais intensos para os trabalhadores do país. Era o corolário de um processo que se descortinou em 1978 e deu origem ao chamado novo sindicalismo.

Entretanto, o curso desse movimento sindical sofrerá alterações nos difíceis anos 1990, intervalo que se dá a aplicação do ajuste neoliberal. A CUT participará das experiências das câmaras setoriais, embriões de fóruns tripartites que serão elevados a categoria de prioridade durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Essa experiência das câmaras setoriais, segundo Boito (1999) levará a CUT a passar de um sindicalismo de oposição a um sindicalismo de participação, porém ainda como um processo inconcluso.

Contudo, foi a chegada de um partido oriundo do movimento sindical ao governo federal que provocou impactos significativos sobre as concepções e práticas sindicais, fomentando a participação do sindicalismo nas instâncias governamentais (GALVÃO, 2009). Em 2003, ainda no início do governo Lula, serão estendidos como tapete vermelhos ao movimento sindical, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ambos fóruns tripartites, que em opinião de Antunes e Silva (2015) levou a CUT de uma prática que rejeitava a conciliação de classe para uma nova prática sindical que tem na negociação e na colaboração de classes, sua ação predominante.

Além disso, vários sindicalistas foram alçados a executivos do governo ou de empresas estatais, ou ainda, transformaram-se em gestores de fundos de pensão. Essa

“engenharia da cooptação foi a negação da autonomia, da liberdade e da independência sindical” (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 467). Decerto esse movimento não ocorreu sem crises, resistência e rupturas no seio do sindicalismo brasileiro. E os impactos e consequências é um dos objetivos que almejamos alcançar neste trabalho.

Nesse contexto de reconfiguração do movimento sindical, qual foi o posicionamento adotado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil? Como uma entidade representativa de um dos setores mais explorados da classe trabalhadora, e de matriz cutista, se comportará diante desse reposicionamento da central? Qual sua visão do significado do governo Lula e de suas principais medidas políticas e econômicas? E um vasto percurso a ser alcançado.

E para que a análise seja feita na perspectiva de totalidade optamos por revisar alguns dos debates sobre o sindicalismo em torno da noção de luta política, econômica e ideológica pelos clássicos do marxismo, e adotando a categoria da práxis como categoria de análise e postulado marxista político educativo central, lançamos luzes sobre o estudo específico da práxis político-sindical do STICCF em tempos de governo Lula.

2 O SINDICATO COMO EDUCADOR E EDUCANDO

A discussão a respeito da educação dos trabalhadores ou, mais especificamente, da formação política não é nova no seio da história do movimento operário. Pelo contrário, dada sua importância fundamental, essa temática foi e continua sendo alvo de intenso, acalorado e, por que não dizer, polêmico debate.

Ainda que Marx e Engels não tenham escrito nenhuma obra exclusiva sobre isso, essa temática é transversal a toda sua obra, haja vista que sua grande preocupação, a partir da interpretação que eles têm da nova sociedade surgida com a revolução industrial, é dotar o proletariado, considerado por eles como a única classe potencialmente revolucionária, de um projeto político de emancipação para superar a nova sociedade.

Nesta direção, é importante resgatar o sentido da formação humana em Marx e o lugar do proletariado nessa formação. Como diz Marx, na VI Tese sobre Feuerbach, “o homem é o conjunto das suas relações sociais”, ou seja, o homem é um ser historicamente social; confirma sua consciência na existência, justamente porque a atividade ideal é a sua atividade social. É a relação que estabelece com a natureza para transformá-la, ou seja, o trabalho, o desencadeante de um processo histórico que modifica a natureza e o próprio homem num processo contínuo. Eis o ponto de partida do materialismo marxiano.

Para Marx e Engels (2007, p. 36) “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” o que significa que o ser humano é determinado pelo seu modo de vida, mas também pode alterá-lo. Entretanto, para mudar a si mesmo, os homens precisam revolucionar as circunstâncias que mantêm este modo de viver.

Guiados por esta compreensão, tanto Marx quanto Engels, vão concentrar toda sua obra e militância, no combate ao tipo de formação econômico-social que oprime o homem na sua condição humana. E este combate passará centralmente pelo processo de educação da classe trabalhadora, por ser a classe social que mais sente a opressão do capital e que por isso potencialmente poderá construir sua superação.

Segundo Suchodolski (1976, p. 69-70), “para muitos as tarefas fundamentais da educação consistem em educar o coração e a virtude; para Marx e Engels tem a maior importância o desenvolvimento da consciência e o despertar pela revolução”, sendo, portanto, a prática revolucionária da classe trabalhadora na luta pela sua emancipação, o único caminho para a verdadeira formação de homens novos (SUCHODOLSKI, 1976, p. 179).

Esta luta pela sua emancipação se desenvolve num complexo de relações que perpassam vários espaços de vivência da classe trabalhadora; espaço laborativo, família,

moradia, partidos, associações, escolas, greves, sindicatos, etc. Para o que pretendemos neste trabalho, que se relaciona com o papel dos sindicatos no século XXI no que diz respeito a uma práxis política que contribua com a classe na luta pela sua emancipação, analisaremos neste capítulo, o papel do sindicato como educador e educando.

Neste capítulo, revisitaremos brevemente a origem dos sindicatos, recuperando a sua gênese e desenvolvimento em Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Trotsky, destacando principalmente o papel que cada um considera que devem ter os sindicatos no processo da luta pela emancipação da classe trabalhadora e ainda, os elementos político-pedagógicos intrínsecos nas elaborações destes clássicos. Afinal, como ignorar a práxis política como processo educativo de milhões de homens e mulheres?

2.1 A concepção de sindicato em Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky

O historiador francês René Rémond (1983) considera o século XIX como um longo século que começa com a derrota de Napoleão Bonaparte e só se conclui com o início da primeira grande guerra, que, desse modo, marca o início do século XX. Para eles os sindicatos são o fruto vermelho do longo século XIX, embora a sua longevidade se estenda aos séculos XX e XXI, malgrado o ceticismo de seus críticos mais ferozes.

Devemos ainda dizer que, em relação à série de questões que decorrem do debate sobre os sindicatos como educador e educando de amplas massas, tomamos como referência fundamental os pressupostos que se articulam em torno da tradição marxista, que, de certa maneira, tem a sua genealogia vinculada ao longo século XIX.

Antes dos primeiros escritos de Engels e de Marx sobre os sindicatos, já havia desde a Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, com o advento do vapor e, em seguida das máquinas, as sociedades de socorros mútuos, associações e coalizões de trabalhadores. Mas estas eram proibidas.

A Inglaterra era, no cenário mundial, a primeira economia industrial de vulto a “oficina do mundo” (HOBSBAWN, 1977, p. 68). A sua posição privilegiada, que se solidificou no século XVIII, decerto, explica a sua localização excepcionalmente favorecida quando da explosão da indústria.

A revolução industrial concentrou riqueza e pobreza, capital e trabalho em cidades sujas, entremeadas de casebres nos quais eram atiradas as famílias das classes trabalhadoras, com muitos deveres e quase que desprovidas de quaisquer direitos.

Hobsbawn (1977) descreve que foram impressionantes as transformações

ocorridas no cenário do capitalismo inglês em pouco mais de meio século. A produção e exportações de tecidos de algodão saltaram, a quantidade de teares mecânicos aumentou velozmente, a produção de carvão foi mais que triplicada e a de ferro foi quase quadruplicada. Era um crescimento econômico acelerado que trazia resultados sociais marcantes e perversos. A urbanização desordenada que faziam emergir grandes cidades cobertas de fumaça e impregnadas de imundície. Seus serviços públicos básicos, esgotos sanitários, espaços abertos, etc, não podiam acompanhar a migração maciça de pessoas, produzindo assim, sobretudo depois de 1830, epidemia de cólera e febre tifóide. As novas populações urbanas, às vezes inteiramente desconhecedoras do que fosse a vida nas cidades (como, por exemplo, os irlandeses), apinhavam-se em cortiços superlotados e lúgubres. As grandes cidades, principalmente as localizadas nos distritos industriais, tais como Lancashire, Manchester ou Yorkshire, eram constituídas, em sua grande maioria, por proletários, a classe social produto da primeira Revolução Industrial. E esta não era uma realidade particular da Inglaterra. Embora a industrialização na França tenha sido mais lenta do que na Inglaterra, as novas cidades industriais, como Mullhouse, Lille ou Rouen, passaram a exibir o mesmo cenário lúgubre que caracterizava as cidades industriais inglesas.

Nesse contexto surgem então as primeiras associações secretas, posteriormente a resistência à introdução das máquinas com a destruição das mesmas, as coalizões e posteriormente, com a Lei da Reforma em 1824, aprovada pela Câmara dos Comuns da Inglaterra, surgirão as associações e a Trade Unions (Uniãoes Sindicais) em 1845.

Na França, onde o desenvolvimento da grande indústria capitalista era mais frágil, as associações e greves de operários eram consideradas ilegais. Contudo, as sociedades de ajuda mútua eram permitidas e haviam crescido muito após 1830, período em que avançou a industrialização neste país. Esses tipos de organizações tinham um duplo papel: eram organizações de beneficência, mas serviam também como sociedades de resistência dos operários. Utilizavam seus recursos financeiros não só para ajudar os sócios mais necessitados, mas principalmente para apoiar os operários durante as greves. Já nesse período, o movimento operário de Paris difundia jornais clandestinos com fórmulas revolucionárias de igualitarismo proletário, luta de classes, etc. Mas é a partir de 1840, segundo Hobsbawn (1977, p. 44), “que o proletariado, rebento da Revolução Industrial, e o comunismo, que se achava agora ligado aos movimentos sociais (o espectro do *Manifesto Comunista*), abriram caminho pelo continente”.

É com esse movimento operário já em efervescência que Marx entrará em contato após emigrar para Paris fins de 1843. Foi na França que Marx teve as primeiras experiências

diretas com a classe operária e suas lutas. O contato com o movimento do proletariado francês ocorreu não apenas no nível do conhecimento teórico, mas também, e, sobretudo, no plano da experiência vivida (Marx chegou a participar de assembleias de artesãos comunistas, partidários da Liga dos Justos). Entretanto, Marx, já tinha desenvolvido toda uma concepção sobre o movimento do proletariado.

Na Alemanha, a industrialização, apesar de significativa, era bastante incipiente, comparada com a da França e da Inglaterra. A Alemanha continuava a ser um país de artesanato e indústria doméstica. A classe trabalhadora alemã era formada por artesãos de ofício e semiproletários, que ainda não haviam se desvinculado da terra, e ex-artesãos da indústria doméstica capitalista (tecelões, fiandeiros, ferreiros, etc.), muitos deles em franco processo de proletarização. Não tinham vivido greves como o proletariado inglês e tampouco o francês. Mas esses ex-artesãos das indústrias domésticas da Renânia-Westfália, Saxônia e Silésia, provocaram uma onda de greves em várias partes da Alemanha em junho-julho de 1844, que levou Marx a escrever sobre eles no artigo “Glosas Críticas ao artigo o Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano” de junho de 1844.

Apresentamos este brevíssimo resgate de como se desenvolvia o movimento operário na Inglaterra, França e Alemanha, apenas para contextualizar as desigualdades do movimento incipiente do proletariado com o qual Marx e Engels tomarão contato e elaborarão suas ideias sobre os sindicatos e sua teoria sobre o funcionamento da nova sociedade surgida com a Revolução Industrial e o papel do proletariado nela.

Engels em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, escrito entre setembro de 1844 a março de 1845, descreveu as condições de vida do proletariado inglês dos anos de 1840 e um pouco das suas lutas até então. No capítulo, intitulado “os movimentos operários”, Engels tratou das diversas ações operárias até aquele período. Dos crimes contra a propriedade e a destruição de máquinas, ao sindicalismo e cartismo. Enfim, formas de rebeldia operária contra a situação social criada pelo capitalismo industrial em constituição. Para o jovem alemão, a primeira forma de revolta operária foi o crime:

O operário vivia na miséria e na indigência e via outros que gozavam de situação melhor. A sua razão não conseguia compreender por que era precisamente ele que tinha que sofrer nestas condições, ele que fazia bem mais pela sociedade do que um rico ocioso. Por outro lado, a necessidade venceu o respeito inato pela propriedade - começou a roubar. (ENGELS, 1986, p. 242).

Esta forma de rebelião, segundo Engels, era a mais brutal e menos frutífera e os operários logo perceberam que o crime não ajudava em nada. Era um protesto individual.

Como classe, eles primeiro manifestaram oposição à burguesia quando resistiam à introdução da maquinaria e nas greves gerais dos tecelões ocorridas em 1812, organizada por uma associação secreta e repetida em 1822. Nesta ocasião, relata Engels, ácido sulfúrico foi atirado no rosto de dois operários que não se uniram à associação, e foram, portanto, considerados traidores de sua classe pelos membros.

Essas associações, que como já dissemos eram proibidas até 1824 na Inglaterra, quando os operários obtiveram em 1824 o direito de livre associação, “elas estenderam-se rapidamente por toda a Inglaterra e tornaram-se poderosas. Em todos os ramos da indústria constituíram-se organizações semelhantes (Trade Unions) com a intenção manifesta de proteger o operário isolado contra a tirania e a incúria da burguesia” (ENGELS, 1986, p. 244). Seus objetivos eram fixar os salários, enquanto força, com os patrões, regulamentar os salários em função do lucro do patrão, aumentá-lo no momento propício e mantê-los. Além disso, ajudar financeiramente os operários por meio de caixa da associação.

Os sindicatos orientavam os operários a não trabalharem para os capitalistas que se recusassem a aceitar a escala de *salários por peça* negociada para aquele ramo de indústria (o salário por peça era a forma de pagamento utilizada nas grandes indústrias têxteis). Além disso, eles lutavam contra a redução de salários, estratégia muito utilizada pelos capitalistas em épocas de crise. A crescente contratação de aprendizes, crianças e mulheres que ganhavam um salário mais baixo e ocupavam o lugar dos operários adultos, e a introdução de máquinas era a forma mais frequente que os capitalistas utilizavam para reduzir salários.

Além da luta pelo salário e também a jornada de trabalho, no capítulo intitulado “A Concorrência” n’*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels afirma:

A concorrência é expressão mais acabada da guerra de todos contra todos que caracteriza a sociedade burguesa moderna, Essa guerra, guerra pela vida, pela existência, por tudo, e que, dadas as circunstâncias, pode ser uma guerra de morte, põe em luta não só as diferentes classes da sociedade, mas também os diferentes membros dessa classe. Cada um impede o caminho do outro, e é por isso que todos procuram eliminar quem quer que lhes atravesse no caminho e lhes tente tomar o lugar. (ENGELS, 1986, p. 93).

É explícito que, para o jovem Engels, a concorrência não existia apenas entre os capitalistas, mas também entre os próprios trabalhadores e ele considerava que era o que havia de pior nas condições do proletariado. Alertava que era a arma mais afiada da burguesia na sua luta contra o proletariado. E por isso, os sindicatos, as coalizões de operários, seriam os primeiros esforços dos trabalhadores para suprimir esta concorrência.

Superar a concorrência entre si vai de encontro a construir a solidariedade entre os

operários e momentos privilegiados para construir essa solidariedade eram as greves, além de indicar a disposição de luta do proletariado. Recorremos a Engels, quando destaca como a incrível frequência das greves era um medidor da têmpera do proletariado e como elas preparavam a classe para embates futuros:

Não se passa uma semana, dificilmente um dia, na qual não haja uma greve sobre alguma coisa, ora contra uma redução, ora contra a recusa em elevar o nível dos salários, ora em razão do emprego de fura-greves ou a continuidade de abusos, algumas vezes contra novas máquinas, ou por uma centena de outras razões. Estas greves, inicialmente escaramuças, algumas vezes resultam em pesadas lutas, não decidem nada, é verdade, mas são a mais forte prova de que a luta decisiva entre a burguesia e o proletariado está chegando. São a escola de guerra dos trabalhadores. (ENGELS, 1986, p. 253).

Essas escolas de guerra se deparam com várias limitações. Quando há crise econômica, por exemplo, os fundos das associações se esvaem rapidamente já que há muitos trabalhadores pedindo ajuda para manterem-se em greve. Outro limite é quando os fura-greves quebram a solidariedade entre os operários enfraquecendo a greve, ainda com tudo isso, não deixam de ser escola de guerra. Isso fica evidente quando o próprio Engels questiona: “Por que então os operários entram em greve nestes casos, quando a inutilidade de tais medidas é tão evidente?”, e explica:

Simplesmente porque devem protestar contra toda redução, mesmo se ditada pela necessidade; porque sentem que devem proclamar que eles, como seres humanos, não foram feitos para se dobrar às circunstâncias sociais, mas as circunstâncias sociais é que devem se dobrar a eles como seres humanos; porque o silêncio de sua parte seria um reconhecimento destas condições sociais, uma admissão do direito da burguesia de explorar os operários nos bons tempos e deixá-los morrer de fome nos maus. Contra isso o trabalhador deve rebelar-se enquanto não perdeu todo sentimento humano [...] (ENGELS, 1986, p. 250).

Tanto Engels quanto Marx, que já veremos em seguida, têm a compreensão no início das primeiras greves do papel do sindicato como regulador do preço da força de trabalho, ou seja, de luta pelo salário e também pela jornada de trabalho. Reconhecem perfeitamente a necessidade da luta imediata como meios de resistência em sua luta contra o capital. Mas não deixam de destacar suas limitações. São decisivas na medida em que possibilitam educação política ao proletariado a partir de suas próprias ações.

É na sua obra *A Miséria da Filosofia*, publicada em 1847, que Karl Marx fez as primeiras considerações sobre os sindicatos. A última seção desta obra intitula-se “Greves e Coalizões Operárias”. Ela foi uma resposta polêmica ao livro *A Filosofia da Miséria* de Proudhon. Nela procurou demonstrar a falsidade do ponto de vista de Proudhon, que dizia

serem inúteis os sindicatos e as greves por melhores salários, posto seu êxito acarretava um correspondente aumento de preços. Disse Proudhon: “É impossível que as greves seguidas de uma elevação de salários não conduzam a um encarecimento geral, isto é tão certo como dois e dois são quatro” (MARX, 2001, p. 153). Afinal, qual é a essência da polêmica de Marx com Proudhon? O que conleva esse debate?

Primeiro Marx desconstrói a ideia de que aumento de salários resulte em redução de lucros para os patrões e, por conseguinte em aumento de preços generalizados. Efetivamente diz ele, se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação ao capital fixo ou aos instrumentos de que se servem, uma alta geral dos salários produziria uma baixa geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria alteração alguma. Lembra ainda que a alta e a baixa do lucro e dos salários apenas exprimem a proporção segundo a qual os capitalistas e os trabalhadores participam do produto de um dia de trabalho, sem que incidam, na maior parte dos casos, sobre o preço do produto.

Entretanto, além do erro econômico, Marx considerava que Proudhon com suas posições contrárias às greves e às coalizões operárias incorre em outro erro de caráter mais político, justamente porque despreza os ganhos mais profundos no que diz respeito ao avanço, não no sentido linear, mas no sentido da educação política da classe que estava então se constituindo e se dotando de consciência enquanto tal, a partir de suas próprias ações.

Marx observou que o movimento social do proletariado, suas lutas contra os patrões, por melhores salários, caminhavam, passo a passo, com o movimento político da classe operária, contra o poder político da burguesia. “Na Inglaterra, a formação dessas greves, coalizões e trade-unions, caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem um grande partido político, sob a denominação de cartistas”² (MARX, 2001, p. 158). E prossegue “a grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, esse interesse comum que possuem contra o patrão, reúne-as num pensamento de resistência-coalizão” (MARX, 2001, p. 158).

Essa coalizão tinha um duplo objetivo: fazer cessar a concorrência entre os operários para que pudessem fazer uma concorrência geral ao capitalista. Logo, se num primeiro momento o objetivo da resistência era a defesa do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões,

² Cartistas: movimento sindical inglês que se iniciou na década de 1830. Fundou-se na luta pela inclusão política do proletariado em reivindicações mais políticas.

inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se elas mais importante que a manutenção do salário. Há aí uma inversão a partir da realidade que indica a dinâmica do desenvolvimento do movimento operário.

O que começa quase espontâneo, a luta pela manutenção do salário se defronta com a luta pela própria manutenção das associações e sindicatos. E é nesse momento que emerge o caráter mais político do movimento operário. Momento em que os interesses dos trabalhadores são postos para além da luta pelo salário e passam, de forma essencial, pela luta pelo direito de associação (o que põe a luta contra a forma do Estado naquela época de Marx). Segundo Marx, “nessa luta, verdadeira guerra civil, reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político” (2001, p. 159).

A preparação para as batalhas futuras a que se refere Marx ganhou um salto com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) a partir do estreitamento de laços entre os trabalhadores ingleses e franceses.

Segundo Hobsbawn (1987), na década de 1860 houve um renascimento do movimento operário inglês e um ressurgimento de iniciativas operárias no continente europeu³. Na França, Napoleão III começou a relaxar as leis antissindicais e em 1864, ocorreu a votação da Lei Ollivier, que embora limitada reconheceu o direito de coalizão dos operários. Para o historiador inglês, o que de fato Napoleão III esperava, era usar os operários como contrapeso contra a crescente oposição liberal, mas isso acabou aproximando muito os laços entre operários franceses e ingleses. Nesse contexto, foi fundada a AIT, em um encontro no St. Martin's Hall, em Londres, no dia 28 de setembro de 1864, para o qual Marx foi convidado a participar e redigir o manifesto inaugural e estatuto de fundação.

A Internacional, como veio a ser conhecida, iniciou-se com a participação dos sindicatos ingleses, as trade-unions, e sindicatos operários franceses, e de alguns exilados de outras partes da Europa, como Marx, que viviam em Londres. Foi um momento de confluência das mais ativas forças do movimento operário europeu que se encontravam em Londres. De fato, ela começou como um movimento de sindicatos operários, como expressão da solidariedade dos operários organizados da França e Inglaterra apesar do terrível banho de

³ Em 1858, ocorreu uma depressão industrial e comercial que durou até 1861, e propiciou a ocorrência de inúmeros conflitos entre capitalistas e operários, em alguns ramos da indústria inglesa. O mais importante conflito operário que ocorreu durante essa crise foi a greve dos operários da construção, em Londres, de 1859-1860 (em *O Capital*, Marx fez referência à “grande greve dos trabalhadores em construção, em Londres, em 1860-1861, para reduzir o dia de trabalho a 9 horas.”). Este conflito reascendeu o sentimento de solidariedade entre as Trade Unions e surgimento de novas organizações. (HOBSBAWN, 1987).

sangue das jornadas de junho⁴.

Nas Resoluções do congresso de fundação da AIT sobre os sindicatos, um texto sobre passado, presente e futuro dos mesmos, redigido por Marx, deixa nítido a visão de Marx sobre os limites e como poderiam avançar os sindicatos:

Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital. O objetivo às vezes, estava limitado às necessidades das lutas diárias, às defesas contra a usurpação incessante do capital, em suma, aos problemas de salários e horas de trabalho. Essa atividade não só é legítima como necessária. Não se pode renunciar a ela enquanto dure o sistema atual. Entretanto, os sindicatos se ocupam em demasia exclusivamente das lutas imediatas. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema. [...] Contudo, nestes últimos tempos, começaram a se dar conta de sua grande missão histórica. (AGUENA, 2008, p. 91).

Marx está se referindo a luta pela emancipação do proletariado. Ainda nesse texto, na parte sobre o futuro dos sindicatos ele acrescenta: “os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operaria, com vistas à sua emancipação radical”.

Marx estava muito animado com o fato da AIT contemplar, na sua direção (Conselho Geral), importantes dirigentes do movimento operário. Em uma carta a Engels⁵ deixa transparecer suas expectativas quando afirma: “a necessidade do momento é força no conteúdo e suavidade na forma” (MEHRING, 2013, p. 342). Para ele o objetivo da Internacional era unir todo o proletariado lutador da Europa e América, e dar a ele um programa a serviço da estratégia emancipatória. Unir lutas econômicas e políticas, ou transformar lutas diárias e econômicas em lutas políticas mais estratégicas. Sua expectativa era que a AIT contribuísse com o caráter internacionalista às lutas do proletariado e assim possibilitasse um salto nas lutas do proletariado europeu. Por isso, ainda que tivesse diferenças com os proudhonistas, Lassalianos, bakunistas, etc, compreendia que era preciso suavizar a forma organizativa, era necessário reunir a todos na AIT.

Em Salário, preço e lucro de 1865, a posição de Marx sobre os sindicatos, nessa época, não possui *diferenças essenciais* com relação à sua posição nas décadas de 1840 e 1850, mas volta a alertar sobre os limites da luta econômica e a necessidade de ação política

⁴ O terrível banho de sangue diz respeito às jornadas de junho de 1848 na França bastante estudadas por Marx no 18 brumário. A classe trabalhadora francesa estava exaurida e a mão de ferro do despotismo bonapartista dificultou tanto a organização sindical, quanto a política. O que voltou a abrir um período de sectarismo no movimento da classe trabalhadora francesa em praticamente duas tendências: uma em torno de Blanqui, que não tinha um programa verdadeiramente socialista e cujo objetivo era tomar o poder político com um golpe ousado de uma minoria determinada; e a outra ao redor de Proudhon, que buscava liderar os trabalhadores para longe da luta política com seu plano de banco de troca para garantia de crédito grátis. (MEHRING, 2013).

do proletariado, no sentido revolucionário. Sua denúncia dos limites das lutas por salários ganhou uma maior concretude, quando ele toma em perspectiva a *crítica da economia política*, ou seja, a análise do movimento do capital.

Para Oliveira (2013), em *Salário, preço e lucro*, Marx explica que o valor do trabalho é estabelecido pelo limite mínimo, ou seja, determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor este, portanto, regulado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-los. Ainda conforme Oliveira (2013, p. 179), nesse texto Marx aponta os limites da luta sindical, a luta se dá contra os efeitos e não as causas que geram tais efeitos. Que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam paliativos, e não a cura da doença.

Marx e Engels fizeram parte de um período histórico em que o sindicalismo era a de ofício, caracterizado por forte exclusivismo profissional (trabalhadores não-qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações uma vez que não tinham o domínio de um ofício) e abrangendo inicialmente grupos de ex-artesãos transformados em assalariados. As primeiras associações operárias se constituíram geralmente em torno de um mesmo ofício e não de empresa. Segundo Hobsbawn (1987), apenas durante as últimas décadas do Século XIX, os sindicatos difundiram-se como expressão organizada (e de massa) do movimento operário. O sindicalismo de indústria expandiu-se. Os sindicatos passaram a participar, mais efetivamente, dos movimentos políticos. Surge o ‘novo sindicalismo’ na Inglaterra durante a década de 1880 e 1890 que se caracterizava por um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos. Ainda segundo o marxista inglês, se iniciava “uma nova era nas relações trabalhistas” (HOBSBAWN, 1987, p. 230).

Lênin, Gramsci e Trotsky se defrontaram com um sindicalismo, em certas características, distinto da dos fundadores do materialismo histórico. Tanto no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo quanto à dinâmica do movimento operário e dos sindicatos. Partindo das elaborações de Marx e Engels, Lênin buscará sistematizar as tarefas centrais colocadas para o movimento operário e os sindicatos à luz das greves sistemáticas na Rússia. Em o *Que Fazer?* (1979) o revolucionário russo polemiza com os besnsteinianos e suas ramificações, que propagandeavam a teoria da atenuação dos antagonismos de classe e um sindicalismo estreito à luta ‘realista’ por reformas, tal postura levaria o movimento operário a se transformar num apêndice do movimento liberal.

Conforme vimos em Engels, Lênin também considera as greves escolas de guerra que ensinam os operários a unirem-se e a lutar, mas, ao mesmo tempo, ele afirma que não é a própria guerra. Com isso, ele alerta que mesmo a greve geral em todo o país não basta, as

greves são um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único. E que os operários não prestarem atenção a outros meios de luta, atrasarão o desenvolvimento e os êxitos da classe operária. Assim como Marx e Engels, Lênin reconhece a importância da luta econômica para educar os trabalhadores na luta política, mas seguindo seus mestres, sua grande preocupação é como transformar estas escolas de guerra em escolas do comunismo, ou seja, como os sindicatos saem da estreiteza do economicismo e preparam a classe para a luta revolucionária.

Lênin considera que:

[...] as tarefas dos sindicatos consistem em que eles sejam os artífices de milhões de seres que aprendam por sua própria experiência a repelir os velhos preconceitos, a dirigir o Estado e a produção, é apenas nisto que reside a garantia infalível de que a causa do socialismo vencerá plenamente excluindo toda a possibilidade de retrocesso. (LENIN, 1979, p. 278).

O aprender com sua própria experiência do qual se refere Lênin, nas condições da Rússia, ia *pari passu* com o combate ao revisionismo que um setor da II Internacional disseminava. Estes apresentavam uma leitura mecânica de Marx, consideravam que quanto mais o proletariado aumentasse em consequência do desenvolvimento capitalista, mais seria obrigado e teria a possibilidade de lutar contra o capitalismo e assim, adquiriria a consciência da necessidade do socialismo. Ora, isso é inteiramente falso, argumentava Lênin (1979, p. 117), “a consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade”.

Neste sentido que Lênin defendia que a consciência política de classe não podia ser levada ao operário senão do exterior, não do exterior da classe, mas do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. Dizia ele, o único domínio onde se poderá extrair esses conhecimentos é o das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre si.

Em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, de 1920, respondendo aos comunistas alemães sobre se os revolucionários deveriam atuar nos sindicatos daquela época com fortes aristocracias operárias em suas direções, Lênin é enfático:

E é essa precisamente a estupidez que cometem os comunistas alemães ‘de esquerda’, que deduzem do caráter reacionário e contra-revolucionário das direções dos sindicatos que é preciso sair dos sindicatos! Renunciar ao trabalho neles! Criar

formas de organização operárias novas, inventadas! Uma estupidez! [...] Para saber ajudar a ‘massa’ e conquistar sua simpatia, adesão e apoio, é preciso não temer as dificuldades, mesquinhas e perseguições dos dirigentes. E deve-se trabalhar obrigatoriamente onde estejam as massas. (LENIN, 1989, p. 67)

Outro marxista que contribuiu com a temática dos sindicatos foi Gramsci. Aqui pretendemos destacar apenas alguns elementos de seus escritos sobre sindicatos e conselhos de fábrica. No período em que foi editor do semanário *L'Ordine Nuovo*⁶, defendeu nas páginas do jornal uma caracterização do movimento sindical. Para o autor, os sindicatos são os organizadores dos trabalhadores enquanto assalariados e não como produtores. Nesse sentido, o sindicato está integrado à ordem capitalista porque funciona como comerciante, negociador e organizador da mercadoria força de trabalho. Por conta dessas funções o sindicalismo está vinculado à legalidade capitalista e tende a não deixar que a guerra de classes se desenvolva.

Por isso, na opinião de Gramsci, o sindicalismo, através de seus meios e controles, não é capaz de levar os trabalhadores à atuação pela transformação da sociedade capitalista e pelo fim das classes sociais. Nesse sentido, os sindicatos não são revolucionários. Criticando o caminho tomado pelos sindicatos, Gramsci comenta no artigo sobre o Sindicalismo e Conselhos (*L'Ordine Nuovo*) os limites dos sindicatos de seu tempo. Vejamos o que nos diz o pensador sardenho:

O horizonte limitado dos sindicatos dentro da ordem capitalista faz com que tenham limites em transpor essa ordem, tendo um papel político e pedagógico importante no sentido de mostrar à classe trabalhadora seus limites em se reformar. Em outras palavras, os sindicatos são importantes instrumentos de luta por mostrarem os limites do capitalismo no âmbito econômico ou da luta econômica. Porém, eles não são instrumentos para a transformação social, para a revolução; pois esse papel cabe ao Partido Político que deve formar a classe e prepará-la nesse caminho (GRAMSCI; BORDIGA, 1981, p. 47-48).

Gramsci faz uma crítica contundente aos sindicatos italianos e à sua burocratização, mostrando o quanto se afastaram da classe trabalhadora, mostrando seus limites como instrumento ligado à luta imediata por melhorias nas condições de trabalho e salário, ou seja, por reformas sociais. Nesse sentido, ao analisar o processo de burocratização dos sindicatos, ele nos confirma no texto sobre Sindicatos e Conselhos I, no Jornal *L'Ordine*

⁶ Antonio Gramsci e Amadeo Bordiga, *Conselhos de Fábrica*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. É importante ressaltar que esses artigos escritos por Gramsci estão inseridos em um contexto italiano (1919-1920) de discussões em torno na relação entre sindicato, conselhos de fábrica e partido. Além disso, no último artigo da coletânea publicada nesse livro, o autor parece amenizar as críticas ao sindicalismo, afirmando alguns elementos positivos da ação sindical (p. 100-6).

Nuovo, de 11 de outubro de 1919 que:

Os operários sentem que o complexo da 'sua' organização se tornou num aparelho de tais dimensões que acabou por obedecer a leis próprias, inerentes à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência da sua missão histórica de classe revolucionária. (GRAMSCI; BORDIGA, 1981, p. 42).

Paralelo à crítica aos sindicatos havia na Itália o surgimento de dinâmicos órgãos da classe operária que eram os Conselhos. Foi em Turim, pós Primeira Guerra Mundial, que as comissões de fábrica passaram por um desenvolvimento que os transformou em instrumentos de luta eficientes para a classe trabalhadora da Itália. Turim passava a ser “a Petrogrado italiana” e as comissões de fábrica os “soviets italianos”. As comissões exerciam a democracia operária, desenvolviam funções de arbitragem e disciplina, atendendo ao interesse da classe operária na direção e administração, eram órgãos de poder do proletariado, o auto-governo operário. Os conselhos encarnavam o poder da classe trabalhadora organizada por fábrica uma antítese do poder patronal. Eram esses órgãos que poderiam dirigir os sindicatos italianos para o enfrentamento com a burguesia. Toda inspiração dos conselhos operários se concentrava nos soviets, como organismos de caráter revolucionário, com poder próprio não sujeito às patronais.

Segundo Antunes (1982), os conselhos de fábrica em Turim, durante o ano de 1920, promoveram uma forte greve geral, com duração de 10 a 15 dias, que acabou sendo derrotada, por forte repressão policial. A falta de coesão revolucionária, as direções dos sindicatos por meio do Partido Socialista Italiano, que não entenderam a situação revolucionária na Itália, que os conselhos operários dirigiam a greve geral em Turim, não procuraram armar o proletariado e travar uma luta revolucionária contra a repressão policial. Todos esses fatores combinados representam os motivos da derrota dos conselhos operários.

Gramsci assim como Lênin, Marx e Engels, consideram que é na luta contra o capital que se realiza a educação política do proletariado, mas também se faz necessário ter ações pedagógicas junto às massas para que essa luta torne-se mais consciente e não sujeita a uma mera prática espontaneísta. Nesta luta contra as condições de alienação em que estão inseridos é que a classe trabalhadora passa a se reconhecer como sujeitos pertencentes a uma das duas forças hegemônicas.

Para efeito do que pretendemos, a saber, uma visão geral ainda que limitada sobre a contribuição de autores marxistas sobre sindicatos, consideramos importante abordar também, as contribuições de Trotsky sobre o tema.

Trotsky escreveu sobre os sindicatos principalmente após o impulso que teve o movimento operário mundial com a revolução de 1917 na Rússia, e conseqüentemente sua dinâmica nas décadas seguintes. Outros escritos são posteriores ao controle do stalinismo sobre a ex-URSS.

Em *Os sindicatos na época da decadência imperialista*, de 1940, Trotsky destaca que o capitalismo monopolista era cada vez menos capaz de conviver com a independência dos sindicatos. Terminavam conseguindo transformando a burocracia reformista à frente da maioria dos sindicatos, em sua polícia política aos olhos da classe operária, a partir das políticas estatais.

Considerava haver uma virada à direita e a supressão da democracia interna nos sindicatos europeus, tanto pela política da social-democracia quanto pelo stalinismo. Afirmava que “nos Estados Unidos, onde o sindicalismo nos anos 1930 havia passado por um período de importantes lutas, e criado o Congresso de Organizações Industriais (CIO), demonstrando haver evidências da existência de tendências revolucionárias nas massas operárias, nem bem engatinhava caiu no férreo abraço do Estado imperialista”.

Referia-se ao apoio que as duas maiores federações sindicais deram ao governo Roosevelt e seu gabinete.

Quanto aos sindicatos no México, país em que Trotsky estava exilado, haviam segundo ele, se transformado durante o governo de Cárdenas, em instituições semi-estatais. Até os sindicatos da Espanha, país que havia passado por uma guerra civil e que tinha forte influência das ideias anarquistas e também socialistas, e uma poderosa Confederação Geral dos Trabalhadores, que havia organizado a resistência ao fascismo nos anos de 1936 a 1939, muitos de seus dirigentes converteram-se em ministros burgueses conservadores e outros tantos que haviam salvaguardado a independência política foram afastados pelo Partido Comunista de Moscou.

Em *Comunismo e sindicato* texto de 1923, Trotsky infere que se o proletariado soubesse da sua tarefa histórica, não necessitaria nem de sindicatos, nem do partido revolucionário, ou seja, a revolução teria nascido com o proletariado. Pelo contrário, o processo histórico é compreendido pelo proletariado a partir de uma longa e penosa luta, seja sindical ou partidária, na qual ele apreende as condições sociais, principalmente com a ajuda da classe operária mais consciente e politizada.

Na relação partidos-sindicatos, Trotsky retoma alguns exemplos da primeira Internacional. Ele assinala que quando Marx escreveu que o partido operário seria formado a partir dos sindicatos, ele estaria se referindo à situação específica da Inglaterra que já possuía

várias organizações sindicais; ao contrário da Rússia onde o Partido Comunista criou vários sindicatos e os preparou para a luta massiva de classe. O importante para Trotsky era divulgar, seja através do partido operário, seja através dos sindicatos, as ideias socialistas. E afirmava: “Os sindicatos não são um fim em si mesmos, são apenas meios que devem ser empregados na marcha em direção à revolução proletária.” (TROTSKY, 1940, s/p).

Pode-se afirmar que a questão central para Trotsky no que diz respeito aos sindicatos, era o perigo de sua relação com o Estado burguês e por outro lado, a burocratização em que havia se transformado a União Soviética controlada por Stálin e suas consequências para o movimento operário mundial. Por isso Trotsky enfatiza a luta pela independência do movimento operário do estado burguês e pelo seu combate à burocratização stalinista.

Em sua obra *O Programa de Transição* de 1938, no item sobre os sindicatos na época de transição, Trotsky explica que é “na luta pelas reivindicações parciais e transitórias, que os operários têm atualmente mais necessidades do que nunca de organizações de massas, antes de tudo de sindicatos” (2011, p. 08). E prossegue afirmando que a poderosa ascensão dos sindicatos na França e nos Estados Unidos foi uma resposta àqueles esquerdistas que pregavam que os sindicatos estavam fora de moda. Ainda segundo Trotsky, os revolucionários deveriam estar nas primeiras fileiras de todas as formas de luta, mesmo naquelas onde se tratasse somente de interesses materiais ou dos direitos democráticos mais modestos da classe operária. E o mais importante, deveria tomar parte ativa na vida dos sindicatos de massa, preocupando-se em reforçá-los, em aumentar seu espírito de luta.

Após revisitarmos a concepção de sindicato em Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky, agora se faz necessário buscar os nexos entre a ação política dos trabalhadores, seus sindicatos e a educação política do proletariado para os respectivos autores a partir de uma categoria de análise, a práxis.

2.2 A práxis

O ponto de partida de Marx e Engels são as relações sociais de produção que os homens estabelecem na vida real. Os principais elementos ontológicos da materialidade dos fundadores do materialismo histórico e dialético são: a existência dos indivíduos físicos, suas ações e as condições materiais de vida encontradas e as que eles constroem. Partindo desses elementos, os fundadores do materialismo histórico-dialético afirmam que o fundamento da história é a atividade humana ao destacarem que “toda a historiografia deve partir desses

fundamentos naturais e de sua transformação pela ação dos homens no decorrer da história” (MARX; ENGELS, 2001, p. 10).

Para Sousa Junior (2011), essa ação dos homens a que se referem Marx e Engels é a práxis humana e o trabalho. Segundo ele, “se o trabalho é a atividade que produz materialmente a própria vida, e se o homem é um ser que se constrói no conjunto das relações num movimento constante, num processo infinito, então não há como se recusar o caráter educativo imanente a toda a história da formação do homem” (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 23). Consideramos que a categoria trabalho quanto a categoria da práxis, entendidas como atividade humana transformadora e criadora, centrais na formação do homem, lançam luzes para a apreensão do objeto a ser investigado, a saber, o papel do sindicato na construção de uma consciência para além dos limites do capital.

Entretanto concordamos com Kosik (1995) quando afirma que a categoria da práxis tem uma dimensão de maior amplitude que o trabalho na formação do homem:

A práxis compreende – além do momento laborativo – também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angustia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança etc., não se apresentam como ‘experiência’ passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização da liberdade humana. Sem o momento existencial o trabalho deixaria de ser parte da práxis. (KOSIK, 1995, p. 224).

Neto e Braz (2011), para quem o trabalho é a objetivação primária do ser social, corroboram com a ideia de que a práxis tem uma dimensão mais ampla que o trabalho e acrescentam:

O ser social é mais que trabalho, ele cria também objetivações que transcendem o universo do trabalho e a categoria teórica que explica esta realidade é a práxis. A práxis envolve o trabalho, mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas, revela o homem como ser criativo e autoprodutivo. O homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. (NETO; BRAZ, 2011, p. 53-54).

No mesmo sentido, Lukács (2010) considera que o trabalho é um ponto de partida que desencadeia o processo complexo em que a formação humana vai ter na práxis um todo, ou seja, a sua efetivação real. Dito de outra forma, o ponto inicial de toda atividade humana é a práxis produtiva (o trabalho), mas a partir dela se criam outras formas de manifestação e objetivação humanas que se autonomizam. Para o filósofo húngaro, a própria formação da generidade humana também vai se fundar na práxis:

Devido a práxis, o homem que continua a se desenvolver em uma multilateralidade cada vez mais variada se encontra defronte à sociedade, ao seu metabolismo com a natureza, à sua formação de órgãos para desenvolvimento próprio, etc, com o que não apenas cresce a corporificação objetiva da generidade, tornando-se cada vez mais variada em muitos aspectos, mas, ao mesmo tempo, coloca múltiplas e diferenciadas exigências ao indivíduo humano. (LUKÁCS, 2010, p. 82).

Ora, se o ser genérico se funda e confirma na práxis, ela não pode ser confundida com uma simples ação prática. Neste sentido, consideramos pertinente destacar a diferença que Lukács (2010) estabelece entre práxis e prática. Práxis é uma atividade ou ação especial que se efetiva a partir de uma consciência elaborada. Já a segunda seria a atividade ou ação destituída daquela consciência.

Para Kosik (1995), na sua essência e universalidade, a práxis é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). “A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teórica; é determinação da existência humana como elaboração da realidade” (KOSIK, 1995, p. 222).

Aqui, a ideia central é a de que a realidade humana e social, não a realidade como totalidade, mas a humana e social, resulta da práxis humana. O homem não cria toda a realidade, embora tenha que compreendê-la para incidir sobre ela a partir da experiência e consciência que vai adquirindo. Kosik chama a atenção para o fato de que a destruição da pseudo-concreticidade se dá através do mundo prático e não só pelo conhecimento. Trata-se, em última análise, de tomar a categoria como “a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo”. Essa leitura corresponde – no plano histórico – ao entendimento que Engels formulara em *A sagrada família*, em que a história não é nada, a não ser aquilo que faz o indivíduo, as classes, a humanidade. Acontece que esse entendimento abarca a realidade e a compreensão dela e essa dialética se inscreve na fórmula viva da práxis. Assim, “a práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente” (KOSIK, 1995, p. 222). Desse modo, nesse processo prático, que é a história, se realiza a distinção do humano do não humano, em que o primeiro assume a práxis, não como uma determinação exterior do seu ser, mas algo que se articula com a sua peculiaridade de criatura humana, ou, num sentido mais amplo, com a sua característica de humanidade.

Nos apoiaremos também em Konder (1992) que nos ajuda na compreensão da categoria práxis. Para o autor, práxis é a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; neste sentido, práxis é a

teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 1992, p. 115). Konder nos fornece ainda sua compreensão da relação da práxis com a teoria. Para ele, a teoria é um momento necessário da práxis para distingui-la das demais atividades praticas meramente repetitivas.

Vásquez (1986) examinando os textos clássicos marxiano, ata os múltiplos fios do conceito de práxis, tomando-a como a) fundamento do conhecimento; b) critério da verdade; c) unidade da mudança do homem e das circunstâncias, e, finalmente, d) dos lastros da interpretação do mundo com a sua transformação.

Para o filósofo espanhol, a relação entre teoria e práxis é para Marx “teórica e prática; prática na medida em que a teoria como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente” (VASQUEZ, 1986, p. 117). E afere que como filosofia da práxis, o marxismo é a consciência filosófica da atividade prática humana que transforma o mundo.

Já em *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx começou a desenvolver uma concepção de práxis diferente da dos pensadores até então. Ao destacar que “a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural” (MARX, 2004, p. 110), Marx se refere ao fato de que na relação contraditória do trabalhador com o objeto de seu trabalho, o homem pode construir as condições para a superação desta contradição. Ou seja, na experiência das lutas da classe trabalhadora o sujeito potencialmente revolucionário pela sua localização na sociedade do capital, pode adquirir pela sua práxis, a consciência de que necessita superar esta sociedade. Em outra passagem dos *Manuscritos*, o jovem Marx sinaliza a importância da relação teoria e prática da classe trabalhadora como condição para a fundamentação de um projeto emancipatório, vejamos:

Assim como pelo movimento da propriedade e da sua riqueza, assim como da sua miséria- ou da riqueza e miséria materiais e espirituais – a sociedade que vem a ser encontra todo o material para esta formação, assim também a sociedade que veio a ser produz o homem nesta total riqueza da sua essência, o homem plenamente rico e profundo enquanto sua efetividade. [...] Só pela energia prática do homem e, por isso, a sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma efetiva tarefa vital que a filosofia não pôde resolver, precisamente porque a tomou apenas como tarefa teórica. (MARX, 2004, p. 111)

O que Marx nos está dizendo é que a teoria em si é inoperante, por mais radical que ela seja, para deixar de ser inoperante ela necessita se realizar em força material, e

segundo os fundadores do materialismo histórico-dialético, essa passagem da teoria à práxis revolucionária, é determinada pela existência de uma classe social, o proletariado. Como afirma Vásquez (1986, p. 129), “nem a teoria por si mesma pode emancipar o proletariado, nem sua existência social por si só garante sua libertação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação”.

Dito isto, a partir de agora, guiados por esta compreensão, que todas as elaborações de Marx e Engels sobre sindicatos em seu tempo, assim como sua militância e acompanhamento da dinâmica do movimento operário, esta perpassada por este objetivo, de que o proletariado adquira consciência de sua situação para que seja capaz de ser o portador de sua própria emancipação, articularemos a concepção de sindicatos dos autores abordados na primeira parte do capítulo com a educação do proletariado através da sua própria práxis. Não uma práxis no sentido da prática mecânica, mas da práxis conforme conceituada aqui, ação consciente que transforma o mundo.

2.3 A práxis política como processo educativo

Recordemos que em *A miséria da filosofia* (2001), Marx descreve como as condições objetivas do novo modelo de sociedade advindo da revolução industrial engendra as potenciais condições de organização, luta e desenvolvimento da classe trabalhadora:

As condições econômicas tinham transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política. (MARX, 2001, p. 151).

Ora, Marx nos está dizendo que há um processo de luta permanente em que a classe irá constituindo-se como tal. É nessa luta política, nesse percurso, que os vendedores da força de trabalho vão construindo laços comuns, comunidades de interesses e forças organizativas determinadas. Em outros termos, começam a se constituir como classe. Sua formação passa por várias etapas, em um primeiro momento formavam uma massa dispersa por todo o país e dividida pela concorrência entre si. Mas com o desenvolvimento da indústria, a concentração de mão de obra em empresas que chegam a reunir milhares de empregados, condições de organização e luta mais favoráveis são criadas.

Compreende-se que o grande projeto educativo dos fundadores do materialismo

histórico e dialético, é como fazer com que a classe que se forma objetivamente pelas condições estruturais da indústria, se desenvolva em classe-para-si, ou seja, dotada conscientemente de uma estratégia emancipatória que é o projeto da revolução social. Esse desenvolvimento, ou seja, esse reconhecimento enquanto classe, de sua condição e da necessidade de mudança, ocorre na práxis e pela práxis política, no campo da luta de classes e não no campo do pensamento. Elucidativo quanto a isso, recorreremos à *Segunda Tese sobre Feuerbach* quando afirma:

A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim, uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica (MARX; ENGELS, 2001, p. 100).

Nisto concerne a importância que Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky atribuem as organizações do proletariado, sejam as associações, sindicatos, comissões de fábrica, partidos, etc., não é a elas em si mesmo, mas ao papel de organizador coletivo que exercem possibilitando que os trabalhadores se transformem em força material de transformação e autotransformação.

Reputamos ser útil recordar de que a história em Marx e Engels (assim como em Lênin, Gramsci e Trotsky) não é um processo simples, linear, cronológico e natural. A atividade social, motor da história, vê-se diante de forças, das quais ela é criadora e que, paradoxalmente, se levantam como uma barreira ante as expectativas de indivíduos e grupos, as quais, impiedosamente, destroem os seus cálculos. Diferentemente dos céticos, no entanto, Marx e Lênin acreditam que a pedagogia de ferro do capital ensina, que a luta de classes instrui e treina, e que, nesse trajeto, o proletariado adquire conhecimentos políticos. Desse modo, o proletariado se vê ante a possibilidade de não apenas instintivamente, mas, notadamente, de forma consciente, fazer frente aos martírios do capital e da ideologia que parece lhe ungir com o óleo miraculoso da eternidade. Quando a luta simples do trabalhador com o patrão se torna uma luta de classe com classe, uma luta política, finalmente, a massa que se reúne se transforma em classe para si mesma.

Recordemos que em Engels e Marx uma das tarefas centrais das primeiras associações e sindicatos era superar a concorrência entre os trabalhadores, criar laços de solidariedade de classe. Para eles, as greves eram escolas de guerra dos trabalhadores contra a burguesia, e a luta pelo salário que acabava se transformando em uma luta pelo direito às associações, Marx chamou de guerra civil. E mais, considerava que estas lutas preparavam

para uma batalha futura. Ora, há uma profunda compreensão de que os trabalhadores aprendem e ensinam, com sua ação. Uma ação que deve estar guiada por uma batalha futura, consciente. Afinal, “a consciência nunca pode ser mais que ser consciente, o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 2001, p. 19).

A importância dada a toda e qualquer luta econômica da época, as lutas diárias da classe conforme vimos no breve resgate histórico sobre os sindicatos, e de igual maneira a polêmica com Proudhon que desprezava a luta pelo salário, aliás, para Marx, o que os proudhonistas não enxergavam era que nessa realidade concreta do proletariado, a luta por salário e as greves, imbricavam lutas econômicas e políticas e, por conseguinte, o fazer-se da classe operária enquanto classe. Eis um sentido político educativo profundo da polêmica entre Marx e Proudhon.

Marx, Engels e Lenin, Gramsci e Trotsky estavam convencidos de que os sindicatos atuam como educadores porque são vistos por estes como , organizadores coletivos para que a classe através de sua práxis possa ir desenvolvendo uma consciência da necessidade de superação do modelo econômico e societal assentado na exploração. Entendiam conforme apresentamos até aqui, que os sindicatos eram meios importantes de luta, não era o fim, e sim parte inseparável de uma estratégia que ultrapassava o seu raio de ação. Esse entendimento nunca fez com que Marx e Engels desprezassem ou diminuíssem a relevância do movimento sindical, notadamente, o papel educativo em relação aos seus membros que, na dobra do século XIX para o XX, contavam aos milhões pelos quatro cantos do mundo, especialmente na Europa.

E esse aprendizado ocorre independentemente se a luta empreendida por seus interesses resulta vitoriosa ou não. Esse aprendizado como processo, a partir da dinâmica real do movimento operário, que às vezes são movimentos vitoriosos e outras vezes não, está explícito no *Manifesto Comunista* de 1848, quando Marx e Engels abordando as várias etapas de desenvolvimento pelas quais passam o proletariado, afirmam:

Às vezes, os operários são vitoriosos, mas apenas por certo tempo. O fruto real de suas lutas não está no resultado imediato, mas na união sempre crescente dos operários. Esta união é facilitada pela melhoria dos meios de comunicação que são criados pela indústria moderna e que põem os operários de diferentes localidades em contato uns com os outros. Apenas este contato foi necessário para centralizar as numerosas lutas locais, todas do mesmo caráter, em uma luta nacional entre as classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. (MARX; ENGELS, 2009, p. 50).

A fundação da AIT é um bom exemplo onde se relacionam práxis política e práxis

revolucionária. Marx opinava que se o poder do capital tendia a assumir uma dimensão internacional, cabia aos operários, se quisessem ter êxito nas suas lutas contra os capitalistas, também organizarem-se enquanto força internacional. Foi isso que Marx procurou demonstrar para os líderes operários de seu tempo. A unificação dos esforços do proletariado eram, portanto, uma exigência posta pelo desenvolvimento do capital. Para que o proletariado mantivesse a eficácia de suas lutas de resistência contra as usurpações dos capitalistas, deveriam, portanto, unificar, generalizar e dar uma dimensão internacional à sua organização (e às suas lutas). A Internacional tinha, precisamente, essa importante função apoiar as greves (e lutas operárias) dos diversos países, cuja meta final seria a própria emancipação econômica da classe operária.

Nessa perspectiva, haveria uma relação íntima (e enriquecedora) entre *movimento sindical* e *movimento político* dos trabalhadores, mas não apenas isso - para Marx, não havia uma separação efetiva entre os dois momentos da ação operária. Tanto o momento da luta defensiva pelo salário e pela vida dos operários quanto o seu momento superior, o movimento político, de unificação e generalização das lutas operárias, visando a conquista do poder político, compunham o movimento do proletariado pela abolição do sistema do salário, pela sua total emancipação.

Lênin, em seu clássico *Que fazer?* (1978) - obra em que o autor se opõe a visão e a prática política dos economicistas - afirma que não há movimento revolucionário sem teoria revolucionária, ressaltando e confrontando o desprezo que seus oponentes no debate têm com relação à teoria. Aqui, não há oposição entre teoria e prática, pois, para Lênin, a atividade prática não está contraposta à atividade teórica, conforme, décadas depois, Vásquez ratifica.

A práxis política e a consciência operária, para Lênin, se articulam como uma totalidade, e, nesse sentido, é um desserviço dos economicistas, opor a atividade concreta do operário à ação política, uma vez que é a segunda que pode oferecer ao operariado o embasamento necessário para uma consciência do conjunto mais complexo da história, incluindo a compreensão de seu lugar social e da possibilidade de influir na mudança do mundo.

Se, nas palavras de Vásquez, “a passagem da filosofia à realidade requer a mediação dos homens, e da práxis” (1986, p. 127), em Lênin, a passagem do domínio do capital à emancipação humana requer a mediação do proletariado como classe tendencialmente revolucionária. Em sua práxis ontocriativa, o proletariado se encontra diante da possibilidade de se atinar com a formação de uma consciência política que aponte, para usar a conhecida formulação de Mészáros, “para além do capital”. Lênin está imbuído dessa

convicção e o tema da consciência é interno a toda reflexão que ele desenvolve em *Que fazer?*, notadamente, e em parte considerável de seu trabalho voltado para questões como luta de classes, classes sociais, sindicatos, partido revolucionário e revolução.

A consciência de classe é constituída de fluxos e refluxos, e, nesse sentido, é sempre uma obra em construção, uma obra inacabada, um gesto impreciso em busca de uma definição, a articulação de um caminhar e de um pensar que nem sempre apresentam em si uma sintonia fina. Independentemente disso, a formação da consciência não é o produto de uma reflexão fechada em um quarto escuro, mas o resultado dialético de movimentos que, em última instância, decorrem da práxis, unidade irresistivelmente humana, totalidade constituída de desempenho e reflexão.

Em Lênin, a consciência política do proletariado, com vistas a levá-lo além dos limites profundos da ordem do capital, coincide com a efetivação do socialismo como força material, e não apenas como ideologia de determinados grupos isolados das massas. Quando Lênin afirma que essa consciência é exterior à luta econômica, de fato, ele está declarando que a luta política não decorre simples e diretamente da luta econômica. É de fora da luta elementar do trabalhador com o patrão que aflora a luta política, de classe com classe, que é mediada por mil fios quase imperceptíveis, e da qual brota a consciência para si das massas que se reúnem.

Essa consciência não decorre de uma práxis superior, orgânica, que, hipoteticamente, ignora a luta molecular, elementar, do proletariado, uma vez que a práxis humana não despreza aquilo que se define por ser simples e básico, e tampouco mistifica as formas mais desenvolvidas da luta de classes, expressa na luta política. A práxis revolucionária incorpora e articula as formas elementares e orgânicas da luta de classes em uma só e mesma perspectiva: a superação da ordem do capital e a criação das condições que impulsionem a emancipação humana. Eis o segredo da práxis revolucionária e da consciência que lhe é inerente.

Marx e Lênin nunca desprezaram a importância da educação no sentido formal do termo. Acontece que eles sempre observaram e admitiram a existência de práticas pedagógicas que se espriam além dos muros das instituições educacionais reconhecidas: escolas, colégios, universidades etc. O proletariado se nutre pedagogicamente dessas práticas que se desenvolvem paralelamente à educação formalizada. Num mundo em que as instituições escolares não deixam de estar permeadas pelo signo de classe, essa educação paralela desempenha papel obrigatório no que diz respeito à formação da consciência política do proletariado. Não é mera coincidência que as instituições do Estado e as representações

patronais, irrefutavelmente, buscam enfraquecer e controlar as organizações nascidas das mãos e necessidades da classe trabalhadora.

O Estado e a burguesia, num primeiro momento, tentam impedir e ilegalizar as organizações oriundas da classe trabalhadora: associações, sindicatos, ligas, partidos etc. A força da luta de classes e da práxis transformadora do proletariado e de suas organizações impediram que esse desiderato estatal-burguês pudesse obter êxito. As organizações da classe trabalhadora resistiram e conseguiram se sobrepor ante a tentativa liquidacionista do Estado e dos patrões. Parece-nos suficiente que se estudem as décadas de luta dos trabalhadores britânicos para obterem o reconhecimento legal de suas entidades e que se examinem detidamente as leis contra os socialistas na Alemanha bismarkiana. Esses são momentos nos quais a classe que vive da venda de sua força de trabalho e suas representações sociais e políticas se veem obrigados a resistir ao sistema repressivo empresarial-estatal. Essa resistência cria um acúmulo político e esse se revela um pressuposto essencial no processo de educação política do proletariado. A reação burguesa-estatal não custa a se articular e essa articulação resulta no controle legal das instituições e atividades organizadas pelos trabalhadores. Os sindicatos são legalizados. O preço disso é a tentativa de cooptá-los e torná-los dóceis ante o domínio arrasador do capital. Desse modo, a formação da classe, no limite de suas organizações, não se faz sem contradições.

Basta que seja lembrado o processo de domesticação dos partidos socialistas, surgidos no calor das lutas da dobra do século XIX para o XX; processo que se faz, sobretudo, a começar da primeira grande guerra, mas que segue ao longo dos anos, tornando essa importante conquista dos trabalhadores em ferramenta de preservação da ordem do capital. Processo muito semelhante acontece com o sindicalismo que, notadamente, no correr do século XX, se transforma em parte um instrumento de conciliação com a ordem existente.

Malgrado essas contradições, os partidos socialistas e os sindicatos cumprem, num dado momento, importante papel formador das classes trabalhadoras, e, no caso do movimento sindical, ainda hoje, é perceptível o papel que desempenha nas lutas sociais de resistência, e dessa maneira, na educação política de amplas massas, que, em geral, ou estão alijadas da educação formal ou por ela passam de modo um tanto quanto aligeirado.

Assim, as organizações da classe trabalhadora permitem que o senso comum do trabalhador se defronte com a possibilidade de superá-lo dialeticamente. Superá-lo dialeticamente significa incorporá-lo e articulá-lo a um senso crítico que decorre do confronto capital-trabalho, e por meio de múltiplas mediações enseja a possibilidade de um salto em direção a uma consciência para si. Essa consciência nunca é dada individualmente. Ela é

produto acabado das lutas coletivas e só coletivamente consegue se encher de êxitos. A práxis revolucionária compreende essa perspectiva coletiva. Individualmente, o homem consegue interpretar o mundo, mas transformá-lo, na perspectiva marxiana da tese 11 (Teses sobre Feuerbach), só mediante a ação coletiva.

Marx e Engels (2007) afirmam n' *Ideologia Alemã* que é a revolução e não a crítica espiritual a força propulsora da derrocada prática das relações sociais existentes, e por isso quando Marx concebe a práxis, de modo amadurecido, ele a toma como práxis revolucionária. Gramsci, quando se refere à filosofia da práxis, ele não quer somente driblar a censura fascista, mas, igualmente, destacar o conteúdo prático, ativo e revolucionário imerso no legado de Marx. Esse conteúdo se vincula à compreensão da inatingibilidade de uma sociedade justa sem superar a linha que separa o domínio do capital de um horizonte social igualitário. Em larga escala, a consciência política do proletariado avança concomitantemente com a compreensão dessa inatingibilidade concreta há pouco indicada. Pela práxis revolucionária é que o trabalhador realiza um exercício decisivo de educação política.

Segundo Suchodolski (1976), na obra de Marx e Engels, o princípio educativo central passa pelo conceito de revolução protagonizada pelo proletariado para sua libertação. Não apenas a revolução em seu momento, mas todo o processo revolucionário de luta pela transformação das relações contraditórias da sociabilidade burguesa. No mesmo sentido, Sousa Junior (2011) reforça que para Marx, não se trata de especular sobre a formação dos indivíduos em geral, nas nuances multifacetadas da sociedade burguesa, mas de considerar que a natureza contraditória dessa sociedade, ao mesmo tempo em que estabelece relações alienadas/estranhadas entre homens alienados/estranhados, cria as condições de desenvolvimento de uma práxis revolucionária (SOUSA JUNIOR, 2011, p, 34).

E o processo histórico de educação do proletariado não exclui os produtos de todas as suas variáveis. Somente a sua prática criadora, que convive com momentos de fluxos e refluxos, pode ensejar consistência a um projeto que aponte para superação da ordem vigente. A ideologia socialista como afirmava Lênin, vem do exterior da luta econômica, mas só se torna força material se o proletariado a toma como sua ideologia e não como uma ideologia que lhe é estranha, imposta e impertinente. Essa unidade do movimento operário com a teoria marxista efetivada em ação transformadora é a práxis política e práxis revolucionária como processo. Entendendo a revolução socialista como um processo educativo desde sua gestação mais remota até a consolidação de suas estruturas econômicas, políticas, jurídicas e consumação de seus princípios éticos.

Ainda sobre o processo de educação política dos trabalhadores, é pertinente

recorrer a Mészáros (2008) quando este destaca que o fundamental é a organização e a luta pela transformação social do proletariado, e que não há outra saída senão romper com a lógica de mercado para, só então, educar para que a vida proporcione uma “contra-internalização” dos sentidos que propagam a lógica do metabolismo social do sistema capitalista. Esta “contra-internalização” nada mais é que a “contraconsciência”, ou seja, um primeiro passo para romper com a lógica desumanizadora do capital. Ainda na perspectiva do autor, a contraconsciência se caracteriza pelo posicionamento contrário à interiorização dos ideais do sistema.

A questão de fundo que se impõem a partir de todo o exposto até aqui, é que esta práxis política educativa da qual nos falamos os clássicos do marxismo, e essa educação anticapitalista a que se refere Mészáros, vai se construindo e se consolidando, nos embates entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção. São estes enfrentamentos e não a colaboração entre as classes sociais, que possibilitará a formação da consciência de classe dos trabalhadores quanto à necessidade de sua emancipação. Ou seja, o princípio da independência política e organizativa da classe trabalhadora é condição de uma práxis verdadeiramente transformadora, no sentido de luta permanente contra o capital. Por isso o desenvolvimento dos sindicatos como organizadores da classe eram e seguem sendo tão decisivos na luta de classes.

Os contornos do conflito entre capital e trabalho da época de Marx passando por Gramsci e chegando a Mészáros sofreram muitas transformações. Logo, os organismos de representação da classe também. No entanto, não é nosso objetivo discorrer sobre estas mudanças. O que nos interessa é a nitidez de que essa educação política da classe trabalhadora por uma práxis político que pressuponha um projeto emancipatório, fortalece a classe no sentido que a educa na luta de confronto/enfrentamento com o capital e todo seu arsenal institucional e não na conciliação de classes. Terá sido esse o signo do sindicalismo brasileiro durante o governo Lula?

3 O MOVIMENTO SINDICAL DURANTE O GOVERNO LULA

A chegada do PT ao governo com Luiz Inácio Lula da Silva, o símbolo da luta sindical e das classes trabalhadoras nas últimas três décadas no país, gerou enormes expectativas dos trabalhadores e dos setores mais pobres de nossa sociedade. Não pretendemos fazer uma análise global das duas gestões do governo Lula e seu significado para o movimento sindical brasileiro, visto que isso nos exigiria um trabalho mais aprofundado. Por ora, o objetivo é analisar as principais medidas desse governo de 2003 a 2010 no que diz respeito aos trabalhadores e o movimento sindical, e como reagiram as duas maiores centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical frente a estas medidas. Ou seja, o aspecto mais superestrutural das relações do governo com o sindicalismo. Para tanto, apreciaremos brevemente essas duas centrais antes do governo Lula.

3.1 Do sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação

Corroboramos com Antunes (1995) que considera que o sindicalismo cutista nasceu rejeitando as formas de conciliação de classe, defendendo – especialmente durante o período de sua formação ao longo da década de 1980 – uma ação sindical mais combativa nos embates dos trabalhadores com governos e patrões. Suas lideranças sindicais desejavam, também, o reconhecimento de seus direitos de organização sindical. Na esfera política, as reivindicações giravam em torno da luta pelo fim da ditadura, da democratização do país, por meio das eleições diretas para presidente, governador, etc, bem como da instauração de uma Assembleia Constituinte, que contemplasse os interesses e direitos da classe trabalhadora, com a completa eliminação das leis de exceção. O perfil desta liderança sindical foi forjado em nova prática sindical se comparado com o sindicalismo oficial, anterior ao ciclo de greves 1978/1980. Esta práxis do novo sindicalismo era dotada de menor fragmentação e uma maior compreensão da totalidade política do conflito entre capital e trabalho naquele período.

Rodrigues (1997) corroborando com Antunes, destaca que a década de 1980 foi, então, um período especial das lutas sindicais e sociais, Um amplo ciclo de greves, locais e gerais, desencadeado pelos operários industriais, assalariados rurais, assalariados médios, num amplo e denso movimento que se caracterizou pela existência de greves gerais por categoria (como as dos Bancários em 1995), greves com ocupação de fábricas (como a da General Motors em São José dos Campos em 1985 e a da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda em 1989), bem como com o desencadeamento de greves gerais de âmbito nacional,

como a de março de 1989, talvez a mais expressiva de todas as greves gerais desta década.

O número de greves foi extremamente significativo durante todo o período, sendo que, no mundo rural, houve significativo avanço do sindicalismo, possibilitando a retomada da organização sindical dos trabalhadores, o que, por certo, influenciou as ações que levaram ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), em 1984.

Gradativamente, entretanto, ao longo de mais de três décadas, suas práticas cotidianas de acentuada (ainda que não exclusivamente) tendência confrontacionista – foram sendo substituídas por uma nova pragmática sindical predominantemente negocial, onde o confronto cedia espaço para as parcerias, negociações e incentivo aos pactos sindicais etc. Os desdobramentos destas mudanças segundo Antunes, teria consolidado uma prática sindical que, para além de fetichizar a negociação, transforma os dirigentes em novos gestores que encontram na estrutura sindical mecanismos e espaços de realização, tais como operar com fundos de pensão, planos de saúde, além das inúmeras vantagens intrínsecas ao aparato burocrático típico do sindicalismo de estado⁷ vigente no Brasil desde a década de 1930. Estas mudanças transformaram o perfil das lideranças e as práticas sindicais. A tese central de Antunes é que nos últimos trinta anos o movimento sindical brasileiro foi se metamorfoseando de um sindicalismo de classe para um sindicalismo cidadão⁸.

Para o sociólogo, esse sindicalismo cidadão se impôs a partir de 1990, com a vitória de Collor e início de seu governo, seguido depois pelo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), criando as condições para que as políticas de corte neoliberal se desenvolvessem com intensidade. O setor produtivo estatal foi em grande medida privatizado (siderurgia, telecomunicações, energia elétrica, bancos, etc.), o que alterou o tripé existente entre capital nacional, estrangeiro e estatal, que comandou o padrão de desenvolvimento capitalista existente no Brasil desde a emergência do Vargasismo, ampliando-se a internacionalização da nossa economia. Foi então, a fusão entre neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho, afetando, em especial, o sindicalismo.

Corroborando com Antunes, mas destacando também as mudanças ideológicas e

⁷ Sindicalismo de estado conforme Antunes é aquele atrelado ao estado em todos os aspectos, economicamente, mas principalmente do ponto de vista político.

⁸ Termo referente a uma concepção sindical em que a luta de classes, o conflito capital e trabalho não é mais o central. Os sindicatos devem pautar temas relacionados à cidadania.

programáticas que se processavam no interior da direção cutista⁹, Boito Jr (1999) chama atenção para o fato de que a direção da central aceitou alguns dos pressupostos neoliberais que se traduziram na concepção do sindicalismo propositivo¹⁰. As câmaras setoriais, máxima expressão desse sindicalismo propositivo, foram apresentadas pela corrente dirigente da CUT como a “salvação da lavoura” quando na verdade era um retrocesso político e um movimento específico de despolitização do sindicalismo. E assim justifica:

Antes a CUT procurava levar os trabalhadores a se ocuparem da política de desenvolvimento do Estado no seu conjunto, ou, quando menos, da política salarial que afetava a totalidade dos assalariados, hoje, o sindicalismo propositivo e de participação circunscreve o interesse dos trabalhadores às medidas que afetem diretamente o setor da economia no qual estão inseridos. [...] Esse novo corporativismo, distinto do corporativismo de Estado populista, é em face dos trabalhadores, uma estrutura de dominação e não uma estrutura de representação de interesses. Essa estrutura envolve, divide e despolitiza o movimento sindical (BOITO, 1999, p. 168).

Boito (1999) extrai conclusões dessa experiência das câmaras setoriais, que tem início no governo Collor mas se desenvolvem com força durante o governo de FHC, que em nossa opinião contribui muito para o objetivo desta pesquisa. Através desses fóruns tripartites, de conciliação de classe, se lograva, segundo Boito, a legitimação da ideologia e da política neoliberal pelo movimento sindical combativo, introjetando nele os valores capitalistas de mercado (lucratividade, produtividade, qualidade, eficiência) e uma ação sindical de supostamente gerir com os empresários, seus negócios. Assim, ante as sucessivas ondas de demissões em empresas como a Ford ou a Wolfsburg, a posição do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da CUT, que coadunavam com as mesmas ideias¹¹, foi de negociar o montante das demissões, as condições, descartando de antemão, a luta contra elas¹². Dessa

⁹ O III CONCUR ocorreu em 1988 e o IV CONCUR em 1991. Há vários autores como Neto Gianotti, I. Jácome Rodrigues, dentre outros, que consideram que a mudança no projeto político e ideológico da direção da CUT, a corrente Articulação Sindical, ocorre nesse intervalo histórico. No contexto mundial o fim da ex- URSS e a retirada da perspectiva socialista do horizonte programático e político de muitas organizações de esquerda. No contexto brasileiro a derrota de Lula em 1989 e o início do neoliberalismo.

¹⁰ Sindicalismo propositivo, é estritamente falando um método de ação sindical baseada em apresentar propostas próprias para negociá-las em fóruns tripartites, ou seja, sindicatos, governos e empresários. É um método negocial para evitar o confronto, portanto, o método propositivo condiciona uma postura conciliatória com o neoliberalismo (Boito, 1999, p. 159).

¹¹ Articulação Sindical, corrente interna do PT que se originou ao redor da geração das lutas à frente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, era a corrente majoritária na direção da CUT e giravam ao redor de Lula.

¹² A concepção fatalista e a atitude quase passiva daí decorrente aparecem claramente nas declarações de Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC à época (1998) e liderança ascendente da corrente Articulação Sindical. “O trabalhador tem de discutir com o sindicato e o patrão a situação financeira da empresa,

maneira, de forma pioneira foi introduzido o banco de horas e a flexibilização da jornada semanal de trabalho.

Em sentido oposto, Oliveira (1999), considera que as câmaras teriam 3 vantagens: a possibilidade de dinamizar as relações capital e trabalho, já que não diluem o conflito inerente à esta relação mas permitem seu amadurecimento; a imposição de que o governo discuta com empresários e trabalhadores suas políticas macroeconômicas e, ainda, serviram para desviar a tendência decrescente da economia brasileira desde 1991. Em 1998 e 1999, o autor resumiu seu posicionamento:

Em algumas instâncias em que o movimento sindical se faz presente, e a câmara setorial é seu exemplo mais cabal, ele se revelou capaz de entender as razões do adversário, sair de um jogo soma-zero, intervir diretamente na alocação de capital e, por tabela, na política macroeconômica do Estado. É o mais notável exemplo de uma nova cidadania. (OLIVEIRA, 1998, p. 10).

O que os sectários de esquerda inclusive não conseguem ver é que essa forma de política, mais que a aparência revolucionária que a antiga atitude da CUT tinha, e que eles nostalgiam, punha em xeque a divisão do bolo, punha em xeque a propriedade, pois a introdução de tecnologia, a dispensa de trabalhadores, teriam que passar pelo crivo do sindicato” (OLIVEIRA, 1999, p. 76).

Antunes (1995), por sua vez, percebe que as comissões tripartites e câmaras setoriais “embora tenham aparência de avanço uma vez que permitem participar, junto com o capital, de decisões políticas setoriais - na verdade, são um grande retrocesso” (ANTUNES, 1995, p. 30).

Semelhante opinião comparte Neto e Gianotti, referindo-se à comissões tripartites:

Na incapacidade global da CUT de dar respostas ao projeto neoliberal, destaca-se principalmente a sua incapacidade de responder ao canto da sereia da mudança da sua perspectiva estratégica. Isto é, passar de um sindicalismo classista, de confronto, com uma perspectiva estratégica, a um sindicalismo de parceria entre capital e trabalho. Um sindicalismo vislumbrado com a palavra "tripartite", empresários e trabalhadores sentados na mesa junto com o governo situado acima das classes. Sindicalismo de "concertação social" [...] (NETO; GIANOTTI, 1993, p. 66-67).

Cabe aqui um diálogo sobre a concepção de sindicatos como centros de resistência e organização da classe, que busca contribuir na educação da classe pela sua própria práxis conforme vimos no capítulo 1 e este caminho pelo qual enveredou a Central

a concorrência, o mercado aqui e no exterior. (...) As fábricas estão se modernizando e cortando empregos, e farão isso de qualquer jeito, com ou sem a participação do sindicato. Nosso papel é negociar o ritmo de modernização das empresas.” Entrevista de Luiz Marinho às paginas amarelas da Revista Veja, São Paulo, edição de 25 de março de 1998. Vale destacar que Luiz Marinho será eleito presidente da CUT em 2003 e no mesmo ano, é chamado por Lula para ser seu Ministro do Trabalho.

Única dos Trabalhadores e alguns de seus sindicatos afiliados. Essa experiência política com as câmaras setoriais evidenciam as expectativas da Central em relação à mediação estatal e possibilidade de intervenção no processo objetivo macroeconômico e de reestruturação produtiva.

Dias e Bosi (2005) considera que além da pressão objetiva que o receituário neoliberal traduzia em aumento das taxas de desemprego, começou a ser operada no movimento sindical uma política de arrefecimento das greves que buscava uma convivência pacífica com o capital. O principal vetor de tal política foi a Força Sindical, criada em março de 1991 para ser uma central sindical de recorte ideológico francamente neoliberal com uma prática centrada exclusivamente em resultados econômicos¹³. Segundo ele, embora a CUT não compartilhasse àquela época da mesma leitura de mundo feita pela Força Sindical (FS), ela teria sofrido pressões do tipo de sindicalismo patronal da FS que passou a disputar fortemente os espaços políticos e sindicais da própria CUT.

A Articulação Sindical, responde avançando na alternativa mais contratualista e propositiva, oferecendo-se como alternativa sindical factível frente ao neoliberalismo o que na opinião de Galvão (2002) representará um movimento de aproximação com a Força Sindical, que reunia os sindicatos mais burocratizados e conservadores. Mas tal aproximação, porém, não foi isenta de disputas e confrontos, já que ambas as centrais permaneceram em campos políticos diferentes, tendo assumido posições distintas e adotado estratégias diferenciadas em relação à política neoliberal: enquanto a FS nasceu sob o signo do neoliberalismo, defendendo as privatizações, a desregulamentação do mercado de trabalho a CUT oscilou entre a assimilação de alguns elementos do discurso e do programa neoliberal e a resistência à política do neoliberalismo (GALVÃO, 2002). Assim, enquanto a FS apoiou os governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos (1995-2002), a CUT, na opinião de Galvão, apesar de ter assimilado alguns elementos do programa neoliberal, assumiu, de modo geral, uma postura crítica frente àqueles governos, considerando-os adversários dos trabalhadores.

Compactuando com esta mesma tese, de que apesar das mudanças a CUT ainda mantém uma política que resguarda algum grau de independência frente ao governo, é que Boito Jr, concluirá que apesar das experiências das câmaras setoriais, a CUT passou de um sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação, mas trata-se de uma transição

¹³ A Força Sindical A Força Sindical foi fundada nos dias 8, 9 e 10 de março de 1991, em São Paulo. Seu caráter sempre foi patronal porque sua origem apoiou-se na crítica ao sindicalismo de recorte classista praticado pela CUT.

inacabada (BOITO, 1999, p. 131). Será a partir da ascensão ao poder do ex-líder operário fundador da CUT e do PT, que a relação do sindicalismo brasileiro com o aparelho de Estado se modificará globalmente, visto que tanto a Força Sindical quanto a CUT serão /partícipes do governo Lula. É o que Antunes e Silva (2015) chamaram de nova práxis sindical.

3.2 Um breve olhar sobre o significado do governo Lula

Optamos por fazer um breve comentário sobre o significado do governo Lula para melhor compreendermos como a natureza de suas políticas centrais para os setores mais formalizados da classe trabalhado e de como reagiu o movimento sindical.

Vários intelectuais já se manifestaram a respeito do que representou o governo Lula. Há análises ditas governistas, como as posições defendidas por André Singer e análises críticas, como as defendidas por Arcary, Braga, Antunes, Mattos e tantos outros.

Singer (2012) desenvolve as seguintes hipóteses a respeito do significado do governo Lula e do lulismo que surge como fenômeno desta experiência: 1) há um deslocamento do subproletariado, uma fração de classe com importante peso eleitoral, que provocou o surgimento do lulismo; 2), o lulismo, por seu turno, teria impactado o PT, dando suporte à virada programática que começara em 2002; 3) no segundo mandato, o governo Lula, sustentado pelo subproletariado e por um partido lulista, afiançou o modelo de arbitragem entre as classes fundamentais, dando asas a um imaginário Rooseveltiano¹⁴; 4) o conjunto de mudanças pode ser entendido como um reformismo fraco, que, simultaneamente, reproduz e avança as contradições brasileiras (SINGER, 2012, p. 28).

O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, do ponto de vista de Singer, é o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se encontra no norte e nordeste do país sem confrontar os interesses do capital (SINGER, 2012, p. 15).

Em essência Singer defende que Lula foi um governo de coalizões de classe necessária entre o que ele chamou coalizão de interesses rentistas, liderado pelo capital financeiro nacional e internacional, a coalizão produtivista formada por empresários

¹⁴ Relativo a Franklin Roosevelt, estadista norte americano associado ao modelo econômico onde há intervenção do estado para o desenvolvimento da economia.

industriais e do agronegócio e também aí os trabalhadores, sustentado eleitoralmente por uma fração de classe, o subproletariado (SINGER, 2012, p. 155).

Braga (2012) apresenta a hipótese de que a hegemonia lulista teria sido construída em uma forma de dominação que logrou desmobilizar os movimentos sociais, ao integrá-los às burocracias estatal e paraestatal em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração, dirigida pelo regime de acumulação financeira globalizado. Segundo ele houve um vínculo orgânico "transformista"¹⁵ da alta burocracia sindical com os fundos de pensão, o que ele chamou a financeirização da burocracia sindical. E explica:

A financeirização da burocracia sindical é um processo que divide fundamentalmente a classe trabalhadora e enfraquece a defesa de seus interesses históricos. Na condição de gestores dos fundos de pensão, o compromisso principal deste grupo é com a liquidez e a rentabilidade de seus ativos. Muitos têm argumentado que os fundos teriam um papel importante na seleção de investimentos ecologicamente sustentáveis e geradores de empregos (BRAGA, 2012, p. 205).

No mesmo sentido de crítica à aliança entre classes antagônicas que significou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Arcary (2011) considera que o lulismo se apoia, também, nas ilusões reformistas que estão ainda muito vivas na consciência média dos trabalhadores brasileiros. Segundo Arcary,

Uma análise do governo Lula deve concluir que ele foi uma experiência reformista quase sem reformas que se beneficiou de uma conjuntura internacional favorável, todavia, efêmera. Reformista porque foi de colaboração de classes. Sem reformas porque as contrarreformas do governo Lula, como a da previdência, foram muito mais significativas do que as reformas progressivas como, por exemplo, a elevação do salário mínimo acima da inflação, ainda assim muito abaixo do que seria minimamente necessário para uma vida digna. (ARCARY, 2011, p. 23)

Com relação a política econômica do governo Lula, Antunes (2011) opina que ampliou a hegemonia dos capitais financeiros; preservou a estrutura fundiária concentrada; deu incentivo aos fundos privados de pensão; determinou a cobrança de impostos aos trabalhadores aposentados, o que significou uma ruptura com parcelas importantes do sindicalismo dos trabalhadores, especialmente públicos, que passaram a fazer forte oposição ao governo Lula.

¹⁵ Vários autores críticos ao lulismo utilizam esse conceito no sentido dado por Gramsci. O Pensador sardenho chamou de "transformismo" o processo de absorção pelas classes dominantes de elementos ativos ou grupos inteiros, tanto dos grupos aliados como dos grupos adversários. Para ele o "transformismo" destruía a força política das classes subalternas ao decapitar suas lideranças, desarticulando os grupos antagonistas e semeando desordem no terreno adversário.

Corroborando com Antunes, Boito (2005) explica que o grande capital financeiro nacional e internacional permaneceu hegemônico nos dois mandatos de Lula. O objetivo do estímulo à produção esteve voltado para a exportação, isto é, a caça aos dólares e às demais moedas fortes – não é no consumo popular interno que essas moedas poderão ser obtidas. Por isso, estimula-se especificamente a produção para exportação e não a produção em geral. Em segundo lugar, mesmo na política de estímulo à exportação, tudo deve ser feito de modo a não ultrapassar a medida daquilo que interessa às finanças. Corrida aos dólares, sim; mas desde que os dólares obtidos sejam direcionados para o pagamento dos juros da dívida. Assim sendo, o superávit primário e os juros devem permanecer elevadíssimos mesmo que isso limite o próprio crescimento das exportações (Boito, 2005, p. 68).

Retomamos Arcary que destaca que o próprio Lula reivindicou que os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como em seus governos. Segundo ele, desde 2003, Lula fez o ajuste do superávit primário, levando Henrique Meireles para o Banco Central, fez a reforma da previdência que Fernando Henrique ambicionava fazer e não havia conseguido, e ainda se reelegeu em 2006. E quando a crise mundial de 2008 chegou ao país, “Lula protegeu o capitalismo dos capitalistas: o BNDES foi acionado para favorecer a formação de grandes corporações nacionais financiando aquisições e fusões” (Arcary, 2011, p. 13). E arrematando sua opinião sobre o caráter de classe dos dois mandatos de Lula, afirma:

A origem de classe dos governantes não é o fator que explica o seu posicionamento. Não há muitas dúvidas de que o governo Lula foi um governo de colaboração de classes, um governo burguês atípico, porque dirigido pelo PT (um partido que nasceu em 1980 sem representação burguesa no seu interior, embora em 2002 já fosse outro partido, com outro programa). Lula deixou como principal obra a estabilização do regime democrático-eleitoral.[...]A originalidade histórica do governo Lula é que foi o primeiro governo de colaboração de classes, em um país periférico, que não foi hostilizado pelos governos das potências que dominam o sistema internacional de Estados. (ARCARY, 2011, p. 15).

De acordo com Mauro Iasi (2014), o PT teria resolvido o impasse da burguesia e da ordem burguesa no Brasil. Relembrando a tese de Fernandes (2005) – qual seja: sobre a impossibilidade de a burguesia prosseguir governando nos limites de uma autocracia dirigida pelo pacto burguês/oligárquico e, portanto, da necessidade de incorporação dos de baixo através de uma democracia de cooptação – Iasi afirma que o PT oferece a saída para este problema, na medida em que conseguiu organizar um consenso em torno de uma alternativa que garante os patamares de acumulação de capitais e o *apassivamento* dos trabalhadores por meio do aumento de emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e neoassistenciais para os miseráveis.

Esse breve resgate de algumas características da política econômica e do significado do governo Lula, tem a intenção de nos ajudar a compreender e avaliar melhor, a prática e ação sindical das suas principais centrais sindicais, a CUT e a Força Sindical, ante este governo e ainda, suas consequências para o movimento sindical e a educação política dos trabalhadores.

3.3 O sindicalismo entre a cooptação e a resistência

Vimos no início do capítulo as transformações vividas pelo sindicalismo nos anos 1990, não era nossa intenção deter-nos, mas apenas resgatar que já haviam alterações no chamado novo sindicalismo quando emerge o governo petista. Agora nos deteremos a analisar a dinâmica do sindicalismo, com um recorte sobre as duas principais centrais sindicais do país, a CUT e a Força Sindical, de 2003 a 2010.

Nessa direção, iniciaremos apreciando a opinião de Galvão (2009) que considera que o movimento sindical brasileiro vem passando por um processo de reconfiguração desde a ascensão do PT ao governo federal. Esse processo, segundo a autora, seria provocado por diversos fatores. Em primeiro lugar, pelo descontentamento de algumas correntes sindicais com as políticas adotadas pelo governo petista, sobretudo em seu primeiro mandato: com efeito, além de manter os principais elementos da política macroeconômica do governo Fernando Henrique Cardoso, Lula promoveu e/ou tentou implementar uma série de reformas que reduziram ou ameaçavam reduzir direitos trabalhistas.

De fato, uma dessas reformas foi a da previdência, realizada em 2003 e levou à retirada de direitos dos servidores públicos, setor fortemente sindicalizado e com grande inserção junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior e mais longeva central sindical brasileira, desencadeando um processo de cisão e promovendo a criação de novas organizações: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), em 2004, e a Intersindical, em 2006.

Galvão (2009) opina que uma das principais medidas para analisar a relação do movimento sindical com governo Lula é a proposta de reforma sindical e trabalhista apresentada pelo governo. Galvão defende a tese que a estratégia central de *envolvimento* do movimento sindical em fóruns tripartites e de colaboração de classes, o governo Lula aprofundou a divisão do movimento sindical. Ela aponta ainda que no governo Lula, a perspectiva crítica da CUT vai se esvaindo na medida em que a CUT considerava o governo, um aliado, na verdade seu governo.

Quanto a sua caracterização sobre o governo Lula, a autora é categórica, “o partido que fazia oposição às reformas neoliberais acabou por assumi-las” (GALVÃO, 2009, p. 182). E a postura da CUT frente a estas medidas e reformas comprovariam sua perda de criticidade. O primeiro momento teria sido a posição que a central assumiu em relação à reforma da previdência, implementada em 2003. Essa reforma gerou grande insatisfação nos servidores públicos, contrários à taxaçoão dos inativos, ao fim da aposentadoria integral e da paridade entre ativos e inativos, bem como à criação de fundos de pensão. Embora a cúpula da central criticasse alguns pontos da reforma, como a taxaçoão dos inativos, e fosse favorável a um benefício de valor mais elevado e a uma previdência complementar pública, procurou preservar o governo de qualquer desgaste, opondo-se à greve que havia sido convocada por entidades de servidores, muitas delas ligadas à CUT, e defendendo, em seu lugar, a negociaçoão dos pontos polêmicos.

Essa proposta foi um divisor de águas na CUT logo no início do governo Lula. O desacordo de alguns sindicatos filiados à Central com a proposta apresentada e a greve deflagrada contra a reforma da previdência, resultou na organizaçoão de uma marcha à Brasília que reuniu cerca de 50 mil manifestantes, Foi a primeira mobilizaçoão que enfrentava uma medida do governo e logo no seu início. Essa açãoo de sindicatos filiados à CUT, enfrentando-se com uma medida do governo, levou a uma reaçoão por parte do governo e uma cisãoo no interior da central.

Recorremos a Galvão, para quem, a reaçoão do governo evidenciou tentativa de cooptaçoão dos dirigentes do movimento e da base do funcionalismo. Isso porque para amenizar o descontentamento sindical, o governo ofereceu aos sindicatos mobilizados, a possibilidade de criarem fundos de pensão privados, de modo a disponibilizarem mais um serviço aos seus filiados. Cumpre notar que as centrais têm criado novas formas de assegurar sua sustentaçãoo financeira, vendendo a seus filiados empréstimos em condiçoões “especiais” e cartões de crédito (GALVÃO, 2009, p. 182).

Dias e Bosi (2005) e também Galvão (2009) consideram que uma análise sobre os fóruns tripartites criados no governo Lula indicam que a relaçoão que o governo buscou estabelecer com o movimento sindical foi de cooptaçoão do movimento. E segundo eles, isso se revela no estudo do que significou o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Na opiniãoo de Rodrigues e Ladosky (2015) o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi uma das instâncias que mais mobilizou os sindicalistas e que trouxe repercussões significativas à açãoo sindical. É importante nos determos sobre essa instituiçoão tripartite para

uma melhor compreensão do que o autor considera processo de institucionalização sindical.

Criado em 29 de julho de 2003, o FNT encerrou suas atividades em março de 2006, produzindo um relatório que serviu de base à elaboração da proposta de emenda constitucional n. 369, de 2 de março de 2005 (PEC 369/05) e do Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais (ALRS), com 238 artigos, encaminhado à tramitação no Congresso Nacional na mesma data da PEC. Mais de quinhentas pessoas participaram de 44 reuniões oficiais em Brasília e de diversos encontros preparatórios. Durante esse período, foram realizadas Conferências Estaduais do Trabalho em todas as unidades da Federação. Elas contaram com a participação de mais de 20 mil pessoas ligadas à área sindical e trabalhista, em ciclos de debates, oficinas, seminários e plenárias.

Coordenadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), as conferências colheram subsídios para a comissão de sistematização do Fórum.

Tanto a Força Sindical quanto a CUT participaram ativamente do FNT apesar das correntes minoritárias¹⁶ no interior da CUT terem sido contrárias à participação, pois consideravam o tripartismo uma forma de cooptação e de conciliação de classe. A metodologia adotada para o funcionamento deste Fórum era a “produção de consensos” na tentativa de minimizar uma eventual reação dos trabalhadores às políticas a serem adotadas (DIAS; BOSI, 2005, p. 64).

Segundo Dias, treze anos depois das Câmaras Setoriais e 14 anos depois da criação da Força Sindical, ao vermos a atuação conjunta dessa central com a CUT e representações do setor patronal no Fórum Nacional do Trabalho por ocasião da confecção do Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais, cabe indagar quem mudou: a Força Sindical, a CUT ou os patrões? (DIAS; BOSI, 2005, p. 63).

Mas o dissenso prevaleceu nas discussões da reforma sindical, tanto na contenda entre trabalhadores e empregadores, quanto entre as centrais sindicais. Segundo Rodrigues e Ladosky (2015) as propostas encaminhadas ao Congresso Nacional não tiveram a força política necessária para que fossem levadas adiante e, na Câmara e no Senado, foram apensados diversos projetos, desfigurando o documento original. Todos os grupos sociais que não tiveram seus interesses contemplados na PEC 369/05 e no Anteprojeto de Lei de Relações

¹⁶ Fundamentalmente: O Trabalho (fração trotskista do PT); Alternativa Sindical Socialista (ASS), uma frente heterogênea formada por militantes ligados a movimentos populares e a setores progressistas da Igreja Católica que militavam em diferentes tendências do PT (uma parte desses militantes permanece no partido, outra rompeu com o PT e uma fração dos que romperam aderiu ao Partido Socialismo e Liberdade-PSOL); CUT Socialista e Democrática (ligada à corrente Democracia Socialista do PT), Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao PCdoB e Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Trabalhistas reagiram às mudanças propostas e o projeto não foi adiante. Frente a isso, o governo federal avocou a si a iniciativa de fazer uma “reforma” menos abrangente, contendo três medidas que tiveram o condão de trazer mudanças significativas no modelo corporativo sem transformar, no entanto, sua essência e, ao mesmo tempo, provocou uma inflexão na organização do sindicalismo brasileiro (RODRIGUES; LADOSKY, 2015, p. 63).

As três medidas foram: o reconhecimento legal das centrais sindicais 11.648/08¹⁷; a portaria 326/13¹⁸; e a criação do Conselho de Relações de Trabalho (CRT)¹⁹.

Dias e Bosi (2005) criticando as três medidas, explica, por exemplo, que o Anteprojeto de Lei sobre Relações Sindicais, apresentado inicialmente pelo governo, estava estruturado em cinco pontos principais: a) o financiamento das entidades sindicais; b) a representatividade sindical; c) a negociação coletiva, que se desdobra em outros dois pontos: d) o direito de greve; e) a Justiça do Trabalho; era justificado pelo presidente como algo que ia rever “o sistema de relações de trabalho herdado da década de 1930” mas que não foi isso que aconteceu” (DIAS; BOSI, 2005, p. 64). Acabou havendo a criação de uma nova contribuição compulsória intitulada *contribuição de negociação coletiva* que foi distribuída na proporção de 10% para as centrais sindicais, 5% para as confederações, 10% para as federações, 70% para os sindicatos e 5% para o Fundo Solidário de manutenção da estrutura sindical. Em comparação com a distribuição do Imposto Sindical, a nova taxa agraciará as centrais sindicais, que nunca receberam diretamente o Imposto Sindical (DIAS; BOSI, 2005, p. 67).

Ainda conforme Dias e Bosi, por trás de uma retórica de suposta extinção do

¹⁷ Essa Portaria trata da personalidade das centrais sindicais e terminou sendo incorporada na lei mediante o art. 2: “Para o exercício das atribuições e prerrogativas a que se refere o inciso II do caput do art. 1 desta lei, a central sindical deverá cumprir os seguintes requisitos: I – filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; II – filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; III – filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e IV – filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional”.

¹⁸ Portaria que substituiu a 186/2008. Ambas tratam do registro de sindicatos no Ministério do Trabalho, definindo extenso trâmite burocrático e uma longa lista de documentos pessoais dos sindicalistas que deve ser atualizada após cada eleição sindical, independentemente de haver ou não mudança de seus integrantes. Tais procedimentos asseguram às entidades o código sindical, documento que permite receber na Caixa Econômica Federal (CEF) a parte da contribuição sindical (imposto) que lhe cabe por lei. É também nesse processo de registro e atualização de dados que os sindicatos indicam ao Ministério para qual Federação, Confederação e Central Sindical deverão ser destinados os recursos do imposto sindical recolhido em sua base de representação.

¹⁹ O CRT foi criado através da portaria n. 2.092, de 2/9/2010, segundo o governo, para “promover a democratização das relações do trabalho e o tripartismo, que levaria o entendimento entre trabalhadores, empregadores e governo federal a respeito de temas relativos às relações do trabalho e à organização sindical e fomentar a negociação coletiva e o diálogo social”. É no CRT que as centrais sindicais representativas definem normas para aferição do tamanho de cada uma daquelas entidades (que dá acesso proporcional à fatia de 10% do total da contribuição sindical).

imposto sindical, o que o governo Lula fez foi criar uma taxa que agraciou as centrais sindicais, que nunca haviam recebido diretamente o imposto sindical²⁰. Além disso, estabelecia critérios de representatividade mais atrelados às cúpulas sindicais.

Na mesma direção, Rodrigues e Ladosky (2015) opinam que o resultado final das mudanças na legislação sindical após 2008, ampliou a participação do Estado na organização sindical. Não mais uma intervenção autoritária, indevida e indesejada pelas entidades sindicais, tal como no passado, mas sim, resultado dos debates no recém-criado Conselho de Relações de Trabalho (CRT), com participação de representantes do estado, de entidades patronais e de sindicalistas das centrais sindicais reconhecidas legalmente.

Na opinião de Galvão (2009), foram as críticas a esses fóruns tripartites e a recusa em participar deles e a crítica à proposta de reforma da previdência e reforma sindical do governo Lula, que levaram a saída de algumas correntes da CUT e criação de novas centrais. Pode-se considerar que algumas das novas centrais também passaram a existir em função das novas regras de representatividade sindical estabelecidos pelo governo.

Surgiram novas centrais sindicais como a Conlutas em março de 2004 e a Intersindical em 2006. A Conlutas foi uma ruptura da CUT que reunia o antigo Movimento por uma Tendência Socialista, ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado com algumas correntes do PSOL como o Movimento de Esquerda Socialista/MES, Movimento de Ação Sindical/MAS, Movimento Terra Trabalho e Liberdade/MTL. Sua constituição se deu com o objetivo de “organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (Sindical/Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI” (CONLUTAS, 2004).

Por sua vez, algumas outras correntes de esquerda da CUT, congregadas na Frente de Esquerda Sindical e Socialista (FES) – cujos principais dirigentes eram ligados à Alternativa Sindical Socialista (ASS), Unidade Classista (PCB) e correntes do PSOL (Enlace, Ação Popular Socialista/APS, Coletivo Socialismo e Liberdade/CSOL) – criaram a

²⁰ As contribuições compulsórias são: contribuição sindical, contribuição confederativa e taxa assistencial. A primeira é paga por todo trabalhador, seja ele filiado ou não a sua entidade sindical, e seu valor corresponde ao salário de um dia de trabalho. Até 2008, o montante arrecadado era destinado aos sindicatos (60%), federações (15%), confederações (5%) e ao Ministério do Trabalho e Emprego (20%). A partir de então, as centrais sindicais passaram a ter direito a uma parcela dos recursos. As demais contribuições têm seus valores definidos em assembléia e a cobrança dos não filiados é passível de contestação na Justiça, pois a jurisprudência vigente a partir de 1996 entende que a extensão dessa cobrança aos não filiados fere o princípio constitucional da livre sindicalização.

Intersindical por entenderem que a CUT deixou de ser um instrumento de organização e unificação do movimento sindical para ser um instrumento de colaboração e conciliação de classes (INTERSINDICAL, 2006).

Ainda segundo Galvão (2010), o surgimento de novas centrais²¹ pode ter sido um fator que alterou o quadro de representação sindical. A autora, trabalhando com dados do último Censo Sindical realizado pelo IBGE, em 2001, aponta que houve um declínio sofrido pela CUT e FS. No caso da FS, segundo ela, o declínio foi verificado comparando-se os dados do censo com os disponibilizados pela própria central no ano de 2005. Já em 2009, verificou-se um aumento substantivo em relação a 2001 e 2005, aumento que continua em 2010²². No caso da CUT, o declínio pode ser observado comparando-se os dados do Censo com os divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) após ter realizado, a partir de 2005, uma campanha de Atualização Sindical destinada a regularizar o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES). Os dados de 2009 indicam uma redução no número de entidades filiadas à CUT, em comparação com 2001. Já em 2010, verifica-se um aumento frente a 2009. A autora explica ainda que, se usarmos os dados do MTE, o aumento registrado pela CUT em 2010 frente a 2009 é insuficiente para recuperar o nível de 2001.

Alguns sociólogos, cientistas políticos e educadores, consideram que a experiência dos fóruns tripartites e a participação direta de vários dirigentes do sindicalismo cutista no governo, alteraram significativamente os rumos do sindicalismo na década de 2000. Nesse sentido, nos parece necessário deter-nos sobre esse tema.

Para Boito, Galvão e Marcelino (2009), o governo Lula e seus fóruns tripartites, levou a ala hegemônica do movimento sindical para o centro do poder sob a égide da coalizão lulista, e isso não teve apenas um valor simbólico. Ao contrário, teve profundas consequências

²¹ Além da CSP-Conlutas em 2004 e da Intersindical em 2006, ambas críticas ao governo, e a postura da CUT frente ao mesmo, surgiram também a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) em 2007 que foi outra ruptura da CUT; a NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) criada em 2005 e é uma central brasiliense, resultado de união de 7 confederações e 137 federações e se reivindica uma central liberal comprometida com a democracia; a UGT (União Geral dos Trabalhadores) criada em 2007 e CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros) criada em 2012. Segundo Andréia Galvão: “Dez novas centrais sindicais surgiram a partir de 2004, somando-se às três centrais sindicais criadas nos anos 1980 e 1990 (CUT, CGTB/Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e Força Sindical).

²² No caso da FS, Galvão levanta a hipótese de que deve-se à percepção, por parte de alguns dirigentes sindicais, de que o apoio da central ao neoliberalismo foi exagerado, tendo provocado efeitos negativos sobre sua base. De modo correlato, podemos supor que a central só conseguiu estancar as perdas e crescer quando passou a apoiar o governo Lula e a assumir um papel mais crítico em relação ao neoliberalismo e ao processo de flexibilização de direitos. Quanto à redução da CUT, a autora levanta a hipótese que esteja relacionado com a criação e o crescimento da Conlutas e da CTB.

porque levou à consolidação do movimento sindical como agente de política institucional-governamental. Para os autores, a gestão pública e o aparelho do Estado, no petismo, foram permeados e permeáveis pelo sindicalismo (e outros movimentos sociais), cada vez mais institucionalizado e integrado à máquina estatal.

Corroborando com os autores e sendo ainda mais categórico, Antunes e Silva (2015) destaca que os fóruns tripartites foram decisivos na “engenharia da cooptação do governo Lula” porque através deles, o governo manteve o controle de setores importantes da cúpula sindical, que passava a receber diretamente verbas estatais e, desse modo, garantia o apoio ao governo. Segundo Antunes e Silva, isso “é o oposto de tudo aquilo que era defendido pela CUT e pelo PT durante os anos 1980, é a negação da autonomia, da liberdade e da independência sindical” (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 524).

Antunes destaca ainda, que com a participação nestes fóruns, as diferenças entre CUT e FS fossem reduzidas e ambas as centrais entrassem com força dentro do aparelho de estado. O novo sindicalismo chegava, finalmente, ao Estado, depois de tantos anos de luta pela autonomia e independência sindicais. A estrutura sindical atrelada ao estado – duramente combatida pela CUT em seus anos dourados e que sempre fora preservada pela Força Sindical – finalmente permitia que as duas principais centrais do país galgassem o topo do estado, sendo que a CUT, por sua própria vinculação estreita com o PT, era ainda mais intensa (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 525).

Confirmando as considerações de Antunes e Silva (2015), vale destacar que o então presidente da CUT na época, Luiz Marinho, assumiu o Ministério do Trabalho do governo Lula em 2003. Episódio semelhante ocorreu no segundo mandato de Lula, quando um dos principais dirigentes da FS, Luiz Antônio de Medeiros, tornou-se Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego em março de 2007. Desse modo, as duas maiores centrais sindicais não apenas apoiavam, senão que integravam o governo, dito de outra forma, eram governo.

Mas, o FNT e o CDES, não foram os únicos mecanismos de cooptação utilizado pelo governo petista. Para Boito, Galvão e Marcelino (2009), outro fator decisivo para a acomodação política da CUT frente ao governo e acirramento de seus conflitos internos foi a ocupação de cargos no governo por sindicalistas. Segundo os autores, isso configurou uma espécie de *dupla militância* que dificultou a atuação do sindicalismo,

Isso fez com que vários ministros e funcionários do primeiro escalão do governo fossem recrutados junto à central, caso de Jacques Wagner, ex-ministro do Trabalho e do Emprego, ex-ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

(CDES) e ex-ministro da Secretaria de Relações Institucionais (ex-presidente do Sindiquímica da Bahia e fundador da CUT naquele estado); de Ricardo Berzoini, ex-ministro da Previdência e ex-ministro do Trabalho e do Emprego (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo); de Luiz Gushiken, ex-secretário de Comunicação do Governo e ex-secretário do Núcleo de Assuntos Estratégicos (também ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo); de Luiz Marinho, ex-ministro Trabalho e do Emprego e ex-ministro da Previdência (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ex-presidente da CUT). Nesse contexto, a CUT passou a enfrentar dificuldades crescentes para manter sua independência frente a um governo que não apenas havia ajudado a eleger e com o qual se identificava, mas que contava com a participação direta de lideranças cutistas (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009, p. 46).

Evidentemente, os presidentes das duas maiores centrais abdicando de suas respectivas tarefas para assumirem cargos no governo Lula, essa gama de sindicalistas passando a funcionários do governo, não poderia deixar o sindicalismo incólume. Retomamos Braga (2012) que defende a tese da financeirização da burocracia sindical. Segundo ele houve um vínculo orgânico da alta burocracia sindical com os fundos de pensão. Posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. E na condição de investidores institucionais, o compromisso principal desse grupo de sindicalistas é com a liquidez e a rentabilidade dos ativos financeiros dos fundos (BRAGA, 2012, p. 206).

A questão central que se coloca como reflexão é: a participação de dirigentes sindicais na regulação econômica, na dinâmica dos investimentos a partir dos fundos de pensão em uma economia tão dependente e periférica como a nossa, ainda que passem a ser ex-sindicalistas, não altera a natureza das relações do sindicalismo com o capital? Ou ainda, essa relação imbricada entre sindicalistas e financeirização, assim como de gestores governamentais em cargos de estatais, etc, não implica uma subordinação à agenda governamental ou à ideologia gerencial? Isso não significaria uma perda da autonomia e independência sindical?

Considerando os parâmetros adotados pelos clássicos do marxismo sobre o papel dos sindicatos, resgatados no primeiro capítulo deste trabalho, nos parece que sim. Retomaremos essa ideia a título de algumas conclusões mais adiante. Todavia nos interessa seguir analisando outros indicadores da ação sindical em tempos de governo Lula.

Outro indicador de avaliação do movimento sindical durante o governo Lula adotado por alguns autores é a atividade grevista, portanto nos deteremos um pouco sobre o tema. Relativo a isso, Boito, Galvão e Marcelino (2009) defendem a tese de que houve uma recuperação da atividade grevista no triênio 2004/2007 ainda que tenha se mantido inferior a

década dos noventa (quando a média anual foi de cerca de 900). No triênio em tela, a média foi de 300 greves e eram em grande parte ofensivas e conseguiram ganhos reais de salários, diferente da dos noventa que tinha muito mais o caráter defensivo para não perder direitos. Para os autores, críticos do movimento sindical adepto ao governismo, isso não representa nenhuma contradição com a caracterização de que o movimento enfrentou dificuldades durante os governos petistas.

Ainda segundo Boito, Galvão e Marcelino (2009), essa retomada das greves, mais forte no setor público que no privado, pode ser explicada por vários fatores: as alterações na conjuntura econômica, uma conjuntura favorecida pelo crescimento econômico e por outro lado pela redução do desemprego (o desemprego se reduziu de 21,8% em 2003 para 14,1% em 2008 e se manteve relativamente estável em 2009 em 14,2%); pela crescente disputa entre as centrais que em alguns momentos são praticamente obrigadas a se colocar em movimento para não entrar em conflito com suas bases; vitalidade do movimento, enfim, o que o autor não atribui a essas greves é que seja resultado da política das direções das duas maiores centrais e tampouco do novo governo (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009, p. 38).

Em uma visão mais moderada, Rodrigues e Ladosky (2018), opinam que há muitas contradições que permearam os governos Lula e sua relação com o sindicalismo, mas que em certo modo, o governo possibilitou uma agenda trabalhista que, mesmo com as contradições e limites, fortaleceu a ação do sindicalismo-CUT em suas bases sociais, justificando assim que a direção dessa central sindical tivesse forte argumento para promover a defesa dos governos do PT junto aos seus sindicatos.

Conforme Rodrigues e Ladosky (2018), as ações do sindicalismo não se limitaram à ação institucional. Além da realização de várias Marchas e Dia Nacional de Luta pelas centrais, já mencionados, no nível local os sindicatos conduziram greves contra seus empregadores e há casos em que foram arrastados à ação coletiva pela iniciativa grevista autônoma dos trabalhadores, à revelia das organizações sindicais. Segundo eles, concorreram, favoravelmente, para a ocorrência de um expressivo crescimento do número de greves, a melhoria da situação econômica no período, o mandato de um governo que, apesar das limitações, era mais sensível às demandas dos trabalhadores e, além disso, as condições de trabalho extremamente precárias em algumas áreas do país. Greves e ação institucional algumas vezes se retroalimentavam.

Outros autores são mais críticos sobre as greves e lutas durante o governo petista. Galvão (2009), por exemplo, destaca que as medidas governamentais – fosse elas concretas ou virtuais – provocaram insatisfação entre os dirigentes sindicais, inclusive por parte de

setores tradicionalmente próximos do PT. Essa insatisfação, porém, se manifesta de forma distinta: as centrais próximas ao governo adotam uma posição predominantemente institucional e preferem negociar a política, ao passo que as mais críticas optam por mobilizar sua base para tentar resistir às medidas que consideram prejudiciais aos trabalhadores, ainda que haja dificuldades.

Essa dificuldade de mobilização se devia aos altos índices de aprovação mantidos pelo governo Lula em seus dois mandatos, aprovação que se deve, sobretudo, a uma política de valorização do salário-mínimo²³ e de ampliação dos programas sociais²⁴. Além dos ganhos no salário-mínimo, o crescimento econômico registrado desde 2004²⁵ também repercutiu positivamente sobre o mercado de trabalho, colaborando para a redução do desemprego e da informalidade.

Ocorreram greves e mobilizações que se enfrentaram com o governo em suas pautas reivindicativas e passaram por fora do sindicalismo dirigente. Greves explosivas, levada a cabo por operários nos canteiros de obra das Hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio (RO), com ônibus incendiados e alojamentos depredados e sem o conhecimento do sindicato local. As “greves selvagens” de trabalhadores da construção civil em obras do PAC, como as Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau mostraram, que a base estava alheia às orientações das direções sindicais que se mostraram, naquele momento, completamente ausentes do cotidiano dos operários em seus locais de trabalho. Também houve casos como a greve dos bancários em 2004 que aprovou em assembleia algo distinto do proposto pela direção cutista da articulação sindical, enfim, foram muito excepcionais este tipo de greve.

Ainda na opinião de Rodrigues e Ladosky (2018), essas greves, em alguma medida, expressavam a fissura entre os espaços de ação institucional do sindicalismo e o mundo real e precário do trabalho para uma parcela significativa de trabalhadores país afora. Representavam também a fratura no mundo do trabalho entre trabalhadores estáveis e aqueles que são instáveis e excluídos.

Outro critério que podemos considerar na intenção de nos aproximar da situação

²³ Em 2007, as centrais sindicais negociaram com o governo uma política de valorização do salário-mínimo prevista para se estender até 2023. Por meio desse acordo, o salário-mínimo será reajustado anualmente pela inflação mais a variação do PIB do ano anterior. Entre 2002 e 2010, ou seja, ao longo dos dois mandatos de Lula, o salário mínimo registrou ganho real de 53,67% (Dieese, 2010).

²⁴ O Bolsa Família, por exemplo, um dos principais programas sociais do governo, aumentou o número de famílias beneficiadas de 3,6 milhões para 12,3 milhões entre 2003 e 2009, elevando o montante de recursos investidos no período de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 12,4 bilhões.

²⁵ O crescimento anual do PIB, entre 2004 e 2008, foi de: 5,7%, 3,2%, 4,0%, 5,7%, 5,1%.

do sindicalismo durante o governo Lula é a densidade sindical. Cardoso (2015) considera um dos critérios para mensurar, por exemplo, a importância dos sindicatos, pois, em tese, diz respeito à maior ou menor adesão dos trabalhadores às suas associações de classe. No entanto, o autor adverte que nem este e nenhum critério pode ser tomado como absoluto.

Rodrigues e Ladosky (2015), que consideram que há uma crise de declínio no sindicalismo brasileiro, indicam que não houve grandes alterações na taxa de sindicalização geral no país entre 2001 a 2009, mas ocorreu um deslocamento. Segundo os autores, a taxa de sindicalização no meio urbano teria sofrido um refluxo e a taxa de sindicalização no meio rural e no Nordeste, teria logrado uma expansão. E segundo os autores, o fortalecimento dos sindicatos nesta região relaciona-se com as políticas de transferência de renda e criação de postos de trabalho na região durante os governos Lula.

No Brasil, a fonte mais confiável para o escrutínio da filiação ainda é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que pergunta aos moradores ocupados dos domicílios se são filiados a um sindicato. O resultado dessas pesquisas tem variado. Em 2001, tomando-se apenas a população assalariada adulta (pessoas de 18 anos ou mais, incluindo servidores públicos, domésticos e assalariados sem carteira, além dos assalariados com carteira, do campo e da cidade), 19,3% eram filiados a sindicatos. Em 2006, a taxa tinha subido a 21%, e vem caindo desde então, tendo atingido 16,6% em 2013.

Nos apoiamos em Cardoso (2015) que destaca que a variação da taxa de sindicalização no último período está mais relacionada com o crescimento estrondoso do número de empregos formais de má qualidade, e, também, com o aumento nas taxas de rotatividade (processos que levam, em geral, à piora nos indicadores sindicais, tendo em vista a substituição de trabalhadores mais velhos por jovens entrantes no mercado de trabalho), e reflete, nesse sentido, mudanças na dinâmica do mercado de trabalho. Mas deve servir de alerta a tendência de queda na adesão aos sindicatos iniciada em 2006 e até aqui não estancada (CARDOSO, 2015, p. 496).

A literatura pesquisada não apresenta grandes variações na taxa de sindicalização durante os governos Lula, ainda que há um declínio desde 2007, período em que o país começa a sentir com mais força a crise econômica mundial aberta em 2008. E também não podemos deixar de considerar que as rupturas internas na CUT em 2004 e 2006, fenômenos já analisados neste capítulo, resultaram em queda do número de sindicatos filiados à Central. Mas tratando-se da sindicalização da base aos sindicatos pode ser que responda a uma combinação de fatores. Portanto, pode ser que a queda da taxa de sindicalização esteja combinada com o crescente desemprego na estagnação econômica que o país está imerso. Ou

pode ser que se combine vários fatores como os efeitos da crise econômica, as mudanças no mundo do trabalho, ou ainda desencantamento com os sindicatos, enfim, não temos suficientes elementos para uma opinião mais conclusiva. Porém, os dados demonstram um declínio.

Até aqui consideramos alguns fatores para identificar a relação entre as duas principais centrais sindicais do país e os governos de Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010. Vimos que as centrais sindicais, e conseqüentemente, o sindicalismo brasileiro, sofrem alterações em sua orientação política desde os anos 1990. Estas alterações, referimo-nos principalmente no caso da CUT, estão relacionadas com as mudanças no mundo do trabalho e o ajuste neoliberal daqueles anos. Entretanto, o exposto até aqui já nos permite afirmar que as mudanças que se processavam no sindicalismo brasileiro se intensificaram com a chegada do lulismo à presidência do país. Houve um salto no que Boito denominou *sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação*, referindo-se à trajetória da CUT nos anos 1990, para o que Antunes denomina *sindicalismo negocial ou institucional* referindo-se à CUT e a FS durante os governos Lula.

A despeito dessa mudança que consideramos significativa, procuraremos extrair algumas conclusões relacionando o exposto até o momento com o debate sobre a práxis política educativa que podem ter os sindicatos conforme exposto no primeiro capítulo.

3.4 Independência ou colaboração de classes, qual o lugar da práxis?

Vimos como André Singer em *Os sentidos do lulismo* (2012) apresenta a formulação sobre a conciliação entre as classes no Brasil durante o governo Lula. Para o autor, o governo Lula caracterizou-se por uma ampla aliança de classes onde para os super-ricos o lulismo não era um incômodo e para os setores mais pobres havia um reformismo fraco que lhes possibilitava algumas políticas sociais que melhoravam sua condição de subproletariado excluído da sociedade. E explica: “o governo Lula, sustentado pelo subproletariado, busca equilibrar as classes fundamentais – proletariado e capitalistas -, pois o seu sucesso depende de que nenhuma delas tenha força para impor os próprios desígnios” (SINGER, 2012, p. 200). Ora, Singer busca explicar que em nome de um pseudoequilíbrio entre as classes, competia ao governo evitar que a classe trabalhadora lograsse impor seus interesses. Isso é muito revelador e confirma a essência do significado político da colaboração entre as classes como o oposto da teoria da luta de classes em Marx.

Do ponto de vista da educação política dos trabalhadores através de sua práxis

cotidiana no conflito entre capital-trabalho, tema em tela nesta pesquisa, a partir do papel do sindicalismo, e em específico, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil durante o governo Lula, esse pacto entre as classes representa um avanço ou um retrocesso?

Já resgatamos neste trabalho, o sentido da educação política dos trabalhadores em Marx, Lenin e outros autores marxistas. O sentido da formação humana em Marx e o lugar práxis nessa formação. Para Marx “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias”, o que significa que o ser humano é determinado pelo seu modo de vida, mas também pode alterá-lo. Entretanto, para mudar a si mesmo, os homens precisam revolucionar as circunstâncias que mantêm este modo de viver. Guiados por esta compreensão, tanto Marx quanto Engels, vão concentrar toda sua obra e militância, no combate ao tipo de formação econômico-social que oprime o homem na sua condição humana. E este combate passará centralmente pelo processo de educação da classe trabalhadora, por ser a classe social que mais sente a opressão do capital e que por isso potencialmente poderá construir sua superação.

Perseguindo esse fim, Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Trotsky consideraram que os sindicatos podem e devem ser instrumentos para organizar e preparar a classe trabalhadora para alcançar tal objetivo. Tal conclusão é possível, a partir do resgate que desenvolvemos no início deste trabalho sobre a concepção de sindicatos para estes autores. Fortalecer a disposição de luta do proletariado através de sua práxis política é a essência do papel que devem cumprir os sindicatos. Isso pressupõe preparar a classe para os conflitos, para a luta política contra a classe inimiga, é uma aposta em que esta classe seja vencida pela classe trabalhadora. O que Singer nos apresenta do objetivo de “equilíbrio entre as classes, para que nenhuma imponha seus desígnios”, objetivo central do lulismo, vai, absolutamente, no sentido oposto. Não prepara, não organiza, ao contrário, desorganiza, desprepara e desarma politicamente. Eis uma das principais consequências de negar a práxis que aposte na luta de classes e na educação política para uma ação de colaboração entre as classes.

Os sindicatos como agentes políticos que possam contribuir na luta histórica pela emancipação dos trabalhadores conforme vimos anteriormente, guarda semelhanças com o papel que a CUT cumpriu no governo Lula analisado anteriormente?

Acumulamos até o momento que a ampla maioria das centrais sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CGTB, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Central dos Sindicatos Brasileiros) apoiaram, com intensidades variadas, os governos petistas e mais, essas centrais privilegiaram a intervenção junto às instituições governamentais em detrimento

da mobilização da classe trabalhadora. Seu grande objetivo foi promover o desenvolvimento capitalista sustentável com algumas políticas sociais focalizadas. Este processo consolidou a mudança registrada pela CUT desde os anos 1990, também já analisados anteriormente. Essas medidas confirmam da parte das centrais, a perspectiva de colaboração/parceria com o governo e com o capital de forma permanente.

Essa perspectiva da colaboração de classes – que supõe a negociação, a disposição ao diálogo, ao compromisso, à ideia de que é possível obter consenso e, portanto, celebrar um pacto com o Estado e o patronato – se efetivou através dos fóruns tripartites e do ingresso de vários sindicalistas a cargos no governo e na administração das estatais. Em síntese, essa perspectiva que perpassou toda a relação do setor majoritário do movimento sindical brasileiro com o governo Lula, é a negação da educação política dos trabalhadores a partir de sua própria práxis de luta política. É uma (des)educação desde o referencial teórico que nos guia nesta investigação. Não contribui para a classe conhecer e reconhecer suas forças. É seu enfraquecimento em vez de fortalecimento.

A intervenção sindical em fóruns, conselhos e outros arranjos tripartites, assim como em órgãos do Executivo federal, como o Ministério do Trabalho, desconfigurou o já enfraquecido novo sindicalismo que vivenciava transformações desde as câmaras setoriais. A prioridade à ação institucional e a disposição à parceria social, num contexto ainda marcado por políticas econômicas de caráter neoliberal, favoreceu ainda mais a moderação política. O sindicalismo de parceria fez algumas críticas aos governos petistas, mas procurou moderá-las; apresentou demandas políticas, mas procurou compatibilizá-las com os interesses patronais; defendeu os direitos dos trabalhadores, mas não se furtou a negociá-los ou a aceitar direitos diferenciados conforme as especificidades do setor econômico ou da empresa; falou em nome de uma cidadania “ampliada”, mas diante das dificuldades de se assegurar direitos universais por intermédio da legislação, contentou-se com uma cidadania limitada à inclusão pelo consumo. Ademais, conforme também já analisamos, a CUT por exemplo, chegou a enfrentar-se com outros sindicatos e suas bases para defender medidas governamentais que representavam um nítido ataque aos trabalhadores, como foi a reforma da previdência. Ou seja, não apenas não teve uma práxis político-educativa ancorada na independência de classe e autonomia sindical, como se enfrentou ao setor do sindicalismo que primava pela manutenção da não colaboração de classes.

Resgatamos Antunes que nos apresentou a tese de que, a engenharia da cooptação do governo Lula, levou definitivamente, o chamado novo sindicalismo, que havia originado a CUT e que rejeitava uma prática de conciliação de classes, para uma práxis sindical que tem

na negociação sua ação predominante.

Se para Marx, Engels, Gramsci, Trotsky, em sua concepção sobre sindicatos, haveria uma relação íntima (e enriquecedora) entre *movimento sindical* e *movimento político* dos trabalhadores, que deveria ser impulsionado no sentido de fazer avançar a consciência de classe, no sindicalismo da era de Lula vai no sentido oposto. Esvazia-se as entidades de representação da classe de toda concepção de independência e autonomia frente ao governo, estado e burguesia. Ou seja, é uma reeducação a partir de uma práxis oposta pelo vértice aquela que deu origem a CUT.

O exposto no primeiro capítulo demonstra que a práxis política e a consciência operária para Lênin, se articulam como uma totalidade, e que é a ação política da classe trabalhadora o embasamento necessário para uma consciência do conjunto mais complexo da história, incluindo a compreensão de seu lugar social e da possibilidade de influir na mudança do mundo. Ora, uma das conclusões que podemos destacar a partir de toda a análise sobre o sindicalismo durante o governo Lula é que a prática política, principalmente da CUT, foi regressiva no que concerne a essa totalidade descrita por Lenin. A ação sindical apoiada na colaboração de classes não contribuiu e não contribui para uma compreensão da necessidade de influir em uma transformação da sociedade a partir de sua ação direta, sua luta e organização.

Também nos apoiamos em Sousa Júnior (2009) que considera que a práxis apresenta um forte teor político-educativo quando o sujeito se organiza em grupos de trabalhadores na busca de melhorias da condição de vida. Mas para que esse forte teor político seja alcançado é preciso que essa classe reconheça seu papel dentro da sociedade. A classe trabalhadora precisa de uma transformação, que ela deixe de ser classe em si e passe a ser classe para si. Novamente nos parece que a práxis política-(des) educativa da maior parte do sindicalismo brasileiro em tempos de governo Lula, foi no sentido oposto. Não ajudou a que a classe reconhecesse seu papel dentro da sociedade e pudesse se fortalecer para seu projeto de superação da sociedade capitalista. Ao contrário, turvou a possibilidade desse reconhecimento. Em vez de independência de classe e autonomia sindical que norteavam a práxis político-sindical-educativa do sindicalismo dos anos 1980, o que houve foi a negação da autonomia, a colaboração e parceria de classe e conseqüentemente uma educação política que caminhou para trás. Retrocedeu na consciência classista.

Decerto que o contraditório também se manifestou como resistência a essas mudanças regressivas. Ocorreram lutas que se enfrentaram ao governo e até mesmo com a CUT e FS. Um setor do sindicalismo rompeu com a trajetória institucional-governamental

assumida pela CUT e buscou manter os princípios pelos quais a central foi gestada e sua práxis de independência de classe. Novas centrais sindicais surgiram e com elas um realinhamento de sindicatos que se recusaram a nadar conforme a maré da colaboração de classes. É na busca de identificar se o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza foi parte ou não desse realinhamento, que passamos ao próximo capítulo.

4 A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA DURANTE O GOVERNO LULA

Até agora dialogamos com autores os mais diversos, envolvendo temas como governo Lula, práxis, educação política, movimento operário, etc. Neste capítulo, o nosso objetivo é se estender além desse horizonte, trazendo a lume os aspectos novos que dizem respeito aos resultados mais decisivos da nossa investigação²⁶.

Um pouco dessa história nasce do diálogo com os estudos mais recentes que tomam como referência o operariado da construção civil. A esses estudos tencionamos acrescentar elementos novos que atualizam as pesquisas existentes. A ideia é agregar ao repertório, novos insights.

Nos limites dessa história a intenção é traduzir a práxis dos trabalhadores da construção civil em momentos decisivos dos anos em que Lula esteve à frente do governo federal. Episódios como a ruptura do sindicato com a Central Única dos Trabalhadores, as relações base-direção e a recuperação das greves do período ilustram essa tentativa de reconstrução teórico-histórica da práxis política.

Antes disso, começamos por uma síntese preliminar do tema geral que orienta este capítulo.

4.1 Um pouco de história

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza foi fundado em 1940 e reconhecido legalmente desde 1941, no auge do “Estado Novo”. Nascido de inspiração getulista foi batizado por inspiração cutista e ganhou nova vida em 1989, quando um grupo de oposição ligado à CUT foi vitorioso no pleito eleitoral ocorrido naquele ano e assim afastaram da entidade, o grupo político de comandava a entidade há muitos anos e mantinha estreitas relações com a patronal. Foi também neste ano que ocorreu a primeira greve geral da categoria. Segundo Farias (2013), a vitória político-sindical dessa oposição classista

26

Grande parte das informações que consta das distintas seções deste capítulo decorre do exame meticoloso dos depoimentos de Nestor Bezerra (diretor do sindicato), Francisco Raimundo da Cruz – o Dico (diretor do sindicato), Manoel de Farias (ex-diretor do sindicato e atual funcionário da entidade), Flávio Patrício (diretor do sindicato), Francisco Edenilson (diretor do sindicato). Outra parte das informações, que consta das nossas anotações de campo, corresponde ao estudo e análise de materiais do sindicato (atas, boletins informativos, panfletos etc.).

determinou uma mudança de rumo na história do Sindicato.

Nóbrega (2006), após uma intensa pesquisa sobre as experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990, explica como a nova diretoria divulgava para o conjunto da categoria o significado do que havia sido aprovado no I Congresso:

[...] A CUT não é apenas a união de vários Sindicatos, muito menos as suas direções. A CUT representa uma proposta de Sindicalismo Classista que não conchava com os patrões e seu governo e defende, sem vacilos, os verdadeiros interesses da Classe Trabalhadora [...], ficamos mais fortes e contribuimos para o crescimento da luta dos trabalhadores, tanto na organização como no campo político (NÓBREGA, 2006, p. 216).

Este congresso foi de grande importante porque caracteriza o momento inicial frutífero de discussões e decisões, ao que nos interessa por se constituir numa grande oportunidade de percebermos com qual concepção e praxis político-sindical assume o grupo dirigente, e um pouco do desenvolvimento das relações entre a base e a sua direção sindical. Nóbrega descreve ainda que a nova diretoria divulgou na base da categoria, com antecedência, as regras para este I Congresso: “vamos eleger delegados representantes em todos os locais de trabalho. Será eleito 1 (um) delegado para 100 (cem) trabalhadores. As eleições serão realizadas através de reuniões livres em cada local de trabalho, com a presença de representantes da Diretoria do Sindicato” (NÓBREGA, 2006, p. 217).

O congresso contou com a participação de 100 delegados e aprovou um novo Estatuto para a entidade. Nos parece importante um parêntese, a recém-eleita diretoria, também explicava à base dos trabalhadores porque era necessário um novo estatuto para o sindicato:

Sindicato que um só manda e que apenas um pequeno grupo decide tudo é fraco, não tem política e vive de pires na mão para os patrões. Essa é a história do nosso Sindicato até Dezembro passado. Agora resolvemos mudar o nosso Estatuto para que todos os trabalhadores tenham ampla participação nas assembleias, congresso e todas as instâncias do sindicato e que as decisões sejam frutos de ampla discussão na categoria (NÓBREGA, 2006, p. 218).²⁷

Recorremos ainda a Nóbrega (2006) que nos fornece uma análise sobre o I Estatuto do Sindicato a partir da posse da nova diretoria. Segundo ele, o Estatuto trazia um

²⁷ Nóbrega em sua pesquisa faz referência que sua fonte de pesquisa sobre este I Congresso além das entrevistas aos diretores foi também o Jornal A Voz do Peão, nº 01, agosto de 1989, ou seja, o primeiro jornal do Sindicato sob a nova direção.

pouco da concepção sindical e do que seria o novo funcionamento da entidade. As prerrogativas do Sindicato estavam contidas no

[...] art. 2º- que seria: I- Defender os direitos e interesses da categoria, individuais ou [coletivos, inclusive como substituto processual, em questões judiciais ou administrativas; III- (...) Instaurar dissídio coletivo de trabalho; IV- Impetrar mandado de segurança coletivo; V- Decidir, coordenar, encaminhar e executar os atos decorrentes das decisões da categoria tomadas em assembleia, sobre o direito de greve e o âmbito dos interesses que devam por meio dele defender; VI- Estabelecer mensalidade para o associado e contribuições excepcionais para a categoria, de acordo com as decisões tomadas em assembleia geral; [...]. (SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA, 1989, s/p).

Como se pode observar, havia uma preocupação em afirmar uma concepção de sindicato que luta pelos direitos dos trabalhadores e ao mesmo tempo buscava introduzir o debate sobre os trabalhadores financiarem através da mensalidade do associado, sua entidade de classe.

Fora isso, o Estatuto estabelecia a figura de um Colegiado na direção do Sindicato em substituição da figura do Presidente anterior; a possibilidade de perda do mandato de diretores, delegados e representantes sindicais em assembleia geral da categoria; assim como a base poderia fazer recursos contra atos do Colegiado de Diretores. Como se observa, algumas medidas democráticas na direção de haver um controle da base sobre a direção. Medidas que correspondiam aos aires do sindicalismo cutista da década de 1980 e do signo do ascenso sindical daquela época.

Inevitavelmente, este estatuto sofreu alterações ao longo de sua trajetória. A última alteração data de 2011, mas o signo de entidade classista, que prima pela defesa dos interesses da categoria; que se circunscreve na independência de classe e autonomia sindical, que impulsiona a educação política junto aos trabalhadores que são eles que devem responsabilizar-se pela manutenção financeira de sua entidade; assim como os aspectos da democracia operária de revogabilidade de mandato e de que as principais decisões da diretoria colegiada estão submetidas à assembleia da categoria; estão mantidos no atual estatuto.

Com relação as principais lutas da categoria que podem ser adotadas como uma aferição da práxis político-educativa do sindicato e de sua relação com a base, desenvolveremos a seguir. Aqui, destacaremos apenas as mais significativas antes do período do governo Lula, recorte temporal de nossa pesquisa.

As primeiras experiências de campanha salarial e greve geral da categoria datam de 1989. Logo que assume a direção do sindicato dos trabalhadores da construção civil, a

nova diretoria inicia imediatamente, no começo do ano de 1989, aquela que seria a primeira campanha salarial da categoria com greve. Aproveitando uma deflagração de Greve Geral em todo o país por dois dias consecutivos, chamada por três centrais sindicais de trabalhadores (CUT, CGT e CSC), tem início a primeira greve da categoria dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, cuja continuação seria confirmada na assembleia geral dois dias depois.

A segunda greve geral dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza foi iniciada no dia 13 de março de 1990, após a deliberação da categoria em duas assembleias ocorridas nos dias 08 e 11 de março. Essa greve foi muito difícil, os patrões estavam muito bem articulados, o sindicato com dificuldades financeiras o que limitou a organização da greve e o desfecho não foi favorável aos trabalhadores. Após isso, a categoria foi conseguindo ganhos reais em 21, 92, 93 e 94 sem precisar fazer greve. Ainda que já estivéssemos no contexto do neoliberalismo foram anos em que não ocorreram greves. A categoria voltou a realizar greve durante sua Campanha Salarial de 1995, e esta greve deixou enorme lição política e na consciência dos trabalhadores.

Recorremos novamente a Nóbrega que descreve brilhantemente sobre a histórica greve de 1995:

Para os trabalhadores da construção civil de Fortaleza, não foi uma greve. Foi A GREVE de 1995. Conversando com qualquer operário que estivesse trabalhando na categoria nesse período, é mais que provável que ele falará dela. E com um sorriso espontâneo que imediatamente se abrirá no rosto, pela minha experiência de mais de dois anos convivendo com eles. Há um imaginário imenso sobre a greve de 95, ela se tornou um símbolo para a categoria: para os ex-diretores do sindicato, originários daquele grupo da então oposição sindical de 1988 era um ciclo que terminava. No jornal A Voz do Peão de novembro de 1998, a capa traz o título “10 anos de luta e conquistas: rumo ao Socialismo”. (NÓBREGA, 2006, p. 264).

Decerto, é notório a relação entre a chamada *luta mínima* por salário e a *luta política mais geral* constituintes de uma práxis que busca contribuir no processo de reconhecimento e fortalecimento da classe que vive da venda de sua força de trabalho, uma práxis no sentido que nos apresenta Konder (1992, p. 116) quando afirma que “a práxis é a atividade que, para se tornar mais humana, precisa ser realizada por um sujeito mais livre e mais consciente”.

A ação conjunta da categoria e da direção do sindicato nesta greve de 1995 foi de uma grande lição pedagógica a partir de sua práxis. Foi a greve mais longa da história da categoria, quase um mês de greve sem receber o pagamento²⁸. O sindicato realizou uma

²⁸ O pagamento no geral é realizado quinzenalmente, mas na época muitas empresas pagavam semanalmente.

ampla rede de solidariedade que possibilitou a doação de cestas básicas aos grevistas e dessa maneira manter a greve que terminou com o atendimento das reivindicações dos trabalhadores. Decerto que teve impactos progressivos na consciência dos trabalhadores.

É indiscutível que as premissas de organização coletiva dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza fazem parte de uma estratégia de se conceber um sindicalismo político, de embate contra os empresários da construção civil e o Estado, desenvolvendo uma consciência anticapitalista junto à classe operária e tendo a CUT como referencial dessa proposta. E estas diretrizes políticas, decerto se explicam às concepções de sindicalismo desenvolvido por um amplo segmento de entidades sindicais no espectro do novo sindicalismo. Mas também há uma outra explicação para estas perspectivas, e em consonância com esta que refletimos: os interesses do grupo dirigente majoritário que originou a oposição que venceu as eleições em 1988. Grupo este que também atuava no interior da central contra a postura majoritária da articulação sindical.

O grupo que conseguiu aglutinar diferentes elementos de oposição foi o Coletivo Gregório Bezerra (CGB) que, desde janeiro de 1988, desenvolveu esforços rotundos com vistas a fortalecer essa alternativa aos situacionistas encastelados na entidade sindical. Esse foi o primeiro passo de uma caminhada. Entre ele e a primeira greve geral da categoria houve mediações muito importantes e muitas tarefas hercúleas tiveram que ser executadas, dentre elas a vitória oposicionista no pleito sindical, a posse da nova direção da entidade e a organização de um plano para retirar a categoria dos trilhos enferrujados de uma estratégia de colaboração de classes. A partir de 1993 este grupo, ou setores dele, em fusão com outros coletivos advindos de rupturas do PT, conformam o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) que será parte do núcleo dirigente da entidade durante muitos anos. Consideramos que esta relação entre ativistas de base com militantes de organizações revolucionárias como o CGB, PCB, e PSTU à frente da direção do sindicato em estudo, foi elemento progressivo. Para usar palavras de Lenin, foi a junção de práxis política e práxis revolucionária que contribuiu como âncora de uma história que começou em 1988 e prosperou debaixo de um novo marco categorial: o classismo. Este elemento pode ter sido um anteparo, por exemplo, na postura política do sindicato frente aos governos petistas de colaboração de classes, já bastante desenvolvido no capítulo anterior.

Em suma, nossa pretensão com este breve resumo de alguns elementos constitutivos da história desta categoria, sua práxis política assim como de sua entidade representativa, era somente lançar luzes para nosso objeto em tela, sua práxis político-educativa durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

4.2 Ruptura com a CUT e a construção da Conlutas

Lula governa o Brasil de janeiro de 2003 a janeiro de 2011. Eleito em 2002, é reeleito em 2006. Nesse intervalo de tempo, as relações do movimento sindical com as instituições do Estado brasileiro são perpassadas por inumeráveis alterações. Líderes sindicais são alçados a posições de mando na máquina estatal e a principal central sindical do país – a CUT – se aproxima perigosamente do poder político central do país e sua autonomia política é posta em xeque.

Ademais, o governo Lula se caracteriza por uma série de iniciativas no campo das relações capital e trabalho e, nessa perspectiva, não se furta de buscar a constituição de espaços de convívio tripartite (patrões, trabalhadores e Estado). A grande quantidade de fóruns tripartites documenta o quanto o condomínio governamental liderado pelo ex-metalúrgico se empenha na formação de um ambiente que favorecesse agregar interesses econômicos e sociais os mais díspares.

Genericamente, o chamado lulismo justifica esses esforços como uma tentativa de civilizar as relações de capital e trabalho; relações essas comumente permeadas de zonas nebulosas de comunicação. As câmaras setoriais, simbolicamente associadas ao setor automotivo, se tornam uma referência para extensão de uma política de acordos, pactos e entendimentos. Bafejado pelos ventos da economia internacional, - e, quando esta balança, pelo frescor do mercado interno brasileiro -, o governo consegue avançar vigorosamente com essa política de conciliação de classe.

Não raramente, o sindicalismo cutista se enreda pelas veredas dessa política da qual o vértice é o governo do PT. Evidentemente, ao longo desse período, essa orientação geral não implica na inércia absoluta dos sindicatos da CUT, até porque uma parte importante da classe trabalhadora, se apoiando no crescimento econômico e no enleio com o governo, se mobiliza amplamente e reivindica novos direitos. É impossível a uma central sindical, por mais poderosa que ela seja ou pareça ser, conter todo e qualquer movimento ou mobilização de uma classe ou de frações determinadas dessa classe.

Quer dizer: em todos os casos da vida, como é de se esperar, a regra suprema é encarar a realidade como um processo emaranhado, complexo e contraditório. Ao lado de avenidas, há ruas menores e perto das ruas menores, há ruelas estreitas, ainda mais minúsculas, e perto dessas últimas há espaços confusos, indefinidos. Com o movimento sindical não é diferente. A observação e o estudo desses tempos de lulismo nos ajuda a

compreender essa diversidade que o delinea e, de algum modo, o explica.

Um fator registrado com precisão, ao longo desse período, é a explosão de uma dissidência no campo do sindicalismo de servidor público, premido pelo impulso governista à reforma da previdência que agora, diferentemente da época de FHC, se dirige frontalmente contra o funcionalismo público. Essa dissidência se estende para setores minoritários dos trabalhadores da esfera privada. A CUT se divide e é de um estrato importante, ainda que minoritário dessa central, que aflora uma tendência do sindicalismo que aponta para organização de algo “para além” da central mais influente do país. No desenvolvimento desse processo, conforme já desenvolvido em outra parte do texto, surge a Conlutas – central sindical e popular.

A emergência das lutas dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, ao longo desse período, desse ser emoldurada por esse curso mais abrangente dos conflitos e disputas no campo do novo sindicalismo nascido no último quartel do século passado. Até então, as divergências entre as diversas correntes que configuravam a Central única dos Trabalhadores eram tratadas no âmbito dessa central; com a ascensão de Lula e do PT, e com as relações privilegiadas da maioria da central com o novo governo, arrastam-se essas diferenças para as ruas e praças. Algo se quebrou na dobra do século.

Neste tópico, a práxis dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, no intervalo de tempo considerado, é o principal enfoque a ser desenvolvido. Trata-se de reconstituir suas práticas políticas, de entender as suas conexões com o novo momento vivido pelo país e desvendar os processos de educação política, decorrentes de um tempo que parecia trocar de pele. Como sempre ocorre com as questões que dizem respeito a essa camada de trabalhadores, há de se reconhecer que processos não podem ser compreendidos separadamente das lutas, greves, manifestações e demais modalidades de mobilização que marcam indelevelmente a sua trajetória.

Mais do que um fenômeno intermitente ou passadiço, trata-se de uma experiência de luta que ainda carece de mais leituras, aprofundamentos e investigações. O tempo transcorrido não é argumento suficiente para que deixemos de lado todo o sucedido. É hora de trazer ao mundo culto a explosão do operariado da construção civil nos anos anteriores ao golpe parlamentar (2016) que sobrepujou a longa estação petista. São anos de luta, mas, também, de rupturas e continuidades, e aqui, certamente, a pesquisadora não está em contraste com a militante.

Há períodos da história em que as mudanças acontecem de modo tão inopinado que as pessoas levam algum tempo para compreenderem o que, efetivamente, se sucedeu. Nos

primeiros anos do século XXI, provavelmente, os protagonistas da história que vos conto, decerto, viveram algo assim. Não sabiam, diria o velho mouro, mas, faziam, ou seja, agiam, embora uma plena compreensão desse agir não acompanhasse essa ação. Cerca de uma década depois, as possibilidades de uma reflexão compreensiva são certamente mais auspiciosas.

Luíz Inácio Lula da Silva foi estrepitosamente votado pela categoria do operariado da construção civil. Praticamente de cada dez operários, oito votaram no ex-líder metalúrgico. Desse modo, o início do seu governo foi acompanhado de uma enorme expectativa. No momento em que os servidores públicos se mobilizaram contra a reforma da previdência, os operários da construção civil seguiram fazendo as suas lutas sem que, forçosamente, identificassem o governo como seu oponente.

De 2003 a 2006 ocorreram precisamente quatro campanhas salariais e, em duas delas, a categoria transformou a campanha em greve e a greve em um momento de explosão e fúria contra a patronal. Em duas dessas greves, a campanha acabou em dissídio coletivo e num desses dissídios deu-se a perda do feriado do dia do trabalhador da construção civil. As perdas desse áspero período de conflagrações acabaram fazendo com que as mobilizações típicas desses momentos em que se negocia a convenção coletiva da categoria refluíssem, o que elucidada, também, a inexistência de movimentos paredistas, salvo escaramuças muito parciais.

Ademais, a disputa eleitoral no sindicato, ocorrida em 2006, fez com que as forças políticas, com atuação na entidade, canalizasse as energias para essa disputa. De um lado estava a chapa da Conlutas e do outro a chapa da CUT. Essa eleição em última análise, trazia consigo um fio de continuidade com a assembleia que, em 2014, havia deliberado a ruptura do sindicato com a Central Única dos Trabalhadores.

É o momento de examinar o quadro geral dessa disputa que não só é memorável pelo embate das forças locais, mas principalmente, pelo contexto histórico em que Lula da Silva, o presidente operário está à frente do governo federal. Como entender o curso desse processo no qual uma categoria pró-Lula rompe com a central sindical que lhe é cara e próxima?

2004 é um ano chave para o movimento sindical brasileiro. Lula é presidente, a CUT o apoia e um setor do sindicalismo se desprende da central. Dessa ruptura política drástica surge o embrião de uma nova central: a Conlutas. O Encontro de Luziânia, com grande participação de ativistas, milhares deles, decide criar a nova central promovendo o primeiro rompimento importante no âmbito da CUT. A história já não seria a mesma e as

repercussões desse fato não tardam a chegar as terras alencarinhas.

Retornando de Luziânia, a delegação cearense se atira à tarefa de construir a Conlutas no estado. O Sindicato dos Servidores Municipais de Juazeiro do Norte é o primeiro sindicato do Ceará a se filiar a nova central. Nada, no entanto pode ser comparado com a adesão do sindicato dos trabalhadores da construção civil a esse novo experimento. Para que esse intento se concretizasse, entretanto, abriu-se um período de discussões, em geral, acaloradas, começando na diretoria e se estendendo aos canteiros de obra. A polêmica superestrutural desceu do céu a terra.

Os defensores de que o sindicato permanecesse vinculado a CUT, efetivamente, não deram o fato como consumado e buscaram dialogar com os trabalhadores, que, também, ouviram os que estavam convencidos de que era necessário trocar a velha roupa colorida por um traje ainda mais radical. No dia da assembleia, uma multidão afluiu à sede do sindicato que, à época, já funcionava no prédio situado na rua Agapito dos Santos na capital cearense. A sorte estava lançada.

O episódio terminou por mobilizar todo movimento sindical de Fortaleza. Todas as forças políticas mandaram representantes. Não houve representação sindical de importância que não enviasse uma delegação à quadra do sindicato. Era possível notar a fusão de respirações que se misturava ao clima de tensão que se instalou à medida que se aproximava o início da assembleia. Raimundo Pereira, o Raimundão, e Valdir Pereira se pronunciam pela ruptura com a CUT, enquanto Acrísio Sena, ontem sindicalista e hoje vereador de Fortaleza (PT), se posiciona energicamente pela continuidade do sindicato nos quadros da Central Única dos Trabalhadores.

Depois de longo debate, com as posições já praticamente cristalizadas, a própria base exige que a votação seja consumada. Os ânimos se agitam ainda mais. Há indicações de claques que se acotovelam. A votação é encaminhada. A decisão massiva da categoria é pelo rompimento com a CUT e adesão imediata à Conlutas. Uma espécie de cordão sanitário separa os tempos e as pessoas. Pouco tempo de concluída a votação, a sede do sindicato se esvazia. Um novo tempo deveria emergir daquela noite confusa.

Nos dias seguintes, as paredes do sindicato e os carros da entidade serão rebatizados e receberão um novo símbolo. Parecia um pesadelo inacreditável para os cutistas a perda que acabaram de constatar. Inversamente, os sindicalistas da Conlutas se sentiam embriagados pelo êxito daquela vitória memorável.

A questão de fundo, contudo, é: por que uma categoria de trabalhadores tão identificada com Lula rompe com a central sindical que ele ajudara a criar e que era o seu

principal ponto de apoio no movimento sindical? A hipótese mais provável é que os trabalhadores se convenceram de que a atitude mais coerente era a de se posicionar ao lado daqueles que sustentavam a necessidade de que o sindicato deveria se preservar da ingerência do Estado em seus negócios, e a necessidade de assegurar a mais ampla e decidida autonomia de sua entidade representativa.

Era como se os trabalhadores argumentassem que, politicamente, votavam no Lula e no PT porque eles sabiam governar o país, mas, no plano da ação sindical, o mais indicado estaria na decisão de acompanhar as frações do sindicato que fomentavam ideias como a da autonomia e da independência do movimento sindical perante os governos. Em suma, Lula e o PT são úteis lá no alto e os sindicalistas da Conlutas igualmente úteis, mas no chão dos canteiros, defendendo os interesses imediatos da categoria.

Provavelmente, os motivos constituem um amplo feixe que reconhece e legitima um processo no qual Lula é indiretamente derrotado, embora siga no coração de uma imensa massa de proletários de mãos calejadas, instinto de classe e uma práxis transformadora, malgrado as suas contradições e desafios sempre por vencer. Começava a hora da Conlutas. 14 anos depois, o sindicato segue organizado nas hostes da nova central que, agora se chama CSP Conlutas.

4.3 Relação Sindicato-base

Um dos problemas mais dramáticos da história do movimento sindical no Brasil se manifesta vivamente na relação sindicato-base, ou dito de outro modo, no relacionamento entre líderes e aqueles que os primeiros se propõem a representar. A história do sindicalismo brasileiro, em larga medida, se confunde com essa questão que, de certa maneira, diz respeito à dicotomia horizontalidade-verticalidade.

Os sindicatos que nascem do enquadramento da CLT, nos anos 1940, chegam ao mundo mediante uma relação vertical da diretoria da entidade com os seus representados. Dava vazão a esse relacionamento verticalizado a existência do imposto sindical, recentemente eliminado com a reforma trabalhista. Com o imposto sindical, muitas direções sindicais se sentiam desobrigados de germinar laços profundos com a sua base. Mas não era simplesmente o imposto sindical que ocasionava essa distorção que, em última hipótese, era o resultado mais candente de uma estrutura sindical rigorosamente verticalizante. Verticalizante e despolitizadora. Os sindicatos eram proibidos de discutir política e de fazer os embates ideológicos. Dessa despolitização deliberada nasce um sindicato com recursos originários da

categoria, mas repassados pelo Estado, que controla e define a natureza e o estatuto da entidade representativa dos trabalhadores.

Definitivamente, isso não impede que, ao longo do tempo, uma fração do movimento sindical venha a se insurgir contra esse modelo verticalizado de sindicalismo. O Partido Comunista é um exemplo de organização política que se empenha no embate contra esse modelo de organização sindical, embora com limites bem definidos. As comissões de base em minas e fábricas, em geral clandestinas, decorrem desse empenho histórico de aproximar lideranças e liderados, criando estruturas organizativas mediadoras que extrapolavam os limites da estrutura sindical verticalizada. Tratam-se, contudo, de experiências muito limitadas. De fato, somente com a reorganização do sindicalismo brasileiro, nos anos 1970-1980, esse questionamento do velho modelo adquire amplitudes consideráveis. Aliás, essa recomposição é produto do maior ascenso da história do sindicalismo brasileiro dos últimos 50 anos. A experiência da construção civil de Fortaleza, concretamente, é parte desse contexto mais amplo de recomposição sindical que, não raro, explica esse redimensionamento da relação direção-base.

Quando o sindicato da construção civil é retirado das mãos da antiga burocracia sindical, defensora do velho modelo verticalizado, em fins de 1988, assoma a ideia de um sindicato com um trabalho mais horizontal assentado na aproximação de dirigentes e representados. A hipótese de um novo modelo de educação política aflora à luz desse processo cujo corolário se faz ao longo dos anos 1990. É desse processo que pretendemos tratar agora.

O sindicato dos trabalhadores da construção civil, desde o momento que passou às mãos de agrupamentos de esquerda com uma visão diferenciada da relação líderes-base, efetivamente, redimensiona essa relação. De que modo isso se concretiza? Nota-se que antes de 1988, as campanhas salariais eram um misto de negociação patronal-direção do sindicato de um lado, distanciamento cotidiano da diretoria de sua base de outro. A ação da categoria mediante manifestações, mobilizações e greves não constituía parte integrante da prática sindical até essa mudança de direção. Essa mudança inverte uma cultura, inaugura uma nova etapa na história desse estrato da classe operária. O sindicato deixa de funcionar como uma represa, um espaço de contenção, e se torna uma ferramenta de empuxo. Junto disso, a horizontalidade do contato permanente com o canteiro de obra reposiciona os lugares de direção e base. O contato deixa de ser esporádico, determinado pelo caráter sazonal das campanhas salariais, e se torna regular. A ligação sindicato-canteiro de obra põe o diretor sindical em ligação perene com a base e repropõe a natureza da entidade.

O sindicato é o produto da integração diretores-base. Durante o café da manhã e o

almoço, o canteiro de obra acolhe diretores sindicais que, não raramente, usa 30 minutos para informar e discutir sobre questões específicas e gerais que, direta ou indiretamente, dizem respeito aos trabalhadores. Temas como jornada de trabalho, saúde, segurança e condições de trabalho, salário, situação política do país, dentre outros, são comumente abordados por meio de palestras cuja exposição, amiúde, cabe aos diretores do sindicato. Excepcionalmente, apoiadores, funcionários do sindicato e convidados aportam com esse esforço que, em última análise, é um esforço de formação, que deriva desse contato direto dos líderes com a sua base.

Trinta anos nos separam da conquista do sindicato por esse grupo de ativistas, no limite, politicamente educados no marxismo. Esse relativismo decorre do entendimento de que o grupo que conquista o sindicato é mais heterogêneo do que pode parecer. Há militantes que vinham do prestígio, trotskistas, ativistas que vinham das organizações de base da igreja, apenas para ilustrar com esses exemplos. O que os unia era a compreensão de que o sindicato deveria passar por uma revolução. Um aspecto dessa revolução, necessariamente, passava por uma releitura da relação com a base. O contato deveria se tornar permanente e não de maneira efêmera ou intermitente.

Por intermédio desse contato, terminantemente, se tornava viável desvendar os problemas cotidianos da categoria, além de aproveitar as situações vivenciadas com a intenção de auxiliar no processo de educação política dos trabalhadores. A ideia de que o sindicato não resolve nada sozinho e que as soluções devem ser construídas coletivamente, em regra, auxiliam nesse processo de educação política do operariado. Dir-se-ia que é parte de uma estratégia.

Nesse ínterim, houve conquistas importantes, dentre elas o direito a um refeitório compatível com o tamanho do plantel, café da manhã, almoço, participação nos lucros e resultados (PLR) e cesta básica. Tão importante quanto isso, sem dúvidas, foi a consolidação do espaço permanente de diálogo do diretor com a base mediante a visita do primeiro ao canteiro de obra. O contato esporádico – via assembleias de campanha salarial – torna-se mais próximo, cotidiano, recorrente. Essa conquista se transforma em uma cultura e essa cultura determina o perfil da práxis política no âmbito da construção civil. Os diretores passam a ter vasos comunicantes com a categoria, que pode ouvi-los e pode ser por eles ouvida. Torna-se, então, mais plausível auscultar a categoria e otimizar as propostas que emanam da direção. A relação se torna uma via de mão dupla, assim como a dinâmica formativa se mostra em toda sua complexidade. O sindicato puramente vertical se converte em um sindicato relativamente horizontalizado. A ideia de que “o sindicato somos todos nós” adquire ares de materialidade.

Certamente, esses avanços não significam que não houve (e há) deficiências

lacunas e omissões. Consideramos o trabalho do sindicato como trabalho de base, mas, com efeito, ele não se transforma em organização de base. O que significa organização de base? Os trabalhadores da base devem ter uma estrutura organizativa no local de trabalho (delegados, conselho de representantes etc.). O máximo que se conseguiu se resume a uma razoável intervenção nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS). Muitas vezes, parte desses cipeiros é alçada à direção sindical. Como parte desse movimento em torno das CIPAS, o sindicato realiza seminários sobre o tema, em que pese o caráter intermitente que marca esses eventos. As palestras que o sindicato oferece nos canteiros de obra, nas quais se pauta a temática da saúde e segurança do trabalhador, também, se definem por apresentar essa nuance de intermitência.

Outras formas de organizar a base são ainda mais esporádicas, como congressos e cursos de formação – que se realizam ainda com maior eventualidade se comparados com as palestras específicas da secretaria de saúde e segurança do trabalhador –, para citar alguns exemplos. Desse modo, o sindicato ainda encontra dificuldades na consecução de uma relação que prima mais pelos aspectos horizontais do que por se submeter à lógica vertical da antiga estrutura sindical. Essas dificuldades são enfrentadas, mas os ganhos se mesclam com ligeiros recuos, o que nos parece comum em processos históricos dessa natureza.

Vale a pena enfatizar o lugar das assembleias na vida desta categoria. As assembleias se revelam um espaço de luta e conagração, região de disputas e integração social, lugar de reposição de forças e de educação política. A cartografia das assembleias desenha um pouco a dinâmica da categoria. As assembleias que iniciam as campanhas salariais ou que votam as contas do sindicato são menos volumosas, enquanto as assembleias que marcam o auge e a reta final das campanhas salariais contam com massiva participação dos trabalhadores. Há também assembleias diretamente políticas que, de modo geral, deliberam a posição da categoria sobre processos eleitorais, inclusive o apoio às candidaturas que afloram desse setor operário.

Com o tempo, os trabalhadores ajudaram a definir qual a importância que deveria ser conferida a cada tipo de assembleia. A presença massiva ou modesta era determinada por esse grau de relevância por eles imputada às distintas modalidades de assembleia. A diretoria, igualmente, aprendia mediante a experiência dos anos e determinava em que momento deveria atribuir maior ou menor importância a esse espaço deliberativo.

Aqui vale alguns registros. Houve um tempo em que a categoria se deslocava para a sede do sindicato “a pé” ou guiando uma bicicleta, conforme se observa em uma fotografia dos anos 1990. Os anos da frente popular no poder descerraram o crédito e junto do crédito

veio a moto e em casos raros, veio o carro. Quando esse redesenho começa a se instaurar, de feito, o sindicato já garantia cerca de 20 ônibus para transportar dezenas de centenas de operários e operários com destino às assembleias, em regra, muito concorridas. Ao final da assembleia, eram repassados vale-transporte para que os trabalhadores voltassem para suas casas. Com o passar do tempo, o vale para garantir o retorno dos operários as suas residências deixou de ser garantido. Cada operário passa a se responsabilizar pelo custeio de seu retorno. A diretoria achava que isso poderia sugerir um indicador de compromisso dos trabalhadores com o sindicato. O desafio encontrou boa acolhida uma vez que a categoria seguiu afluindo massivamente às assembleias. Mesmo com ajustes táticos ao longo do tempo, o empenho com vistas a mover a base sempre se demonstrou uma obsessão perseguida pelo sindicato.

Aqui, abrimos um parêntese: hoje, depois da reforma trabalhista, que drenou grande parte das receitas dos sindicatos, os trabalhadores afluem em massa ao sindicato conduzindo, principalmente, motos (grande maioria) e carros (uma parcela minoritária). Esse fenômeno atualizado de afluência às assembleias, a nosso ver, é subproduto dos anos de educação política que, assentados na década de 1990, firma-se na dobra do novo século quando o PT chega ao governo central. Os tempos pós-Lula não fizeram declinar essa rica experiência dos trabalhadores em direção a sede da entidade; inversamente, a reforçaram por outras vias, reduzindo o lugar do verticalismo na condução do sindicato. Isso tudo é parte de uma práxis caracterizada por uma vigorosa educação política cujo fundamento é a mobilização da categoria como sujeito de sua história. De fato uma ação transformadora.

Em suma, o esforço de conferir maior horizontalidade²⁹ à estrutura sindical é evidente. Isso se mostra em muitos aspectos conforme registramos. A própria existência de uma direção colegiada é uma modalidade de anteposição ao modelo verticalizante com a figura do presidente. Doutro lado, a ausência de proporcionalidade na constituição do corpo diretor é contraditória com relação a todo esse esforço, uma vez que a ausência de

²⁹ O que se entende por verticalidade na tradição do movimento sindical é precisamente o modelo no qual a direção, divorciada da base, decide tudo por ela e sem a sua participação. Até mesmo o financiamento se faz de cima para baixo, notadamente pelo instrumento do imposto sindical.. Ao contrário disso, a estrutura horizontal se caracteriza por uma articulação da direção com a base de tal modo que, em última análise, todas as questões cruciais passam por essa articulação de liderança e base, abarcando, também, as matérias financeiras. Essa segunda ideia compreende a constituição de uma ossatura institucional que viabiliza os canais de participação da base na vida e nas decisões do sindicato. Essa ideia de sindicatos dotados de horizontalidade não guarda nenhum nexos com a noção de horizontalismo que, no Brasil, se fortaleceu depois das manifestações urbanas de 2013. Parte de sua inspiração nasce de resoluções e enfoques da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ademais, ela acompanha o aparecimento do novo sindicalismo, produto do ascenso das massas que iniciado em fins dos anos 1970 se estende até os últimos anos da década subsequente. São os anos de ouro do sindicalismo brasileiro. O movimento sindical toma o céu de assalto e questiona toda arquitetura do modelo sindical nascido à época de Vargas.

proporcionalidade faz com que uma corrente da base esteja representada na direção, ao passo que outras correntes de opinião ficam alijadas, ainda que contem com apoio político na base da categoria. Ao pensar que essa ausência se seguiu a um contexto no qual chegou a se praticar o critério da proporcionalidade, torna-se mais nítido o limite de toda essa operação transformadora.

Nesse sentido, as conexões direção-base-direção desvelam que, no centro da operação há pouco mencionada, se encontra o elemento-chave de toda práxis transformadora. É esse movimento em torno da base que se repropõe a reinventar a categoria que mediante sua ação, aprende, desaprende, aprende outra vez, quem sabe para esquecer e novamente lembrar. Essa aprendizagem da vida instaura a presença do operariado na cena pública de uma cidade, e, mais amplamente, em toda a região metropolitana. Essa presença viva, manifesta, contestadora e permeada de um sentimento de mudança social é uma práxis nova, que é distinta da anterior, mas que, ao mesmo tempo, nasce por intermédio de um diálogo crítico com o seu passado. Se a intervenção do sindicato é mediadora, a práxis dos trabalhadores lhe transcende e lhe confere sentido e pulsação. Esse é o segredo interno que revela a magistral dialética de uma relação que tem lugar e história, prática e reflexão, até porque a história tem sempre um lugar assim como toda prática carrega consigo uma reflexão.

4.4 Greves de 2003 a 2010 (Campanhas Salariais e lutas gerais e principais eixos políticos no cenário do lulismo)

De 2003 a 2010, com breves intervalos, o signo do período foi a emergência de vagas grevistas. As campanhas salariais do começo do século encontraram enormes dificuldades. Duas delas acabaram em dissídio coletivo (2001 e 2003), sendo que a última delas acabou com o feriado do dia do trabalhador da construção civil. Essa decisão de suprimir o feriado coube a uma desembargadora que de uma só penada dizimou com uma conquista histórica da categoria. Nota-se que as lutas não garantem nem a preservação de antigos direitos, e muito menos, a obtenção de direitos novos.

Além disso, a repressão política constitui um traço marcante das greves no começo dos anos 2000, fato já observado nos conflitos sindicais dos anos 1990, momento em que a fúria repressiva do Estado se abate poderosamente contra a ação direta dos trabalhadores. Esse quadro repressivo enfrenta uma resistência destemida da categoria e, até por isso, as ruas se transformam em verdadeiras praças de guerra, expressando o caráter de polarização social do movimento. Tiros contra pedras demonstram que as partes em litígio

usam mão das armas de que dispõem. Carros do sindicato são presos, assim como os dirigentes sindicais. No afã de confrontar a coação policial e a disposição dos patrões de aplastar o movimento grevista, os trabalhadores derrubam tapumes e destroem canteiros de obra, aos gritos de “Nóis constrói, Nóis destrói”, “O peão comendo ovo e o patrão de carro novo”. A radicalização é a marca mais emblemática dessas greves que, de fato, se tornam uma escola.

Genericamente, o hiato de 2006 a 2007, caracterizado pela ausência de greves, reflete as dificuldades das mobilizações que marcam o período anterior, mas, no caso de 2006, sugere uma resolução deliberada dos dirigentes da entidade, uma vez que priorizam o Congresso Nacional da Conlutas e a eleição para renovação da diretoria. De três tarefas importantes do primeiro semestre de 2006 (congresso da Conlutas, eleição do sindicato e campanha salarial), opta-se por não sublinhar a radicalização da luta em torno da atualização da convenção coletiva, leia-se, campanha salarial. Conscientemente, se aposta em uma mobilização que, não necessariamente, deve resultar em greve, o que explica a ênfase à volta de um acordo coletivo que preserva as conquistas, mas, visivelmente, não acrescenta nada de novo aos direitos e benefícios já consolidados.

A base é mobilizada de distintos modos: para constituir o corpo de delegados que deve representar a categoria no Congresso da Conlutas, ampliar a sua participação no colegiado diretivo e pressionar o empresariado com vistas a assegurar a preservação dos direitos adquiridos.

No caso do Congresso da Conlutas, parte da delegação ao evento é constituída de ativistas novos que, nos planos da diretoria, é manancial para uma futura e necessária renovação das camadas dirigentes. Dentro desse espírito, o congresso é tratado como um momento de formação política, processo esse que passa pelas discussões preliminares que antecedem e se seguem à assembleia na qual os delegados são eleitos, pela pauta e o debate em torno dela (ao longo do congresso) e, particularmente, pelo intercâmbio com as delegações de múltiplas categorias e inumeráveis lugares do país que, no emblemático ano de 2006, ocupam a fria cidade de São Paulo ao longo de vários dias.

Quanto à eleição sindical, observa-se que a polarização Conlutas x CUT está presente. Duas chapas são apresentadas. A chapa da diretoria reivindica a Conlutas e a da oposição reclama a necessidade de se retornar ao leito cutista. Lula – que é reivindicado amplamente pela categoria – é um belo cabo eleitoral da oposição, mas, uma vez mais, a categoria demonstra seu discernimento, como se dissesse: para governar o Brasil, é Lula; para gerir o sindicato, é preciso ter um corpo dirigente que, não forçosamente, reza pela cartilha do

lulismo. As ideias de autonomia e independência dos sindicatos parecem adquirir materialidade na destreza da categoria para entender o que é mais importante para sua prática cotidiana. Afirma-se aí a característica de quem é livre e autônomo para definir o seu caminho. A chapa da Conlutas obtém $\frac{3}{4}$ dos votos e decreta uma derrota acachapante ao núcleo de militantes cutistas que, com efeito, irá precisar de 12 anos para voltar a competir sindicalmente no setor da construção civil. Por fim, no que diz respeito à campanha salarial, a categoria, de certo modo, exalta o acordo salarial sem greve, quem sabe, porque se machucou nos últimos conflitos de natureza paredista, e ainda aspira se curar dos traumas e lesões que resultam de greves duras e com resultados discutíveis e problemáticos. A reposição salarial, acompanhada de ganho real, expressamente, arrazoada e legitima esse sentimento ponderado dos trabalhadores.

Essas são as questões que definem com maior nitidez esse hiato de dois anos sem greve na categoria; hiato que pode ser estendido, se se lembra de toda trama o interessado na matéria, de que, em 2005, a greve rápida parece imprimir uma seca grevista muito mais extensa do que a pesquisadora, neste trabalho, toma como aspecto definidor desse breve período. Trata-se de um interregno em uma história de greves, que iniciada no remate dos anos 1980, se intensifica e se alarga nos anos 1990 e, finalmente, se alonga, ainda mais, no começo dos anos dois mil. Acontece que, vencido o ano de 2007, em que a categoria assina outro acordo sem greve, se favorecendo do crescimento econômico da construção civil, abre-se um período de greves recorrentes que marca os três últimos anos nos quais Lula governa o país. O que explica esse fenômeno, e como ele ecoa na prática política e na consciência da categoria, é o alvo dos próximos parágrafos.

2008 – eis um ano-chave. Ele retoma uma sequência de movimentos grevistas que se prorroga por um intervalo de tempo, quase sem interrupção, de dez anos. Por que 2008? Nesse átimo de tempo, o setor da construção vive um boom que se assemelha a algo imperecível. Dezenas de milhares de trabalhadores se incorporam ao plantel da construção civil e, também, da construção pesada. O país se torna um imenso canteiro de obras. Na porta dos canteiros se multiplicam os cartazes de “precisa-se”. Até nas paredes do sindicato, nota-se a presença do orelhudo cartaz. Acontece que ao passo que a economia setorial reforça os cofres do empresariado, a categoria se ressentida da ausência de ganhos que pudessem traduzir no plano de sua vida real os lances que determinam o caráter da conjuntura econômica. Este é um aspecto da questão.

Concomitantemente, 2008 traz ao tablado a encenação brutal de uma nova crise do capitalismo, com repercussões no mundo inteiro, ainda que o presidente Lula a

apresentasse como “uma marolinha”, algo pequeno, desimportante, frágil, efêmero. A crise não alcança os países de modo homogêneo e, também, não atinge de forma idêntica os distintos ramos da economia. No Brasil, o setor metalúrgico e grandes empresas voltadas para o mercado externo, como a EMBRAER, sente o abalo da crise. O governo Lula faz intervenção vultosa na estrutura econômica do país. Vantagens são oferecidas, crédito etc. O Estado tenta compensar as lacunas da economia privada. Nessa lógica, o setor da construção civil (e, igualmente, da pesada) não só reage positivamente aos investimentos e vantagens governamentais, mas segue seu curso ascendente, embora tenha vergado por um curto período, sugerindo uma debacle que, de fato, não acontece, como chega a ser previsto por especialistas, à esquerda e à direita. O emprego segue num crescendo e isso anima os trabalhadores da construção civil. Eles sabem que se perdem o emprego em uma empresa, ele pode recuperar o que perdeu até na empresa vizinha, uma vez que as obras se multiplicam e as vendas, ainda na planta, não perdem o rumo, embora houvesse hipótese nesse sentido.

O problema crucial é que os trabalhadores notam que os ganhos patronais estão na razão inversa do nível de vida da categoria. A cesta básica cresce em ritmo mais vertiginoso do que o ritmo de crescimento do nível de vida do operariado. O sindicato pressente o momento favorável. A assembleia que vota primeiro as paralisações de duas horas, depois o estado de greve e, finalmente, a greve por tempo indeterminado, se apoia nesse sentimento de luta dos trabalhadores, expressão candente de uma prática política que parece inexistente, notadamente para os que tomam a noção de prática política no plano puramente formal. Ora, essa prática, a despeito do tom patético de muitos politicólogos, se faz mediante múltiplas portas de entrada e não somente por meio de poucos e manifestos limiars do mundo real.

Nesse frenesi, milhares de trabalhadores paralisam os canteiros de obra, reclamam uma participação nos ganhos da conjuntura econômica e arrastam os pés pelas ruas, avenidas e praças da cidade. Poucos viram mobilizações com tal grau de amplitude na cidade de Fortaleza. Aliás, a greve se torna uma onda que se espalha em direção as demais cidades da região metropolitana. As assembleias são multitudinárias. O exercício da aprendizagem política se mostra em toda sua praticidade. Os olhos da cidade se dirigem para aquelas mulheres e aqueles homens de mãos calejadas, de rugas prematuras e uma capacidade de resistência que extrapolam as expectativas, notadamente dos que ignoram a ferocidade da exploração do capital sobre o trabalho nesse setor da economia. Aqui, a violência do capital aniquila de modo mais brutal e vertiginoso o corpo da mulher e do homem que trabalha. As explosões de fúria dos trabalhadores são acompanhadas do escândalo da patronal, da solidariedade da justiça com essa classe social e a contundência dos materiais da imprensa da

cidade contra a greve em curso. Nesse mesmo sentido, a ação da política busca resguardar os interesses dos detentores da propriedade privada à pretexto de proteger a ordem pública.

Depois de mais de duas semanas de uma greve radical, que conta com uma adesão quase inimaginável, os patrões recuam e decidem negociar as propostas apresentadas pelo sindicato. Pela primeira, depois de anos, não se luta apenas para se preservar o que se tinha conquistado, mas, principalmente para ampliar a cesta de direitos sociais. Arranca-se amplo ganho real nos salários e a força da greve alcança o noticiário local e nacional. Tanto quanto a vitória econômica, o sindicato comemora a força dos trabalhadores, o avanço no nível de compreensão da realidade do país e a disposição para marcar a sua presença na cena pública.

Esse gesto de combate se estende pelos dois últimos anos de Luís Inácio Lula da Silva na presidência. As campanhas salariais de 2009 e 2010 são acompanhadas de greves exitosas, com ampla e decisiva participação da categoria. A Praça Portugal se ratifica como o espaço privilegiado do operariado da construção civil na geometria de uma cidade que, em linhas gerais, teima em ignorar aqueles que, por meio de seu trabalho, tornam seus traços mais definidos.

Greves longas e radicalizadas caracterizam a história dos operários da construção civil da Grande Fortaleza. As greves ensinam. Todos esses anos são, sem dúvidas, anos de aprendizagem. A consciência de classe se aguça, ainda que não devamos nunca mistificar as luzes dessa experiência, uma vez que o grau de luminosidade nem sempre o mesmo. Ainda hoje há quem torça o nariz para discurso mais abertamente político-partidário, embora no curso de todo esse movimento, seguramente, se presente gestos mais abertos e generosos no tocante a essa temática, sem que os ruídos de comunicação entre líderes e liderados desapareçam por inteiro.

Não estamos diante de uma categoria homogênea, pois, como acontece a todo fenômeno social, se está diante de uma realidade compósita, conflitante e variada. Nesse devenir, há derrotas que desanimam, bem como vitórias parciais que mesclam sentimentos diversos e, por fim, vitórias que descerram cenários promissores. Se nunca uma classe está pronta, o que dizer então de um estrato dela?

A despeito de se mostrar sempre em sua imortal incompletude, uma classe ou fração de classe vive continuamente em um processo de aprendizagem que, não raro, se expressa em seu nível de consciência, em suas escolhas políticas e, finalmente, em suas formas de organização. Classe é aquele agrupamento social que, de repente, aprende. Essa aprendizagem auxilia em sua constituição de agente coletivo, e, portanto, em sua integração como comunidade. Esses processos, em última análise, trazem em seu fundamento algo que

os liga a uma determinada estrutura e a uma determinada história. Ao observar com insubstituível curiosidade científica essa experiência do operariado da construção civil da Grande Fortaleza, dificilmente o pesquisador deixa de refletir a respeito de sua especificidade, mas, do mesmo modo, de seu significado social-histórico mais acentuadamente fundo.

Para essa observação não se quedar pela metade, ou menos do que isso, o pesquisador desse agrupamento operário há de considerar o lugar das greves em sua práxis esclarecedoramente ativa. Mas, olhar para essas greves é pontuar o tema das conexidades entre dirigentes e base que, nas curvas das ondas grevistas, juntos aprendem e, ao aprenderem, transformam e se transformam. Trata-se de uma escola de tipo distinto, mas uma escola que instrui e, quem sabe, uma das primeiras e maiores lições de uma greve é que o trabalhador sozinho é uma presa fácil para o patrão, mas quando ele se junta aos seus companheiros de jornada se torna uma força impressionantemente intensa e influente. Nota-se aí que, coletivamente, o trabalhador se insurge, ao contrário de sua inação e impassibilidade diante do patrão nos momentos em que ambos estão frente a frente: dois indivíduos com quantidades de poder desigualmente distribuídas. A greve ensina que essa desigualdade altera suas proporções no momento em que os trabalhadores se unem e lutam de modo coletivo. A greve é a força coletiva da classe trabalhadora transformada em movimento e potência. A onda grevista que marca os anos do governo Lula, particularmente na construção civil, traz consigo essas características e, nessa lógica, determina que tipo de práxis se infere dessa dinâmica social que, como toda dinâmica social, é, necessariamente, uma dinâmica política.

Aqui há se admitir a cena política insurgente como expressão de uma práxis que nasce da articulação de líderes e da base. Não só descartando antigos significados, mas, ao mesmo tempo, alargando-os, e, no limite, criando novos sentidos para sua prática como trabalhadores em uma sociedade marcadamente de classe. Esse desenvolvimento dialético carrega consigo um sentido educativo, pedagógico, que, à moda antiga, poder-se-ia nomear como consciência de classe. Esse redimensionamento do sentido das coisas contém nexos indissociáveis com as ações promovidas pelo sindicato. O exame dessa experiência não nos permite outra conclusão. Doutro lado, a atitude crítica da base com relação aos seus dirigentes nos permite, igualmente, concluir que o processo de educação política, no mínimo, deve ser tomado como uma via de mão dupla. Desse modo, o sindicato, embora tenha começo nas suas lideranças, de certo, não acaba aí, envolvendo também a sua base. É o sindicato como educador e educando. Aqui, mais do que nunca há de se reconhecer que um galo sozinho não tece uma manhã, da mesma maneira que a práxis política sindical não é tecida unicamente pelos seus dirigentes.

5 CONCLUSÃO

O estudo da práxis político-educativa do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, durante o governo Lula (2003-2006), revela que os processos da luta de classes seguem como um ponto de partida e um critério absolutamente legítimo para reconstituição de estudos sobre os diversos agrupamentos que se organizam e definem o seu lugar no tabuleiro de uma sociedade em que as peças nunca estão no mesmo lugar. E que estes processos seguem sendo fontes inesgotáveis de educação política pela via da ação direta dos sujeitos que a protagonizam.

Buscando acercar-se ao nosso objeto de investigação, optamos por revisitar os clássicos do marxismo quanto ao lugar dos sindicatos no processo de luta e educação política dos trabalhadores. Neste trajeto vimos que os sindicatos desde a época de Marx e Engels são fontes inesgotáveis de estudo por serem parte do processo de organização e aprendizagem da classe trabalhadora a partir de sua própria ação. Marx observou que o movimento social do proletariado, suas lutas contra os patrões, por melhores salários, caminhavam, passo a passo, com o movimento político da classe operária, contra o poder político da burguesia. Mas ao mesmo tempo em que consideram a luta reivindicativa um momento importante para que se possa empreender ações de maior envergadura, eles criticam os sindicatos quando estes deixam de associar essa luta com outras dimensões da realidade social, propondo que os trabalhadores devem agir, simultaneamente, no plano econômico e no plano político.

Marx e Engels fizeram parte de um período histórico em que o sindicalismo era o de ofício, caracterizado por forte exclusivismo profissional (trabalhadores não-qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações uma vez que não tinham o domínio de um ofício) e abrangendo inicialmente grupos de ex-artesãos transformados em assalariados. As primeiras associações operárias se constituíram geralmente em torno de um mesmo ofício e não de empresa. Segundo Hobsbawn (1987), apenas durante as últimas décadas do Século XIX, os sindicatos difundiram-se como expressão organizada (e de massa) do movimento operário. O sindicalismo de indústria expandiu-se. Os sindicatos passaram a participar, mais efetivamente, dos movimentos políticos. Surge o ‘novo sindicalismo’ na Inglaterra durante a década de 1880 e 1890 que se caracterizava por um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos. Ainda segundo o marxista inglês, se iniciava “uma nova era nas relações trabalhistas” (HOBSBAWN, 1987, p. 230).

No Século XX Lênin, Gramsci e Trotsky se defrontaram com um sindicalismo, em certas características, distinto da dos fundadores do materialismo histórico. Tanto no que

concerne ao desenvolvimento do capitalismo quanto à dinâmica do movimento operário e dos sindicatos. Partindo das elaborações de Marx e Engels, Lênin buscará sistematizar as tarefas centrais colocadas para o movimento operário e os sindicatos à luz das greves sistemáticas na Rússia. Em *o Que Fazer?* (1978) o revolucionário russo polemiza com os besnsteinianos e suas ramificações, que propagandeavam a teoria da atenuação dos antagonismos de classe e um sindicalismo estreito à luta 'realista' por reformas, tal postura levaria o movimento operário a se transformar num apêndice do movimento liberal.

Lênin por exemplo, considera os sindicatos "escolas de guerra" que ensinam os operários a unirem-se e a lutar, mas, ao mesmo tempo, ele afirma que não é a própria guerra. Isso significa reconhecer a importância da luta econômica para educar os trabalhadores na luta política, mas seguindo seus mestres, sua grande preocupação é como transformar estas escolas de guerra em escolas do comunismo, ou seja, como os sindicatos saem da estreiteza do economicismo e preparam a classe para a luta revolucionária. Gramsci e Trotsky já refletem mais sobre a preocupação da relação sindicatos e Estado e de como isso pode levar a uma distorção destas entidades representativas da classe.

Este retorno aos clássicos possibilitou compreender que o grande projeto educativo dos fundadores do materialismo histórico e dialético, é como fazer com que a classe que se forma objetivamente pelas condições estruturais da indústria, se desenvolva em classe-para-si, i.e., dotada conscientemente de uma estratégia emancipatória que é o projeto da revolução social. Esse desenvolvimento, ou seja, esse reconhecimento enquanto classe, de sua condição e da necessidade de mudança, ocorre na práxis e pela práxis política, no campo da luta de classes e não no campo do pensamento.

Guiada pela compreensão da práxis política como processo educativo, entendida a categoria da práxis conforme Kosik (1995, p. 222), "a práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente" e Vázquez (1986) que afirma que a práxis trata-se da atividade transformadora, passamos a buscar os nexos entre a ação política das principais centrais sindicais no país frente ao governo Lula, como forma de contextualizar a práxis política do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Vimos a partir de Singer, Arcary, Mattos que o caráter do governo Lula foi um governo de conciliação de classes assentado em um pacto político conservador onde para os super-ricos o lulismo não era um incômodo e para os setores mais pobres havia um reformismo fraco que lhes possibilitava algumas políticas sociais que melhoravam sua condição de subproletariado excluído da sociedade. Singer (2012, p. 200) nos explicou que "o governo Lula, sustentado pelo subproletariado, buscou equilibrar as classes fundamentais –

proletariado e capitalistas -, pois o seu sucesso dependia de que nenhuma delas tenha força para impor os próprios desígnios”. Ora, o que Singer nos revelou, é que em nome de um pseudoequilíbrio entre as classes, competia ao governo Lula, evitar que a classe trabalhadora lograsse impor seus interesses.

Por outro lado, vimos com Antunes, Boito, Galvão, Marcelino, Rodrigues, que o governo Lula teve como política central para o movimento sindical sua incorporação a instâncias do Estado e fóruns tripartites de colaboração de classes. O que Antunes considerou "engenharia da cooptação" do governo Lula. Apesar de uma análise desigual e com ênfase em elementos às vezes diferenciados, estes autores consideram que o sindicalismo que havia originado a CUT, que rejeitava uma prática de conciliação de classes, transformou-se para uma práxis sindical que tem na negociação sua ação predominante.

A ampla maioria das centrais sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CGTB, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Central dos Sindicatos Brasileiros) apoiaram, com intensidades variadas, o governo de Lula e mais, essas centrais privilegiaram a intervenção junto às instituições governamentais em detrimento da mobilização da classe trabalhadora. Seu grande objetivo foi promover o desenvolvimento capitalista sustentável com algumas políticas sociais focalizadas. Este processo consolidou a mudança registrada pela CUT desde os anos 1990, também analisada ao longo da pesquisa. Essas medidas confirmam da parte das centrais, a perspectiva de colaboração/parceria com o governo e com o capital de forma permanente.

Ora, essa perspectiva da colaboração de classes – que supõe a negociação, a disposição ao diálogo, ao compromisso, à ideia de que é possível obter consenso e, portanto, celebrar um pacto com o Estado e o patronato – se efetivou através dos fóruns tripartites e do ingresso de vários sindicalistas a cargos no governo e na administração das estatais. Em síntese, essa perspectiva que perpassou toda a relação do setor majoritário do movimento sindical brasileiro com o governo Lula, é a negação da educação política dos trabalhadores a partir de sua própria práxis de luta política. É uma (des) educação desde o referencial teórico que nos guia nesta investigação. Não contribui para a classe conhecer e reconhecer suas forças. É seu enfraquecimento em vez de fortalecimento.

A intervenção sindical em fóruns, conselhos e outros arranjos tripartites, assim como em órgãos do Executivo federal, como o Ministério do Trabalho, desconfigurou o já enfraquecido novo sindicalismo que vivenciava transformações desde as câmaras setoriais. A prioridade à ação institucional e a disposição à parceria social, num contexto ainda marcado por políticas econômicas de caráter neoliberal, favoreceu ainda mais a moderação política. O

sindicalismo de parceria fez algumas críticas aos governos petistas, mas procurou moderá-las; apresentou demandas políticas, mas procurou compatibilizá-las com os interesses patronais; defendeu os direitos dos trabalhadores, mas não se furtou a negociá-los ou a aceitar direitos diferenciados conforme as especificidades do setor econômico ou da empresa; falou em nome de uma cidadania “ampliada”, mas diante das dificuldades de se assegurar direitos universais por intermédio da legislação, contentou-se com uma cidadania limitada à inclusão pelo consumo. A CUT, por exemplo, chegou a enfrentar-se com outros sindicatos e suas bases para defender medidas governamentais que representavam um nítido ataque aos trabalhadores, como foi a reforma da previdência. Ou seja, não apenas não teve uma práxis político-educativa ancorada na independência de classe e autonomia sindical, como se enfrentou ao setor do sindicalismo que primava pela manutenção da não colaboração de classes.

Se para Marx, Engels, Gramsci, Trotsky, em sua concepção sobre sindicatos, haveria uma relação íntima (e enriquecedora) entre movimento sindical e movimento político dos trabalhadores, que deveria ser impulsionado no sentido de fazer avançar a consciência de classe, no sindicalismo da era de Lula vai no sentido oposto. Esvazia-se as entidades de representação da classe de toda concepção de independência e autonomia frente ao governo, estado e burguesia. Ou seja, é uma reeducação a partir de uma práxis oposta pelo vértice aquela que deu origem a CUT.

A dissertação que, neste ponto, se finaliza, demonstrou no primeiro capítulo que a práxis política e a consciência operária para Lênin, se articulam como uma totalidade, e que é a ação política da classe trabalhadora o embasamento necessário para uma consciência do conjunto mais complexo da história, incluindo a compreensão de seu lugar social e da possibilidade de influir na mudança do mundo. Destarte, uma das conclusões que podemos destacar a partir de toda a análise sobre o sindicalismo durante o governo Lula é que a prática política, principalmente da CUT, foi regressiva no que concerne a essa totalidade descrita por Lenin. A ação sindical apoiada na colaboração de classes não contribuiu e não contribui para uma compreensão da necessidade de influir em uma transformação da sociedade a partir de sua ação direta, sua luta e organização.

A pesquisa também se apoiou em Sousa Júnior (2009) que considera que a práxis apresenta um forte teor político-educativo quando o sujeito se organiza em grupos de trabalhadores na busca de melhorias da condição de vida. Mas para que esse forte teor político seja alcançado é preciso que essa classe reconheça seu papel dentro da sociedade. A classe trabalhadora precisa de uma transformação, que ela deixe de ser classe em si e passe a ser classe para si. Novamente nos parece que a práxis política-(des) educativa da maior parte do

sindicalismo brasileiro em tempos de governo Lula, foi no sentido oposto. Não ajudou a que a classe reconhecesse seu papel dentro da sociedade e pudesse se fortalecer para seu projeto de superação da sociedade capitalista. Ao contrário, turvou a possibilidade desse reconhecimento. Em vez de independência de classe e autonomia sindical que norteavam a práxis político-sindical-educativa do sindicalismo dos anos 1980, o que houve foi a negação da autonomia, a colaboração e parceria de classe e consequentemente uma educação política que caminhou para trás. Retrocedeu na consciência classista.

Decerto que o contraditório também se manifestou como resistência a essas mudanças regressivas. Ocorreram lutas que se enfrentaram ao governo e até mesmo com a CUT e FS. Um setor do sindicalismo rompeu com a trajetória institucional-governamental assumida pela CUT e buscou manter os princípios pelos quais a central foi gestada e sua práxis de independência de classe. Novas centrais sindicais surgiram e com elas um realinhamento de sindicatos que se recusaram a nadar conforme a maré da colaboração de classes. É na busca de identificar se o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza foi parte ou não desse realinhamento, que passamos ao próximo capítulo.

E por fim, o último capítulo da pesquisa nos mostrou uma práxis político-educativa do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil no campo do sindicalismo que buscou ter uma ação sindical oposta à da CUT. O Sindicato, em assembleia bastante concorrida de sua base, foi o primeiro sindicato de Fortaleza a se desfiliar da CUT em 2004. Período em que a reforma da previdência de Lula já havia sido aprovada com a cumplicidade da CUT e FS. Momento também em que o Fórum Nacional do Trabalho, o principal órgão tripartite do governo, estava a todo vapor.

O Sindicato não participou dos fóruns tripartites por considerá-los instrumentos de cooptação e paralisia do movimento sindical. Assim como não apoiou as medidas econômicas e políticas do governo Lula. Realizou assembleias bastante participativas que aprovaram e organizaram paralisações e greves fortíssimas em 2008, 2009 e 2010.

A relação sindicato-base como um trabalho permanente e diário onde o sindicato educa e é educado, também foi um dos elementos verificados como decisivo na práxis político-educativa desse sindicato. Mas para investigar sua práxis em tempos de governo Lula, revisitamos sua história desde 1988 e concluímos que sua história de sindicalismo com independência de classe e autônomo do Estado data desde seu ingresso na CUT em 1989. A práxis sindical oposta à que teve a CUT e a FS frente ao governo Lula, não foi obra de um momento histórico repentino. A história de práxis político-educativa desse sindicato, nos marcos do que revisitamos nos clássicos, data desde 1988. Certamente nem o sindicato é o

mesmo da época dos clássicos, nem a classe, e menos ainda os processos de embate entre capital e trabalho. Mas o que foi possível concluir é que este sindicato e o processo de educação político dessa categoria, vem de longe. Não é obra apenas de uma direção sindical "iluminada", nem tampouco de uma categoria que atua sem uma direção, aqui, a relação educador e educando é transversal à história desse sindicato. Evidentemente, ter um núcleo dirigente com firmes convicções políticas e ideológicas que de um certo modo, mantiveram isso ao longo das décadas, também contribuiu para que este sindicato tivesse uma práxis político-educativa de não ser parte do governo Lula. Manteve-se no difícil campo da reconfiguração sindical ocorrida nos processos de rupturas sindicais entre 2004 e 2006.

REFERÊNCIAS

- AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.
- ANTUNES, Ricardo. Do novo sindicalismo ao sindicalismo negocial de Estado. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 268, nov. 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. Campinas: Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, dez. 2015.
- ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas**. Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Sundermann, 2011.
- BOITO Jr, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. **OSAL**, Buenos Aires, v. 10, n. 26, out. 2009.
- BOITO Jr., Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: Unicamp, 2005.
- BOITO Jr., Armando. **Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado – do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARDOSO, Adalberto. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, set./dez. 2015.
- DIAS, Edmundo F; BOSI, Antonio de Pádua. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 12, p. 45-69, 2005.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global Editora, 1986.
- FARIAS, Paula E. L. **Dos canteiros de obra ao sindicato: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- GALVÃO, Andréia. A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo. **Ideias**, Campinas, v. 9, n. 1, 2002.
- GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro: Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 18. 2009.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião. **Para onde vai a CUT?** São Paulo: Scritta, 1993.

GRAMSCI, A.; BORDIGA, Amadeo. **Conselhos de fábrica.** Tradução de Marina Borges Svevo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOBSBAWN, E. J. **A Era das Revoluções (1789-1848).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWN, Eric. **Mundos do Trabalho.** 2. ed. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENIN, Vladimir Ulianov. **Esquerdismo, doença infantil do Comunismo.** 6. ed. São Paulo: Global Editora, 1989.

LENIN, Vladimir Ulianov. **Que fazer?** 2. ed., Lisboa/Portugal: Avante, 1978.

LENIN, Vladimir Ulianov. **Sobre os sindicatos.** São Paulo: Livramento, 1979.

LUKACS, George. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K e ENGELS F. **A ideologia alemã.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, K e ENGELS F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Centauro, 2001.

MEHRING, Franz. **Karl Marx: A história de sua vida.** São Paulo: Sundermann, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

NÓBREGA, Yuri H. **Operários em construção: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990.** 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso das vanguardas: globalização e neoliberalismo na América Latina. *In:* OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal. *In:* OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia.** Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Jorge L. **Sindicalismo sem Marx.** Fortaleza: Edições UFC, 2013.

PAULO NETO, J.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

REMOND, Rene. **O Século XIX (1815/1914)**. São Paulo: Cultrix, 1983.

RODRIGUES, J. I.; LADOSKY, H. M. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: Limites e possibilidades. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 53-76, abr. 2018.

RODRIGUES, J.I.; LADOSKY, H. M. **Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a cut e os trabalhadores rurais**. São Paulo: Lua Nova, 2015.

RODRIGUES. Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA. **I Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza**. Fortaleza, 1989. Disponível em: <<https://www.sindusconce.com.br/estatuto-digitalizado>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA Jr., Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. 2 ed., São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

SOUSA Jr., Justino de. Princípio Educativo e emancipação social: validade do trabalho e pertinência da práxis. *In*: Reunião Anual da Anped: Educação no Brasil: o balanço de uma década, 33, 2010, Caxambu, **Anais...** Caxambu, out. 2010.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

TROTSKY, L. **Os sindicatos na época da decadência imperialista**. 1940. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>>. Acesso em: 03 nov 2018.

TROTSKY, Leon. **O programa de transição**. São Paulo: Sundermann. 2011.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.